

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO

Luiza Coutinho Ottero

**Vila de Sapucaia: administração camarária, elites e poderes locais (1875-
1888)**

JUIZ DE FORA
2017

Luiza Coutinho Ottero

Vila de Sapucaia: administração camarária, elites e poderes locais (1875-1888)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Narrativas, Imagens e sociabilidades

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Fernanda Vieira Martins.

JUIZ DE FORA

2017

Luiza Coutinho Ottero

Vila de Sapucaia: administração camarária, elites e poderes locais (1875-1888)

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Juiz de Fora, 21/08/2017

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Vieira Martins (UFJF) – (Orientadora)

Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara – UFJF (Presidente)

Prof. Dr. Jonis Freire – UFF (Examinador Externo)

Dedico esse trabalho aos meus pais Genice e Cícero, sapucaianos que sempre foram apaixonados por essa terra. Essa história também é a história de vocês. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Dos caminhos percorridos desde a formulação do projeto, lá em 2014, que daria origem a esse trabalho até o término da dissertação tenho que agradecer à muitas pessoas. Não foi fácil, foi mais longo do que eu imaginava, mas creio ter saído um ser humano melhor e com a certeza que dei o melhor de mim.

Agradeço primeiramente à Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Programa de Pós-Graduação em História pela oportunidade de cursar o mestrado na mesma instituição que me graduei e que gosto tanto. Agradeço também à CAPES pela bolsa de estudos sem a qual a conclusão desse trabalho não seria possível.

Gostaria de agradecer imensamente à minha orientadora Maria Fernanda Vieira Martins primeiramente por ter aceitado meu projeto, um projeto feito de maneira muito amadora, mas que através da sua orientação se tornou uma dissertação muito rica e interessante. Obrigada pelas conversas, pelos momentos de luz na pesquisa, pelos empréstimos de livros, pela paciência e por me “reapresentar” Machado de Assis. Você é uma pessoa muito inspiradora.

Agradeço ao professor Ângelo Carrara primeiramente pela ajuda com as fontes e com os caminhos que elas me levariam. Além disso muito obrigada por ter aceito participar da minha banca junto com o professor Jonis Freire, que também tenho muito a agradecer pelas dicas na qualificação e pelas sugestões de novas fontes quando eu achava que elas haviam se esgotado. A ajuda de vocês foi fundamental para a conclusão desse trabalho.

Um agradecimento especial para as Maris da minha vida: Mariane Alves e Mariana de Oliveira. Além de estarem presentes em todos os momentos dessa pesquisa, são elas as responsáveis por inspirações que me fizeram continuar e terminar esse mestrado. Além disso, a convivência com vocês deixou o trabalho muito menos árduo, pelas incontáveis vezes que escutaram meus desabafos e por outras inúmeras vezes que as nossas conversas com uma cerveja ou com um almoço me salvaram do surto total. Muito Obrigada.

Agradeço ao Felipe Passos por estar comigo nesses anos todos ouvindo minhas lamúrias e reclamações sem me desanimar um momento sequer. Obrigada por ser abrigo

quando eu não estava nos melhores dias dessa jornada, obrigada pelas palavras de estímulo e obrigada por comemorar comigo cada pequena vitória nesse trajeto.

À Raíssa Vieira, uma amiga que eu levo da pós-graduação. Agradeço pelos momentos que se fez quase como minha orientadora, me ajudando em detalhes da pesquisa com textos que foram de extrema importância na construção desse trabalho. Além disso, você é uma grande inspiração para aqueles que querem estudar as instituições no século XIX e inspirou muito desse trabalho.

Aos meus amigos que serão infinitamente jovens e que fizeram do dia-a-dia desses anos um pouco mais alegre. Vocês: Allony, Ana Paula, Clara, Diego, Manoela, Marcelo, Pedro e Thiago muitas vezes salvaram o dia com as conversas ao vivo e online, além dos nossos encontros que foram e são muito divertidos.

Às minhas amigas mais antigas Isabella, Manuela e Samira que mesmo de longe sempre estiveram presentes na minha caminhada. Trocando um pouco de nossas experiências diárias com uma palavra amiga esteja onde estivessem. Amo vocês.

Aos meus pais Genice e Cícero e às minhas irmãs Vitória e Iolanda por todo o suporte desde sempre. Por ouvirem muitas vezes meus desabafos sobre a pesquisa e por lerem cada linha dessa dissertação mesmo que estivessem ocupados com seus próprios problemas. Obrigada por serem a minha Sapucaia de sempre, por serem a minha base. A história que conto aqui também é a história de vocês.

Aos meus tios e tias (Leandro, Itamar, Jeane e Adriana), em especial ao tio Fernando, tio Pombinho que é um grande conhecedor e apaixonado pela história de Sapucaia, me ajudou com fontes que foram cruciais nesse trabalho. Aos meus primos (Juliano, Cláudio, Luiz Fernando, Sávio, Carolina, Manuela e Enzo) pelos momentos compartilhados e pelo apoio mesmo que de longe.

Agradeço também às minhas avós Marlene e Marli por todo o colo dado nesse processo e pela inspiração que sempre foram em minha vida. Agradeço também ao meu avô Itamar que mesmo não estando mais entre nós foi um grande interessado pelo assunto tratado neste trabalho, um homem simples que muito sabia das terras de Minas e um apaixonado pelo Vale do Paraíba Fluminense. Essa história também é sua, Vô Itamar.

Agradeço ao Arquivo da Câmara Municipal de Sapucaia pelo acesso sem restrições às suas fontes e ao Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pelo ótimo atendimento. Agradeço também a todos aqueles que me abrigaram em suas casas nas visitas aos arquivos e

eventos como: Pedro, Cristiane, Guilherme e Sílvia. Muito obrigada pelo apoio nessa jornada, minha eterna gratidão a vocês.

Agradeço também ao Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora pela compreensão no fim desse trabalho. Muitas vezes me ausentei para poder concluir a dissertação e em todas as vezes vocês foram compreensivos e entenderam minhas faltas.

RESUMO:

A presente pesquisa tem como objeto principal o estudo da câmara de Sapucaia e de seus vereadores dentre os anos de 1875 e 1888. Serão analisadas as fontes e camarárias, processos cíveis e do uso de outras fontes complementares. Além disso, traçaremos o perfil da cidade no contexto de sua região: o Vale do Paraíba Fluminense na divisa com a província de Minas Gerais. Dessa forma, contaremos a história da fundação do município e de suas primeiras ocupações. O trabalho busca afinal dar um panorama da elite agrária sapucaense para entender melhor a formação da região e de suas fazendas.

Palavras-chave: elites, câmara, século XIX.

ABSTRACT:

The present research has as principal object the study of Sapucaia's assembly and of your aldermen between the years 1875 until 1888. Will be analyzed the assembly sources, civil suits and other complementary sources. Besides that, we'll do the city's perfil in the context of your region: th Vale do Paraíba Fluminense with the currency of Minas Gerais' province. That way, we'll tell the story of the foundation of municipality and of your first ocupations. This work seeks to show a agrary sapucaense elite's Outlook to understand the formation of the region and of theie farms.

Keywords: elites, assembly, XIX century.

LISTA DE IMAGENS:

01. Localização de Sapucaia no estado do Rio de Janeiro.....	20
02. Ponte Pênsil de Sapucaia.....	23
03. Estradas RJ – MG (século XIX).....	24
04. Ponte que ligava Sapucaia à Mar de Espanha.....	25
05. Sapucaia e Região em mapa do Rio de Janeiro (1866).....	28
06. Brasão da cidade de Sapucaia.....	39
07. Fazendas inventariadas por município.....	41
08. Paço Municipal de Sapucaia.....	58

LISTA DE QUADROS

01. População escrava no município de Sapucaia (freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, freguesia de São José do Vale do Rio Preto e Freguesia de Santo Antônio de Sapucaia) (1872).....	30
02. População escrava em Mar de Espanha (1872).....	30
03. População escrava na freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida.....	31
04. População escrava na freguesia de São José do Vale do Rio Preto (1872).....	32
05. População escrava na freguesia de Santo Antônio de Sapucaia (1872).....	33
06. Ocupações predominantes em Sapucaia (1872).....	34
07. Ocupações predominantes em Nossa Senhora da Conceição Aparecida (1872).....	35
08. Ocupações predominantes em Santo Antônio de Sapucaia (1872).....	36
09. Ocupações predominantes em São José do Vale do Rio Preto (1872).....	38
10. Arrecadação da Câmara de Sapucaia (1875-1888).....	59
11. Origem da arrecadação da câmara de Sapucaia (1875-1888).....	60
12. Arrecadações da Câmara Municipal de Sapucaia.....	61
13. Arrecadações e despesas da câmara Municipal de Sapucaia (1875-1888).....	62
14. Principais despesas da câmara de Sapucaia (1875-1888).....	63
15. Relação de Vereadores da Câmara de Sapucaia (1877-1885).....	77
16. Autoridades e ocupações Freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida.....	89
17. Autoridades e ocupações Freguesia de São José do Vale do Rio Preto.....	90
18. Zona Serrana do Vale Sul do Paraíba em 1883/Lavoura Cafeeira: Número de Pés de Café (milhares).....	90

LISTA DE GRÁFICOS

01- Livres e escravos em Sapucaia (1872).....	29
02- Ofícios expedidos ao Presidente da Província (1875-1885).....	49
03- Ofícios expedidos pela Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1885).....	50
04- Contratos da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1889).....	52
05- Razões para desqualificação de votantes.....	67
06- Inscritos para votar por freguesia.....	68
07- Votantes por freguesia.....	68
08- Renda dos eleitores.....	69
09- Ocupação principal dos vereadores.....	79
10- Vereadores fazendeiros.....	80
11- Vereadores nos cargos da Justiça local.....	82
12- Cargos ocupados por vereadores.....	83

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Capítulo 1: Sapucaia: de Curato à Município.....	19
As origens de Sapucaia.....	20
A população da Vila de Sapucaia.....	29
Os fazendeiros e o café.....	39
Capítulo 2: A Câmara de Sapucaia.....	43
Os problemas iniciais.....	45
Relação da câmara com a Presidência da Província.....	47
Demandas iniciais.....	52
Os balancetes da câmara.....	58
As listas de votantes.....	64
Capítulo 3: Câmara, Elites e Poderes Locais	71
A ocupação inicial: as primeiras fazendas de café e a base das elites locais.....	72
O município de Sapucaia e a composição da câmara municipal (1875-1885).....	76
Considerações finais.....	97
Referências.....	99
Anexos.....	105

INTRODUÇÃO

O último quarto do século XIX foi um período bastante conturbado na história do Brasil, principalmente quando se considera o processo de crise da monarquia e a transição para o regime republicano, além de diversas mudanças que vêm acompanhadas com tais acontecimentos. Eclodiam os movimentos abolicionistas e republicano, algumas leis já indicavam o fim real da escravidão e a mão-de-obra estrangeira já começava a chegar às fazendas de café e em outros setores da economia.

As grandes propriedades não eram mais, necessariamente, a melhor forma de fazer dinheiro e as instabilidades provocadas pelas incertezas quanto ao futuro da mão de obra escrava, mesmo na antiga região agrícola do Vale do Paraíba fluminense, já vinham redirecionando capitais e investimentos para outras atividades, seja o tradicional rentismo nas grandes cidades e na capital, seja a aposta em um incipiente embora crescente mercado financeiro.¹

A autonomia municipal era pauta importante de disputa no interior das províncias. As elites locais desejavam manter e ampliar sua autoridade e reivindicavam maior força e participação nas decisões das câmaras municipais, ao mesmo tempo em que se intensificavam as tentativas por parte do governo imperial, desde 1834, de restringir progressivamente os poderes camarários em prol de uma centralização no âmbito provincial o que, inclusive, gerou tensões e conflitos em diversas províncias em meados do século. Em diversos sentidos, os poderes centrais invadiam o espaço do poder municipal.

Desde 1828, o primeiro reinado começa a erodir o autonomismo municipal, restringindo a competência das câmaras às matérias econômicas locais e proibindo que os vereadores deliberassem sobre temas políticos provinciais ou gerais. A

¹MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma agrícola no Segundo Reinado (1860-1897)**. Universidade Federal Fluminense, 1995. Dissertação de Mestrado.

regionalização instaurada pelo Ato Adicional (1834) cria as assembleias provinciais, mas a tendência anti municipalista prossegue. Nesse movimento, o governo central subtrai a autonomia das municipalidades e, sobretudo, a competência jurídica e policial dos juizes de paz eleitos em cada cidade e dos juizes municipais indicados pelas câmaras. Ora, o exercício do poder público por autoridades designadas pelos presidentes de províncias, ou seja, pelo governo central – em detrimento das autoridades locais escolhidas pelos proprietários, eleitores qualificados da região –, afigurou-se como uma ameaça à ordem privada, isto é, à ordem geral².

As grandes cidades cresciam com novos investimentos, atraindo um público que começava a ver nos grandes centros oportunidades de uma vida melhor. Com isso, a capital ganhava outra face, com a renovação urbanística e a chegada de iluminação elétrica em ruas e praças. A dinamização da vida comercial em cidades como o Rio de Janeiro aproximava-as dos diferentes núcleos urbanos europeus e norte-americanos, impulsionando a importação de produtos de luxo, que tornavam a corte mais próxima do que seria uma corte com hábitos europeus. As lojas investiram nesses artigos para trazer aos nobres brasileiros o que havia de mais atual na Europa e, especialmente, na França. A colaboração da imprensa nesse processo foi muito importante para difundir as tendências de moda e hábitos estrangeiros através de divulgação em revistas específicas, inclusive aquelas dirigidas para o público feminino.³

Com um avanço da ciência cada vez maior na Europa e com o aumento de brasileiros matriculados em universidades nacionais e europeias, aos poucos se traziam as conquistas da medicina para o Brasil, que ainda funcionava de forma muito precária. Iniciaram-se as publicações de livros referentes a práticas médicas e o surgimento de medicamentos.⁴ As epidemias que apareciam, muitas vezes eram controladas pelos governantes locais com a colaboração do governo imperial através da dotação de recursos para a compra de medicamentos que chegassem à população de forma gratuita.⁵

Em contrapartida a esses avanços sociais na corte e na alta sociedade fluminense, deparávamo-nos com problemas maiores. Ainda no fim do século XIX a presença escrava no Rio de Janeiro era de 110 mil escravos para 266 mil habitantes e, de acordo com os censos dos anos seguintes, a concentração da população de cativos aumentava, chegando a um habitante a cada três no município do Rio de Janeiro. Em municípios menores, no interior da

²ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada e ordem no império*. In: **História da Vida Privada no Brasil (v.2)**. São Paulo: CIA das Letras, 1997, p. 17.

³ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada e ordem no império*. In: **História da Vida Privada no Brasil (v.2)**. São Paulo: CIA das Letras, 1997. P. 12.

⁴ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada e ordem no império*. In: **História da Vida Privada no Brasil (v.2)**. São Paulo: CIA das Letras, 1997. P. 17.

⁵HEIZER, Alda. VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

provincia, as coisas não eram diferentes e em cidades como Sapucaia o número de escravos podia chegar a um escravo para cada pessoa.⁶

A aprovação da Lei do Ventre Livre, que tornava livres os filhos das escravas nascidos após 1871, apesar de todos os condicionantes, mostrava claramente que o fim da escravidão se aproximava e que havia de ser buscada uma nova forma de mão-de-obra:

Pode-se dizer que a Lei do Ventre Livre finalmente forçou os membros da assembleia fluminense a ver a necessidade de uma ação mais coordenada. Em 1872, o deputado Luís Matoso Duque-Estrada Câmara observou que a Lei de 1871 foi como um aviso para os fazendeiros fluminenses, assim como para o resto da nação, de que o movimento para substituir os escravos por trabalhadores livres estava acontecendo. Quanto mais cedo fosse completado, melhor; de forma que ninguém poderia ser apanhado de surpresa quando a abolição se tornasse finalmente uma realidade.⁷

Mesmo assim, os fazendeiros do Vale do Paraíba relutavam em abrir mão da escravidão mesmo com as opiniões internacionais que, cada vez mais, condenavam o uso desse tipo de mão de obra, criticando o Brasil por este ser o único país independente a ter uma população escrava desse porte.⁸ Stein demonstra que esses fazendeiros de café ainda dependiam bastante dessa mão de obra e até depois da lei de 1871 e da Lei dos Sexagenários eles eram um número considerável:

Os efeitos dessas duas leis foram idênticos: poucos escravos foram beneficiados. No caso da Lei Rio Branco poucos fazendeiros recorreram à opção de libertar seus ingênuos com a idade de oito anos, recebendo indenização do Governo Imperial. Em vez disso, incorporamos filhos das escravas ao seu plantel de mão de obra escrava; dos 9.310 ingênuos registrados em Vassouras, entre 1873 e 1888, sessenta e quatro eram libertos – e isso mesmo por se acharem na companhia de suas mães libertas pelo Fundo de Emancipação.⁹

Do mesmo modo que a escravidão era colocada em xeque, a província do Rio de Janeiro foi tomada por um clima de crise que atingia a economia cafeeira, com os problemas no plantio do café e também problemas em expansão das terras, pois as fazendas cafeeiras fluminenses já chegavam na região de divisa com a província de Minas Gerais. As discussões

⁶BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 28 jun. 2017.

⁷GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Reorientação Política (1870-1889)*. In: **O Império das províncias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P 233.

⁸ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada e ordem no império*. In: **História da Vida Privada no Brasil (v.2)**. São Paulo: CIA das Letras, 1997. P. 25.

⁹STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do café**. São Paulo: Brasiliense, 1961. P 80, 1961.

nas reuniões da assembleia legislativa provincial focavam em solucionar os problemas dos cafeicultores e da mão de obra escrava, que parecia ter seus dias contados.¹⁰

Tanto as elites urbanas quanto os grupos proprietários, na Corte e no interior da província pareciam divididos com relação à utilização de mão de obra livre e imigrantes em suas fazendas, tendendo consideravelmente para uma resistência. Os debates nas sessões da Câmara dos Deputados apontavam para uma rejeição da vinda de europeu sobre a alegação de serem muito experientes para lidar com a terra e que, por isso, poderiam conspirar e, mais tarde, se apossar dela. Os fazendeiros preferiam a incorporação de homens livres brasileiros que já viviam nas redondezas das fazendas, de forma a dar oportunidades a quem aqui já estava.¹¹

Outra pauta que também disputava atenção na assembleia era a questão do transporte. A estrada União Indústria e a linha férrea Dom Pedro II eram as principais opções para o escoamento mais eficiente da produção de café, além do transporte de pessoas, que contribuía para maior relação entre a Corte e o interior da província. A ampliação da malha ferroviária se intensificou por volta da década de 1870, atingindo áreas cada vez mais distantes da cidade do Rio de Janeiro. Os caminhos e destinos alvos dessas linhas ferroviárias eram defendidos *a unhas e dentes* por deputados das regiões mais diversas da província do Rio de Janeiro, expondo os interesses das elites proprietárias e ligadas à produção cafeeira em diferentes localidades.

Por outro lado, a passagem do trem por uma determinada cidade extrapolava a questão meramente econômica; ela colocava de vez aquele lugarejo no mapa. Ter uma estação de trem em uma pequena cidade não só demonstrava a importância do lugar perante a Corte e o próprio Imperador mas, muitas vezes, garantia a visita do próprio Dom Pedro II na inauguração das estações, o que transformava aquele momento em grande acontecimento, assistido pela população local que tinha, assim, a oportunidade de receber a mais alta cúpula da corte imperial, o que reforçava os laços do Império com as elites e poderes locais, até mesmo aquelas que pouco frequentavam a Corte, reforçando e fortalecendo a imagem de Dom Pedro II como imperador e a legitimidade da própria monarquia.

Diante desse cenário, essa dissertação tratará de, primeiramente, apresentar o município de Sapucaia, sua origem e as primeiras ocupações. Em seguida, demonstrar como

¹⁰GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Reorientação Política (1870-1889). O Império das províncias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P. 230.

¹¹GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Reorientação Política (1870-1889). O Império das províncias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P. 247.

ele se encaixava dentro dessa dinâmica do Brasil imperial e da província do Rio de Janeiro na segunda metade do oitocentos. Sobre os temas aqui tratados, não ao acaso, saberemos quais dessas pautas contextuais no Brasil e na província, apareciam mais nas discussões da câmara sapucaense, além das pautas locais.

O segundo capítulo é dedicado à câmara do município de Sapucaia e seu funcionamento no século XIX (1875-1888), procurando investigar a dinâmica e características da administração municipal neste período, levando em consideração, principalmente, as fontes camarárias encontradas no Arquivo da Câmara Municipal de Sapucaia.

O objetivo principal do capítulo foi mostrar os principais problemas enfrentados pela instituição, o relacionamento do município com os seus vizinhos, as principais demandas da cidade e a relação com o poder provincial. Para isso, trabalhamos com as atas da câmara (1875-1885), o livro de ofícios expedidos pela câmara dentre os anos de 1875 e 1885 e com o livro de contratos estabelecidos pela instituição entre os anos de 1875 e 1889.

Além disso, procuramos analisar a população sapucaense no período com base no Censo demográfico do Brasil de 1872 e na lista de votantes de Sapucaia de 1875, localizada junto à documentação da câmara. Seguindo por essa lógica, buscamos também, demonstrar como se dava o processo eleitoral em um município como Sapucaia no final do XIX, traçando um perfil dos eleitores e dos excluídos da votação.

No último capítulo, abordamos os vereadores que passaram pela câmara de Sapucaia entre os anos de 1875-1888. Com base em fontes de naturezas diversas, o objetivo foi buscar um perfil do grupo que assumiu as funções camarárias ao longo do período em questão, reconstituindo suas origens e bases familiares, suas redes locais, suas relações com a grande propriedade e representação de interesses específicos. Buscamos, desse modo, demonstrar o quanto a reconstituição de grupos, poderes e interesses locais pode contribuir para entender melhor a formação de uma dada região, a criação da vila, sua câmara e sua administração.

CAPÍTULO 1

SAPUCAIA: DE CURATO À MUNICÍPIO

Sapucaia era nossa pátria comum. Embora todos os parentes estivessem dispersos, ali nasceu o tronco da família. Meu tio José Ribeiro, pai dessas primas, foi o único, de cinco irmãos, que lá ficou lavrando a terra e figurando na política do lugar. Eu vim cedo para a corte, donde segui a estudar e bacharelar-me em S. Paulo. Voltei só uma vez a Sapucaia, para pleitear uma eleição, que perdi.¹²

Em *Primas de Sapucaia*, conto publicado em 1883, Machado de Assis inicia sua história mencionando duas personagens de província que vieram visitar a corte no carnaval, mas que acabaram ficando por dois meses na cidade do Rio de Janeiro. Elas eram de Sapucaia, assim como toda a família do principal personagem. De acordo com a história, a base familiar ainda permanecia na pequena cidade, demonstrando a força dos laços que ainda uniam a corte e a província, a terra e a política local. É com esse cenário como pano de fundo que iniciaremos essa dissertação.

O capítulo tem o foco nas origens do território que compunha a vila de Sapucaia entre os anos de 1874-1888; delimitaremos a construção do espaço do município, o histórico de suas primeiras ocupações e as possíveis intenções de uma elite local em trazer ares de cidade à essa região.

Demonstraremos que esse município tem sua fundação, na verdade, em três histórias, a história de três diferentes freguesias, cada uma delas formada em um contexto diferente, mas unidas em 1874 por força das conjunturas para constituir o território da então denominada vila de Sapucaia.

Por fim, procuraremos desvendar o perfil desse novo município, a constituição de sua população, a economia local e os aspectos gerais que caracterizavam um município do interior da província do Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba fluminense nas últimas décadas do Império.

¹² ASSIS, Machado de. *Primas de Sapucaia*. In: **Contos/Histórias Sem Data**. Editoria Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 1997. P. 417

AS ORIGENS DE SAPUCAIA

Sapucaia tem sua origem ligada à freguesia de Santo Antônio do Sapucaia, estabelecida em 16 de setembro de 1871 e subordinada à cidade de Magé. Foi elevada à vila de Sapucaia em 7 de dezembro de 1874, a partir da reunião com as freguesias de Nossa Senhora Aparecida e São José do Rio Preto, desmembrados da própria Magé e de Paraíba do Sul. Foi elevada à condição de cidade em 27 de dezembro de 1889.

O território que compõe a região da atual cidade de Sapucaia está localizado no Vale do Paraíba Fluminense, mais especificamente na divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, tendo o rio Paraíba do Sul como uma fronteira natural entre as duas províncias. O município faz divisa com os atuais municípios de Três Rios, Carmo, São José do Vale do Rio Preto e Sumidouro, pertencentes ao estado do Rio de Janeiro, e ainda com Chiador e Além Paraíba, já no estado de Minas Gerais.

Imagem 1:
Localização de Sapucaia no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Disponível em: <http://www.espacodoagricultor.rj.gov.br/mapa/sapucaia.asp> Acesso em: 12 de Jul 2017.

Há indícios de que o povoamento da região se iniciou nas primeiras décadas do século XIX, através de doações de sesmarias para imigrantes portugueses e suíços¹³, o que se expande progressivamente com o governo joanino.¹⁴

A primeira penetração verificada nas terras do atual Município de Sapucaia data de princípio do século XIX, estando intimamente ligada à abertura dos portos brasileiros aos navios das nações amigas de Portugal.

Para ali se deslocaram inicialmente, os cidadãos suíços Inácio Lengruher e Vicente Ubherlarto, aos quais mais tarde, foram concedidas algumas sesmarias, cujas áreas abrangiam as terras da atual 'fazenda de Santo Antônio', situada nas proximidades do morro do mesmo nome. Ali chegaram eles, segundo consta, no dia 7 de março do ano de 1809. Depois, vieram os portugueses Joaquim de Souza Breves e Antônio de Souza Brandão (mais tarde Barão de Aparecida), além de Francisco Diogo Perret, de origem Francesa. Continuando o afluxo de colonos para a região, rapidamente surgiu pequeno arraial, onde, por iniciativa de Antônio Inácio Lengruher, foi edificada uma capela dedicada a Nossa Senhora Aparecida. Em 1842, o arraial recebeu o predicamento de freguesia e deu o nome ao núcleo populacional, hoje sede de um dos distritos do atual Município de Sapucaia. Em 1856, principalmente devido aos esforços de Augusto de Souza Furtado, Domingos Antônio Teixeira e José Joaquim Marques Melgaço, donos de vastas porções de terras entre os rios Calçado e Paraíba do Sul, surgiu um novo arraial com o nome de Santo Antônio de Sapucaia, em homenagem ao padroeiro do curato, recordando a existência no local de grande quantidade de arvores, conhecidas como Sapucaias, corruptela de yacapucai.¹⁵

De acordo com a Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro de 1767, a região havia sido originariamente ocupada pelos índios Purys e Coroados e era conhecida como “Sertões dos índios bravos”. Em consequência da chegada dos portugueses e da tentativa de sua escravização, a população indígena foi forçada a se refugiar pelo interior fluminense.

Esses índios deixaram velhas trilhas pelas quais, a partir do século XVIII, contrabandistas traziam o ouro de Minas Gerais, atravessando a zona da mata, passando pelo Arraial do Cágado, atual município de Mar de Espanha, Chiador, Anta, Sapucaia e Jamaparã, por onde atravessavam o rio Paraíba do Sul para burlar a fiscalização existente na via oficial, o “Caminho Novo” (Estrada Real), que passava a poucas léguas da região. Desta forma, a área hoje pertencente ao município de Sapucaia também integrava a rota patrulhada pelo Regimento de Dragões. Sant’Ana (atual distrito de Jamaparã), localizada na margem direita, quando foi criado o Porto ou Registro do Cunha já em 1784, servia como ponto de parada de

¹³BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 28 jun. 2017.

¹⁴ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa*. In: FRAGOSO, João & GOUVEA, Maria de Fátima (org). **O Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v.3

¹⁵ IBGE. IBGE – cidades @. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rj/sapucaia/historico>. Acesso em 12 de abril 2017.

tropeiros. As comitivas faziam paradas para repouso à sombra das sapucaias, árvores que dão o nome à cidade.

Dessa forma, integrantes do Regimento de Dragões que cumpriam o reconhecimento de estradas e caminhos que abertos estivessem, fazendo a ligação entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, passariam por Sapucaia e região em rondas ou patrulhas, inclusive naquelas trilhas abertas pelos nativos. De tal missão resultaria o desbaratamento do núcleo de Manuel Henriques, o chamado *Mão de Luva*, líder de um grupo de contrabandistas atuantes na região do rio Macacu (atual Cantagalo), que acabou sendo preso pelo Regimento de Dragões e mandado para Vila Rica com o seu bando.¹⁶

A região começou a se desenvolver a partir de 1835, com as obras da estrada Magé-Sapucaia, um empreendimento do capitão Francisco Leite Ribeiro e de seu irmão, o coronel Custódio Ferreira Leite, barão de Aiuruoca, concluída em 1841. A Companhia da estrada Magé-Sapucaia foi criada em 1836 para ligar a província do Rio de Janeiro a Minas Gerais, com um trajeto que saía de Porto da Piedade, em Magé, até Sapucaia, finalizando com a construção de uma ponte que ligaria Sapucaia à Mar de Espanha, já em terras mineiras¹⁷:

Pela lei nº 36 de 6 de maio de 1836 foi o governo autorizado para contratar com Francisco Leite Ribeiro a abertura de uma estrada, que conduzisse de Magé ao rio Paraíba, com direção pelas proximidades do lugar denominado - Mar de Espanha -, de maneira que prestasse cômodo trânsito a carros, e seges, conservando-se sempre enxuta, e sem atoleiros, devendo ficar concluída dentro em 8 anos da data do contrato; gozando o empresário, em compensação de suas despesas, por si e seus sucessores, do privilégio de cobrar nas barreiras, que estabelecesse, cujo número seria fixado no contrato, as taxas de passagem, que bem lhe parecesse exigir, pelo numero de anos, que no mesmo contrato se estipulasse, que nunca seria menor de 60, nem maior de 100; podendo só principiar esse cobrança depois que a estrada fosse declarada pelo governo de todo concluída, correndo d'essa época em diante o tempo do privilegio.¹⁸

Custódio Ferreira Leite (1782-1859) foi um dos mais influentes vizinhos de Sapucaia, que não somente trouxe a estrada que ligava a então freguesia à Magé, como também seria o principal responsável pela vinda da estrada de ferro para a cidade. De fato, sua relação com Sapucaia era de extrema afinidade, tendo em vista que Mar de Espanha, localidade onde se

¹⁶ BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. São Paulo: Itatiaia p. 381/382, 1971.

SAINT-ADOLPHE, JCR Milliet de. Dictionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: J. P. Aillaud, 1845.

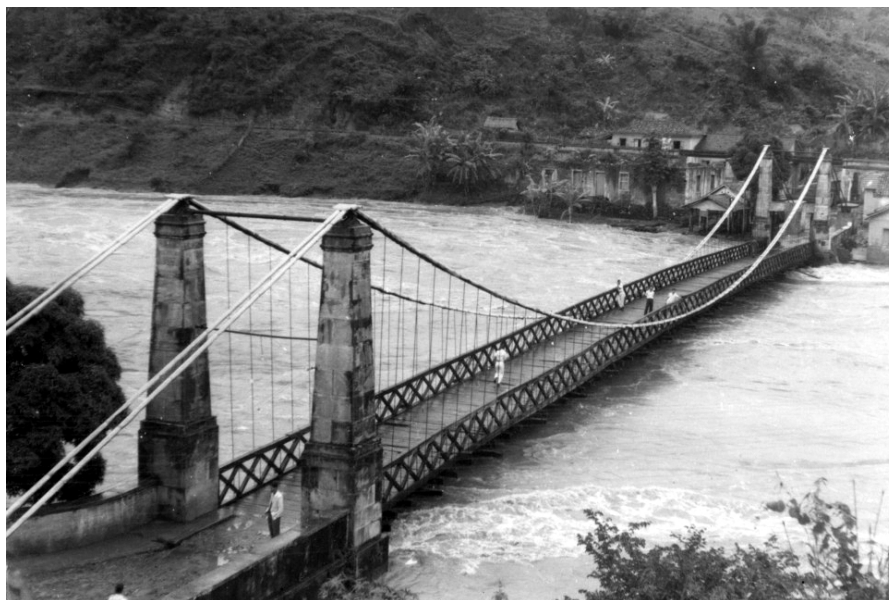
¹⁷ CAVALHEIRO, Daniela Carvalho. Caminhos Negros: vida e trabalho dos africanos livres na construção da Estrada de Magé a Sapucaia (1836-1864). Disponível em: <file:///C:/Users/louis/Documents/Downloads/Dialnet-CaminhosNegros-4766655.pdf>. Acesso em 11 Julho 2017.

¹⁸ Relatório do Presidente da Província relativo ao ano de 1846. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro Acesso em 25 de Jul 2017.

fixou juntamente com seu irmão, se separava da vila apenas pelo rio Paraíba do Sul, por uma ponte que ligava as duas províncias, obra também realizada pelo barão de Aiuruoca. A partir desse momento, comerciantes e mascates foram atraídos para Sapucaia a fim de atender às necessidades daqueles que trabalhavam no empreendimento.

Ligando Três Rios a Porto Novo da Cunha, o ramal foi construído pela EF Dom Pedro II e inaugurado em 1871. Porto Novo era o local onde as barcas atravessavam o rio Paraíba, ligando os estados do RJ e MG. Embora parcialmente em território mineiro, o ramal era subordinado à administração central da EF no Rio. A agência de Sapucaia postal é mais antiga, tendo sido criada em 21 de agosto de 1846. Nos anos 1850, a administração da estrada Magé-Sapucaia fez construir uma ponte pênsil no local para sua ligação com Minas, uma das primeiras obras de engenharia do Brasil nesse estilo.¹⁹

Imagem 2: Ponte Pênsil de Sapucaia (1950)



Fonte: Site da Câmara Municipal de Sapucaia. Disponível em: <http://cms.rj.gov.br/historia-de-sapucaia/>
Acesso em: 21 de Ago. 2017.

O mapa a seguir mostra por onde passava a ferrovia e por onde passava a estrada regular. Em pontilhado preto temos a estrada normal e em vermelho a ferrovia. Percebemos que a estrada de ferro se abre para muitos outros caminhos, atendendo um número maior de localidades no interior da província do Rio de Janeiro e de Minas Gerais:

¹⁹ Informações retiradas do site Agências Postais. Disponível em: http://agenciaspostais.com.br/?page_id=401
Acesso em: 25 Julho 2017.

Imagem 3: Estradas RJ – MG (século XIX)



Fonte: Carta de parte das províncias do Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo, contendo o traçado da Estrada de ferro D. Pedro II e dos seus diversos ramaes construidos - em construcção e projectados. [18--?]. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/43710>. Acesso 2 de junho 2017.

A imagem a seguir mostra a ponte da estrada de ferro que ligava Sapucaia à Mar de Espanha e unia as províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Sapucaia, portanto, contava com duas pontes já quando se torna município, uma mais antiga, construída pela estrada Magé-Sapucaia e que acompanhava a estrada regular, e a outra de 1871, construída pela Estrada de Ferro Dom Pedro II, ligando a mesma fronteira.²⁰

Imagem 4:
Ponte que ligava Sapucaia à Mar de Espanha, 1881



Fonte: Biblioteca digital Luso-Brasileira. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/36560> Acesso em 29 de Maio de 2017

George Gardner, médico e botânico de origem britânica, em sua viagem pelo Brasil entre os anos de 1837 e 1841 (*Viagem ao Interior do Brasil*), relatou sua experiência na região: “Sapucaia é uma pequena aldeia com poucas casas, de recente construção, que deve

²⁰ As duas pontes se separavam por apenas 1 km e hoje, ao lado de onde ficava a ponte pênsil, foi construída uma nova ponte ligando os dois estados. Em 1954 a ponte pênsil desabou quando por ela passava um caminhão de abóboras; somente anos depois a outra foi construída ao lado de onde ela ficava. Os sapucaenses chamam as duas pontes que lá estão de “Ponte Preta” (a de estrada de ferro) e “Ponte Branca” (a da estrada, mais nova).

sua origem à proximidade da nova ponte, ora em construção sobre o rio, em conexão com a estrada do Coronel Leite para a província, de Minas Gerais”.²¹

Atento à observação da vegetação local, o autor chama a atenção para a presença marcante das grandes árvores que caracterizavam o cenário, lamentando que a paisagem ali logo daria lugar às plantações de café, que estavam se expandindo na região:

Abeiramo-nos, pouco depois, de um rio, tocando a margem em ponto onde a corrente rola com ímpeto em estreito e pedregoso canal. Contávamos poder atravessá-lo aqui, mas fomos informados de que faltava a canoa e que convinha que fôssemos a um lugar chamado Sapucaia, léguas e meia acima, como, de fato, fomos. A estrada corria quase sempre paralela ao rio, através de esplêndida floresta, formada por grandes árvores, detroncos em geral direitos, por vezes sem galhos até à altura de mais de cem metros. Cavalgando estrada a dentro, senti grande pesar ao refletir que nestas regiões se cortam e queimam léguas quadradas de tais florestas para o plantio de café.²²

Ainda nesse mesmo relato, Gardner admirou a beleza do local em que viajava rumo à Fazenda do Louriçal, pertencente ao Barão de Aiuruoca, a qual era seu destino nessa passagem pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais:

No tronco das árvores desta floresta encontrei lindas e numerosas orquídeas, sendo uma das mais abundantes, e sem dúvida a mais alta, a *Cattleya labiata*. A região entre Sapucaia e Porto d'Anta, que alcançamos ao lusco-fusco, era um tanto semelhante à que havíamos encontrado um pouco mais baixo ao longo do rio, mas de matas menos espessas. Aqui, afinal, pudemos atravessar o rio, havendo uma balsa para cavalos, formada de três grandes canoas, ajoujadas, cobertas de pranchas e cingidas de ferro.²³

Após as primeiras ocupações, vários grupos se dirigiram para a região devido à notícia de que ali o solo era muito fértil. Como já mencionado, por volta da década de 1840 surgiu o arraial de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, pertencente a Magé. A freguesia de Santo Antônio de Sapucaia viria a surgir em 1856 (futura vila de Sapucaia), como curato.²⁴ A extensão do município de Magé era grande, contando com cinco freguesias que iam desde onde atualmente é seu território até parte da região serrana onde hoje se encontra a cidade de Teresópolis, no interior da província do Rio de Janeiro, como afirma Antônio Carlos Jucá de Sampaio:

²¹GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, 1975. P. 446, 1975.

²²GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, 1975. P 445.

²³GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, 1975. P 446.

²⁴ Informações retiradas do site da Prefeitura Municipal de Sapucaia. Disponível em: <http://cms.rj.gov.br/historia-de-sapucaia/> Acesso em: 13 de Jun. 2017.

O município de Magé, objeto de nosso estudo, localiza-se no fundo da baía de Guanabara. Dentro da conformação que possuía na segunda metade do século XIX, poderíamos dividi-lo em duas áreas geograficamente distintas. Por um lado, temos uma região de baixada, com um clima quente e de ocupação mais antiga (englobando as freguesias de Piedade, Suruí e Guapimirim) e, por outro, uma região serrana, com um clima mais ameno e de ocupação mais tardia (freguesias de Aparecida e Paquequer).²⁵

Situada na parte mais serrana das extensões de Magé, as primeiras expansões do que futuramente seria o município de Sapucaia se dão a partir da fazenda cafeeira do Barão de Aparecida, região que deu origem a essa freguesia e a de Sapucaia, mais tarde vila de Sapucaia. Como já foi dito anteriormente, a origem da vila liga-se à sua localização, por servir de passagem, não somente para viajantes, como também para o transporte de gado que seguia de Minas para a Corte.²⁶

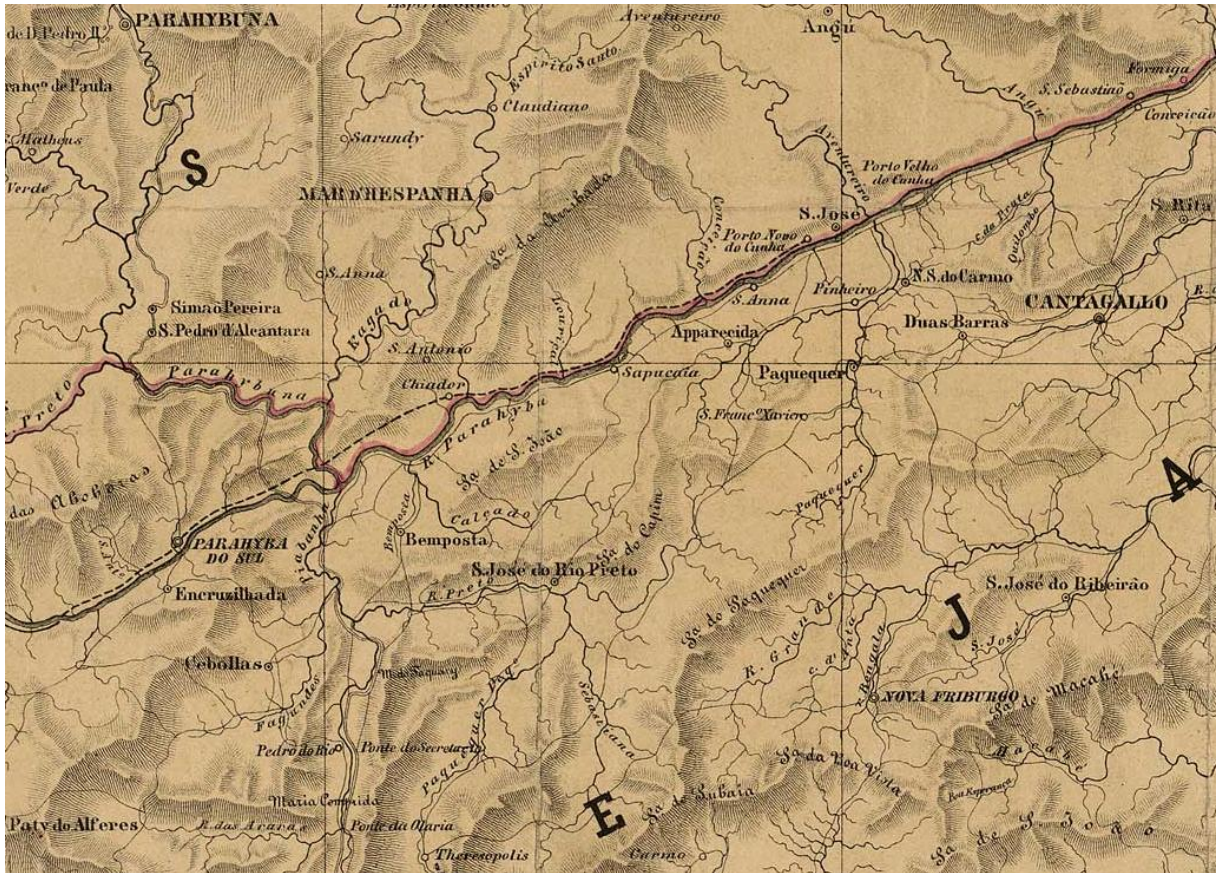
Porém, os primeiros registros sobre a localidade só aparecem no Almanaque Laemmert a partir do ano de 1862²⁷. O Curato de Sapucaia ainda contava com poucos habitantes, mas a freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida já se mostrava muito mais próspera. A Freguesia de São José do Vale do Rio Preto, que futuramente se uniria às demais para formar a vila de Sapucaia, ainda pertencia à Paraíba do Sul neste período.

²⁵ SAMPAIO, Antonio Carlos Juca de. Magé na Crise do Escravismo. Uff: Rio de Janeiro, 1994.

²⁶ Fonte para a breve história do Município de Sapucaia parte de pequenos artigos reunidos pelo funcionário da Prefeitura Municipal de Sapucaia Fernando Mazza Fernandes.

²⁷ ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, setor de Municípios, anos de 1860-1885. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> Acesso em 06 de Abril de 2016.

Imagem 5:
Sapucaia e região em mapa do Rio de Janeiro, 1866



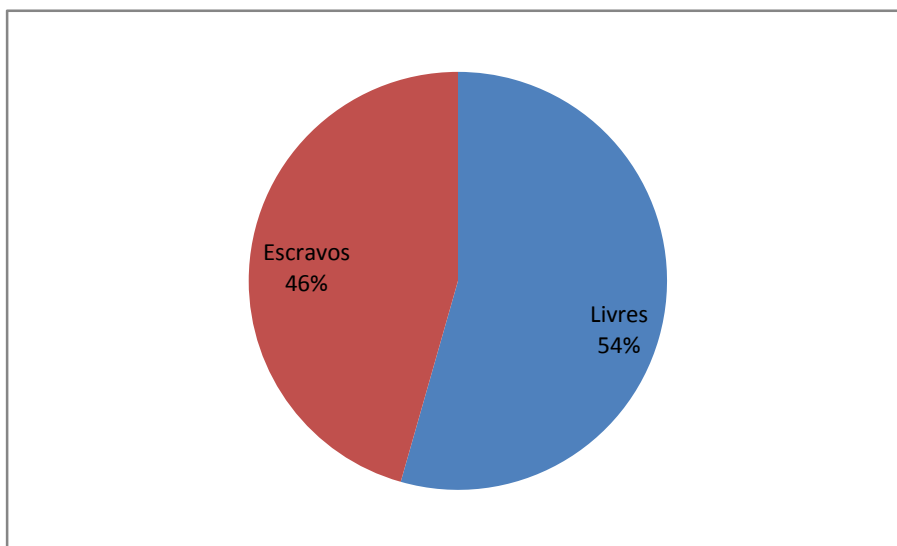
Fonte: Província do Rio de Janeiro [Cartográfico]. Rio de Janeiro, Laemmert, 1866. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart527116/cart527116.jpg. Acesso em 20 junho 2017.

Apenas dois anos após o seu primeiro registro no Almanaque Laemmert, há um crescimento populacional que coincide com a chegada da estrada de ferro, que seria inaugurada em 1871. Neste mesmo ano, a Freguesia de Santo Antônio de Sapucaia é elevada à condição de vila e em 1874 se desmembra de Magé e passa a compor o município de Sapucaia, junto com a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e da Freguesia de São José do Rio Preto, que fora desmembrada do município de Paraíba do Sul.

A POPULAÇÃO DA VILA DE SAPUCAIA

De acordo com o Censo demográfico de 1872, as paróquias que posteriormente englobariam o município de Sapucaia contavam com um total de 14.781 habitantes, sendo 8.043 livres e 6.738 escravos²⁸. Em 1877, já como vila, de acordo com informações do Almanaque Laemmert, a população de Sapucaia era composta por 8.038 livres e 5.057 escravos²⁹, em um total de 13.095 habitantes. Observaremos primeiramente a parcela escrava da população e o quanto ela representava em relação ao número total de habitantes, buscando ainda apreender um pouco da dinâmica econômico-social dessa região.

Gráfico 1:
População livre e escrava em Sapucaia (1872)



Fonte: BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 30 de Jun. 2017.

Analisando com mais detalhe o Censo de 1872, chegamos ao seguinte quadro:

²⁸ BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 30 de Jun. 2017. Optou-se pelo uso do Censo de 1872, mesmo sendo este anterior à formação do município, por ser a melhor fonte disponível para o período.

²⁹ ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO – Província. 1860-1885. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> Acesso em 06 de Abril de 2016.

Quadro 1
População escrava no município de Sapucaia, 1872
(freguesias de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, São José do Vale do Rio Preto e Santo Antônio de Sapucaia)

Idade	Número de escravos	%
0 a 15	2.215	33%
16 a 30	2.242	33%
31 a 50	1.440	21%
51 a 100	841	13%
Total	6.738	100%

Fonte: BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 23 de Out 2016.

O grande número de escravos que havia no município demonstra que, mesmo após a proibição do tráfico, a população escrava jovem e jovem adulta em Sapucaia era a maioria, sendo que o grande número de crianças escravas aponta para uma renovação desse tipo de mão de obra. Em comparação com a população livre, temos 54% de livres e 46% de escravos, o que teoricamente representaria quase um escravo para cada homem livre.

Ao compararmos Sapucaia com o município vizinho de Mar de Espanha no mesmo período, que também tinha uma grande população escrava (40% da população, em um total de 7.622 escravos), vemos que o município situado na província do Rio de Janeiro tem um maior número de escravos jovens e um menor número de escravos em idade avançada, enquanto a população adulta é equivalente, como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 2
População escrava em Mar de Espanha (1872)

Idade	Número de escravos	%
0a 15	1032	13,5%
16 a 30	2579	34%
31 a 50	2474	32,5%
51 a 100	1537	20%
Total	7622	100%

Fonte: BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 23 de Out 2016.

Levando em consideração a proximidade territorial entre as duas localidades e partindo da lógica de que a atividade agrícola em Mar de Espanha era semelhante a de Sapucaia, apesar da diferença de província, podemos dizer que Sapucaia estava um pouco mais dependente da escravidão do que sua vizinha.

Por outro lado, ao observarmos as freguesias separadamente, percebemos que as três apresentam especificidades, que nem sempre refletem o quadro geral. Desse modo, não podemos concluir tal assunto sem antes observarmos caso a caso.

Quadro 3
População escrava na freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida

Idade	Número de escravos	%
0a15	1.403	41%
16 a 30	1.297	38%
31 a 50	633	19%
51 a 100	67	2%
Total	3.400	100%

Fonte: BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 23 de Out 2016.

Vemos que no caso dessa freguesia há uma grande concentração de população escrava, e o número de escravos jovens são maioria; em contrapartida, o envelhecimento é bastante reduzido. Dessa maneira, podemos dizer que entre os fazendeiros dessa freguesia específica ainda havia uma aposta na escravidão como mão de obra e que ela ainda se renovava. O quadro não condiz exatamente com os dados do quadro geral que analisamos anteriormente, principalmente no item que demonstra que os escravos em idade avançada estavam em menor número nessa região, em comparação com o total das três freguesias.

A população livre em Nossa Senhora da Conceição Aparecida era de 1.982 pessoas, em oposição a 3.400 escravos, cerca de 66% da população total da freguesia, mostrando que havia uma concentração de escravos nessa região, como dito acima. Um dos motivos que explicaria essa concentração é o fato de que em Aparecida se localizavam as grandes fazendas

do Barão de Aparecida, José de Sousa Brandão, um grande cafeicultor na região nesse período. O barão ali detinha, junto com seu irmão, três fazendas cafeeiras e foi justamente a partir da expansão dessas ocupações que a freguesia se desenvolveu.

Quadro 4
População escrava na freguesia de São José do Vale do Rio Preto

Idade	Número de escravos	%
0 a 15	433	20%
16 a 30	541	25%
31 a 50	563	26%
51 a 100	642	29%
Total	2179	100

Fonte: BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 23 de Out 2016.

Na freguesia de São José do Vale do Rio Preto vemos um cenário um pouco diferente em relação ao de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Há ainda um grande número de escravos jovens e de escravos jovens adultos, porém o número de escravos envelhecendo e de escravos já idosos é bem maior. Considerando-se a dinâmica da localidade e a de Mar de Espanha, ela não se encaixa perfeitamente no mesmo padrão.

Além disso, a população livre em São José do Vale do Rio Preto era de 6.222 pessoas, contra 2.179 escravos, o que nos daria em média 35% da população total da freguesia, justamente o contrário do quadro apresentado para Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

A diferença, nesse caso, refere-se ao fato de que a freguesia está localizada em uma região mais afastada entre as três que formam o município de Sapucaia, o que pode colocá-la um pouco distante da dinâmica das outras duas. São José pertencia originalmente à Paraíba do Sul, uma região de exploração do solo para o café bem antiga, onde suas fazendas, principalmente as cafeeiras, datam do início do século XIX.³⁰ As famílias que ali se fixaram têm sua origem na região mineira de exploração do ouro nos séculos XVII e XVIII, que viram na aquisição de terras um novo grande investimento. Esse processo, na verdade, já havia sido registrado por Stanley Stein quando analisou a produção de café no Vale do Paraíba,

³⁰ Informação retirada através da análise do inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?cat=3> Acesso em: 08 de Maio 2017.

afirmando que “vinham aqueles que haviam enriquecido, contingentes de Barbacena e São João del Rei com um olho nos morros de terras virgens habitadas por um ou outro posseiro e o outro olho no propínquo mercado da cidade do Rio de Janeiro”³¹

O autor concentra-se, em sua obra, na história e relato da ocupação da região de Vassouras, mas veremos no capítulo três que a origem das famílias dos fazendeiros em torno do município de Sapucaia é bem semelhante.

Quadro 5
População escrava na freguesia de Santo Antônio de Sapucaia

Idade	Número de escravos	%
0 a 15	379	33%
16 a 30	404	35%
31 a 50	244	21%
51 a 100	132	11%
Total	1.159	100%

Fonte: BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 23 de Out 2016.

Já no caso da freguesia de Santo Antônio de Sapucaia, há uma concentração escrava relativamente menor do que nas outras duas freguesias, pois é a que apresenta o menor número de escravos. No entanto, estes correspondem a 37% da população. Apesar dela se encaixar no quadro geral do município, a maioria são escravos jovens e o envelhecimento é bastante reduzido. Mesmo levando-se em consideração que essa é a freguesia de ocupação mais recente entre as três freguesias aqui analisadas (o que ajuda a explicar o baixo número de escravos em idade avançada) e ainda a que apresenta o menor número de grandes propriedades³², vemos que há uma população escrava relativamente grande.

Os motivos que explicam esse quadro, além da “juventude” dessa região em relação às demais freguesias, ligam-se ao fato de que Santo Antônio de Sapucaia correspondia à região central da futura vila, onde se concentrava a área comercial. Ali a população era mais urbana,

³¹ STEIN, Stanley. Grandeza e Decadência do café. São Paulo: Brasiliense, p. 10/11, 1961.

³² Informação retirada através da análise do inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?cat=3> Acesso em: 24 de Maio 2017.

onde se encontravam preferencialmente os profissionais liberais e os setores de serviços gerais que nem sempre estavam presentes nas outras freguesias.

Quanto à população livre, cabe agora analisar suas características e ocupações, bem como sua distribuição entre as freguesias. Como nos outros itens, traçaremos primeiramente um quadro do município como um todo e depois o caso de cada freguesia e suas especificidades.

Acompanhando as ocupações predominantes no município, de um modo geral, podemos notar que há uma grande concentração nas atividades ligadas à terra. Vemos que o número de lavradores é bastante expressivo, o que justifica a grande quantidade de escravos na região, bem como sua dependência em relação às atividades agrícolas, principalmente a produção cafeeira. Observe-se o quadro a seguir:

**Quadro 6:
Ocupações predominantes em Sapucaia (1872)**

Ocupação	Número de pessoas
Artistas	27
Professores	20
Comerciantes	269
Costureiros	653
Operários diversos	204
Lavradores	2.831
Criados e jornaleiros	3.136
Serviços domésticos	3.171
Desocupados	4.388

Fonte: BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 23 de Out 2016.

Nota: Vale ressaltar que dentre os “Desocupados” estão incluídos crianças e idosos.

As ocupações ligadas à prestação de serviços básicos e domésticos também absorvem um grande espaço na sociedade sapucaense, representando, provavelmente, os setores menos favorecidos da população. De um modo geral, os números parecem indicar uma população majoritariamente pobre, o que se confirma ao percebermos que a parcela de “desocupados” na cidade era muito grande, mesmo considerando-se que nesse número estão incluídos as crianças e os idosos. No próximo capítulo falaremos do que a câmara se preocupava em fazer para atender a essa parcela dos moradores de Sapucaia.

Seguindo a análise por freguesia, começaremos por Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

**Quadro 7:
Ocupações predominantes em
Nossa Senhora da Conceição Aparecida (1872)**

Ocupação	Número de pessoas
Artistas	16
Professores	2
Comerciantes	99
Costureiros	37
Operários diversos	27
Lavradores	552
Criados e jornaleiros	1.935
Serviços domésticos	1.666
Desocupados	1.042

Fonte: BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 23 de Out 2016.

Essa região, como vimos anteriormente, apresentava uma ligação bastante forte com as atividades agrárias, o que explica o alto número de lavradores no entorno e também se confirma pelo número pequeno de operários diversos.

O número de professores era muito pequeno; veremos no capítulo seguinte que a educação do município estava mais concentrada no centro, ou seja, na freguesia de Sapucaia. Havia escolas em zonas mais afastadas, mas o que predominava nessas áreas era ou o analfabetismo dos mais pobres ou a educação doméstica para aqueles que tinham maior poder aquisitivo.

Os serviços domésticos e de criadagem predominavam dentre as ocupações, o que nos faz pensar que a necessidade desses serviços provavelmente está ligada às necessidades de trabalho daqueles que não tinham acesso à terra e precisavam viver ao redor dos homens poderosos dessa cidade. Um deles era o já citado Barão de Aparecida, que fazia da freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida o “quintal” de suas fazendas.

Quadro 8:
Ocupações predominantes em Santo Antônio de Sapucaia

Ocupação	Número de pessoas
Professores	13
Comerciantes	135
Costureiros	274
Operários diversos	79
Lavradores	975
Criados e jornaleiros	161
Serviços domésticos	671
Desocupados	845

Fonte: BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 23 de Out 2016.

A freguesia de Santo Antônio de Sapucaia se desenvolveu a partir de sua localização, no caminho e na divisa entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O afluxo de comerciantes, tropas e viajantes era constante, principalmente a partir do momento em que se tornou passagem para a província mineira e ligação necessária a localidades importantes,

como Mar de Espanha, inclusive com a construção e evolução da estrada Magé-Sapucaia e da estrada de ferro que por ali passava. Portanto, essa região já possuía um perfil mais urbano, onde já havia um pequeno comércio. Podemos perceber, inclusive, que o número de comerciantes nessa freguesia é o maior de todo o município, sendo até três vezes maior do que o da freguesia de São José do Vale do Rio Preto.

A freguesia não contava com número elevado de grandes fazendas como as outras freguesias mas, como podemos perceber no quadro acima, o número de lavradores é bem representativo. Esse cenário parece indicar que a maioria dos que ali trabalhavam com a terra ocupavam pequenas e médias propriedades, o que se confirma pela análise da lista de votantes da câmara de Sapucaia, o que será demonstrado no próximo capítulo.

O número de professores era o maior da cidade, concentrando 65% dos professores do município. Ali estava localizada a escola pública, construída pela Câmara dos vereadores, além da presença de professores particulares que serviam aos que podiam ter acesso a esse tipo de serviço.³³

Os serviços domésticos e de criadagem também são predominantes, o que se relaciona diretamente com o fato da freguesia de Santo Antônio de Sapucaia ser o centro do município e, com isso, ser um local onde as pessoas dependeriam mais desse tipo de atividade.

³³ ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, setor de Municípios, anos de 1860-1885. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>
Acesso em 06 de Abril de 2016.

Quadro 9:
Ocupações predominantes em São José do Vale do Rio Preto

Ocupação	Número de pessoas
Artistas	11
Professor	5
Comerciantes	35
Costureiros	342
Operários diversos	98
Lavradores	1.304
Criados e jornaleiros	1.040
Serviços domésticos	834
Desocupados	2.501

Fonte: BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 23 de Out 2016.

Em São José do Vale do Rio Preto o desenvolvimento da população deu-se em torno das grandes fazendas, que ali eram em grande número. Havia ainda um pequeno comércio para atender a essa população mas, aparentemente, não era significativo. São José fazia divisa com a cidade de Petrópolis, que poderia abastecer àquela população. Mesmo que não o fizesse, o centro de Sapucaia era um local ao qual eles poderiam recorrer.

As grandes fazendas que ali estavam não representavam toda a parcela que tirava seu sustento da terra. Pelo alto número de lavradores (mais da metade da população livre) percebemos que também havia pequenas e médias propriedades, o que também se confirma na análise das listas de votantes (capítulo dois). Isso já nos leva a perceber como também era necessário o grande número de prestadores de serviços básicos que atendiam a essa parcela que, na maioria das vezes, tinha poucos ou nenhum escravo.

O número de professores era reduzido, assim como em Aparecida, confirmando que se concentrava no centro a estrutura educacional da futura vila. Os mais ricos deveriam recorrer a aulas particulares com os professores que residiam na freguesia.

OS FAZENDEIROS E O CAFÉ

Vimos no item anterior que boa parte da população sapucaense era formada por escravos e apontamos os possíveis motivos para essa quantidade tão expressiva de cativos. Mas e a parcela livre da população? Quais eram as suas ocupações?

Pelo que observamos nas fontes da câmara, a principal forma de enriquecimento nessa localidade era a produção de café. O brasão que representa a cidade tem o café ao lado da cana-de-açúcar, mostrando que esses foram os grandes pilares da formação do município.

Imagem 6: Brasão da cidade de Sapucaia.



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Sapucaia. <http://sapucaia.rj.gov.br/acidade/>

O brasão da cidade traz à esquerda a cana-de-açúcar, que representa as primeiras propriedades, constituídas no período inicial de concessão de sesmarias, e à direita, o café, com a data da fundação do município, demonstrando que a base da câmara de Sapucaia e a formação da vila têm uma estreita ligação com a produção e expansão da lavoura cafeeira na região. Ao centro, vemos cinco estrelas que representam os atuais distritos (Sapucaia, Anta, Jamapar, Aparecida e Pião). Na parte inferior temos o rio Paraíba do Sul, que divide Minas Gerais do Rio de Janeiro, e no centro a *rvore Grande*, um símbolo da cidade. Apesar de ter sido elaborado no século XX, o brasão traz a memória desse período, dos descendentes

daqueles que foram os fundadores da vila, reforçando ainda a importância da grande lavoura na formação de Sapucaia.

As fazendas da região, em sua maioria, eram cafeeiras, de forma que os homens mais ricos da cidade estavam, em sua maioria, ligados ao café.³⁴ Esses fazendeiros ocupariam boa parte da câmara, sendo que em alguns períodos quase 100% dos vereadores eram fazendeiros de café.

Sapucaia era uma área de expansão agrícola tardia. Suas primeiras fazendas datam da década de 1830³⁵, enquanto em outras regiões do Rio de Janeiro e do próprio vale do Paraíba no início do século XIX já se falava em uma grande produção de café.³⁶ O auge do café em Sapucaia se dá entre os anos de 1854 e 1857, período em que foram exportadas 7,3 toneladas de café, chegando a utilizar 28.573 muares para o seu transporte.³⁷ Ao tratar da expansão e decadência da lavoura cafeeira na província, embora estivesse se referindo à expansão para a região de Vassouras, Stanley Stein revela um cenário que se encaixa muito bem na situação da região de Sapucaia:

[...] novas fortunas estavam sendo amealhadas pelos negociantes de café, experimentando a vida econômica da Província do Rio um surto de prosperidade. Se bem que irremissivelmente subordinado à monocultura, preparava-se o Vale do Paraíba para levar adiante a expansão de seus cafezais.³⁸

O mapa a seguir demonstra a localização das fazendas cafeeiras entre os anos de 1860-1870 nos territórios que constituíam a futura vila de Sapucaia. Embora não estejam ali representadas todas as grandes propriedades existentes no período nessa região (até porque nele estão apenas aquelas fazendas cujas sedes ainda existem), ele pode trazer um panorama geral dessa ocupação³⁹.

³⁴ Vide Gráfico 10 que mostra a quantidade de vereadores fazendeiros.

³⁵ Informação retirada através da análise do inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?cat=3> Acesso em: 07 de Jan. 2017.

³⁶ STEIN, Stanley. Grandeza e Decadência do café. São Paulo: Brasiliense, 1961.

³⁷ Informação retirada do site da Câmara Municipal de Sapucaia. Disponível em: <http://cms.rj.gov.br/historia-de-sapucaia/> Acesso em: 28 de Jul. 2017.

³⁸ STEIN, Stanley. Grandeza e Decadência do café. São Paulo: Brasiliense, 1961. P. 36

³⁹ O mapa integrao projeto *Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense*, realizado pelo Instituto Cultural Cidade Viva, em parceria com o Instituto Light e com a coordenação técnica do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC / SEC e concluído em 2010. O Inventário está disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>. Acesso em: 09 de Maio 2017.

Imagem 7:
Fazendas inventariadas por município
(com coordenadas de localização por satélite) – 2008/2009.⁴⁰



Fonte: Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/mapagoogle.pdf> Acesso em 13 de Abril 2017.

Observando a disposição das fazendas, percebemos que a maioria se concentrava na freguesia de São José do Vale do Rio Preto, representado no mapa pelo número 77, num total de 11 fazendas, sendo 3 na divisa com a vila de Sapucaia. Como já vimos anteriormente, a vila englobava as freguesias de Sapucaia, de Nossa Senhora Aparecida e a de São José do Vale do Rio Preto.

Nas freguesias de Santo Antônio de Sapucaia e de Nossa Senhora Aparecida encontram-se somente quatro grandes fazendas, o que não significa que essa região não fosse

⁴⁰ Número 80 representa o atual município de Sapucaia (freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e Vila de Sapucaia) e o número 77 representa o atual município de São José do Vale do Rio Preto (freguesia de São José do Vale do Rio Preto). O rio que aparece no mapa é o Rio Paraíba do Sul que divide os Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

agrícola, até porque dentre elas estão fazendas de um território gigantesco e de alta produção cafeeira, como as de José de Sousa Brandão, o barão de Aparecida.

Na freguesia de Santo Antônio de Sapucaia aparecem apenas duas fazendas; porém, uma delas é a Fazenda Lordelo, pertencente a Honório Hermeto Pacheco Leão, marquês de Paraná, que é uma das fazendas mais antigas da região e uma grande produtora de café.⁴¹ O marquês já havia falecido nesse período, mas sua esposa e seus filhos continuaram com as atividades da propriedade, que ainda tinha grande importância para a região na época.

Dentre as propriedades localizadas na Freguesia de São José do Vale do Rio Preto encontramos grandes produtoras de café, como a Fazenda de Águas Claras, que pertencia a Guilherme Augusto de Souza Leite, barão de Águas Claras, que também representava boa parte da produção do município. Além disso, há a fazenda Belém e a Boa Esperança, ambas pertencentes aos Souza Werneck, uma antiga e tradicional família do vale do Paraíba Fluminense.

Apresentado o panorama das freguesias que compunham o município de Sapucaia, a história de sua ocupação, população e traços de sua principal atividade econômica, seguiremos para o capítulo dois percebendo que havia uma vontade de tornar estas terras um município pra justamente trazer para seus habitantes um pouco do que as elites urbanas das grandes cidades tinham acesso, como por exemplo, ruas asfaltadas, praças, jardins, escolas, biblioteca, espaços para entretenimento, melhorias que eram difíceis de serem alcançadas.

Além disso, reforçamos que Sapucaia era uma importante via de ligação com a província de Minas Gerais e muitos de seus vizinhos se relacionavam diretamente com a vila diariamente. No próximo capítulo, procuraremos investigar, através das fontes camarárias, quais as necessidades dessa população, a relação com seus vizinhos e também seus problemas. Observaremos como a câmara lidava com todos esses aspectos e qual o seu papel na formação desse novo município.

⁴¹Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?cat=3> Acesso em: 13 de Abril de 2017. Acesso em 18 de Jul. 2017.

CAPÍTULO 2

A CÂMARA DE SAPUCAIA

A Câmara da vila de Sapucaia foi criada em 1875, mas tem sua primeira sessão datada do dia 30 de junho de 1876. Sua sede localizava-se no núcleo urbano da antiga freguesia de Santo Antônio de Sapucaia e seus vereadores eram provenientes tanto dali quanto das demais freguesias que compunham a nova vila.

Sua estrutura seguia as determinações da legislação de 1828⁴², que previa a existência de sete vereadores, um secretário, um procurador e um fiscal, nomeados pela Câmara. O procurador deveria arrecadar e aplicar as rendas e multas, destinadas às despesas da instituição, bem como fazer despesas de acordo com deliberações da Câmara ou autorizadas por posturas; demandar perante os juizes de paz a execução das posturas e a imposição das penas aos contraventores; defender os direitos da Câmara perante as instâncias ordinárias do judiciário; dar conta da receita e despesa, por trimestre. Já o secretário, tinha como função escriturar todo o expediente. Ao porteiro era atribuída a função de executar as ordens da Câmara e seus serviços. E os fiscais, que observavam o cumprimento das posturas, auxiliavam o procurador no cumprimento de seus deveres e informavam à instituição o que conviesse comover ou resolver, inteirando-a do estado de sua administração⁴³.

Antes do ato adicional de 1834, aos vereadores cabiam muitas funções, que incluíam cuidar do município em que eram eleitos tanto na parte econômica quanto administrativa, e também no que dizia respeito à segurança dos cidadãos, no sentido de que a Câmara elegia o juiz de paz e também era responsável pelo exercício da Justiça na localidade. Após 1834, com a reforma constitucional, ampliaram-se os poderes do Conselho da Presidência e do Conselho Geral de Província (criados em 1823 e 1824, respectivamente), em um movimento geral de

⁴² BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828, art1. *Coleção das leis do Imperio do Brazil de 1828.*

⁴³ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828, arts. 75, 79 a 83. *Coleção das leis do Imperio do Brazil de 1828.*

centralização das funções administrativas no âmbito provincial, o que, de certa forma, diminuiu o poder tradicional das câmaras locais⁴⁴.

Porém, estudos mais recentes apontam que apesar desse esvaziamento de poder das instituições camarárias, elas representavam um papel fundamental na dinâmica da política imperial ao permitir que o governo da monarquia chegasse a todas as instâncias do Império. De acordo com Richard Graham:

Os proprietários no início do século XIX tomavam posições ambivalentes em relação ao governo central. Se ele oferecia um instrumento eficaz para controlar os pobres, também podia ameaçar sua autoridade local. Assim, os homens abastados tentavam garantir para si ou seus amigos posições de poder em todos os níveis de governo. Apesar de hesitações e inversões, eles decidiram claramente jogar sua sorte junto com a do governo na década de 1840. Foi uma escolha sábia, pois as várias instituições de governo que criaram revelaram-se um poderoso baluarte contra a desordem. As nomeações para cargos na estrutura governamental permitiram que os abastados fortalecessem sua posição de classe e expandissem suas clientelas individuais. Apropriaram-se do governo central e depois utilizavam o clientelismo para manter seu domínio local. As instituições políticas brasileiras, tal como implantadas firmemente em 1850, surgiram da necessidade percebida pelos homens de posses de um sistema no qual pudessem resolver suas diferenças sem solapar a ordem. O sistema político centralizado e estável não lhes foi imposto pela elite política, mas construído por eles mesmos.⁴⁵

Dessa maneira, o autor indica a importância dos poderes locais para a construção de uma dinâmica de poder que precisava “costurar” as relações do centro com as diferentes e mais longínquas localidades do Império, no sentido de buscar-se uma uniformidade das práticas administrativas e judiciárias. Além disso, o interior da província representava a base eleitoral das elites que almejavam cargos na corte, de forma que, inclusive, o controle sobre os processos eleitorais eram fundamentais para a concretização de seus projetos e reprodução de toda essa estrutura de poder. Ao mesmo tempo, esses homens do interior, integrando essas redes de relacionamentos conseguiam reforçar suas alianças e práticas de mando local para crescer politicamente em sua cidade, vila ou freguesia e para trazer recursos para suas localidades.

Como afirma Maria de Fátima Gouvêa,

⁴⁴ FERREIRA, Gabriela Nunes. Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o visconde de Uruguai. São Paulo: Ed. 34, 1999. P. 25-32.

⁴⁵ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil: Toma lá dá cá**. Braudel Papers: 1999. P. 5.

A historiografia que tem estudado o Império do Brasil tem repetidamente afirmado o caráter profundamente centralizado da monarquia constitucional brasileira. Entretanto, se por um lado, vários foram os elementos que restringiram, em meio ao Regresso, a autonomia regional e local em todo o país, por outro, a teia de interesses e de instituições regionais que articularam a trama política e administrativa era bastante ampla e complexa.⁴⁶

Ainda nessa linha de abordagem, que ressalta a importância da política local na dinâmica política do Império, Maria Fernanda Martins demonstra que as elites imperiais, apesar de terem sua atuação mais centrada na Corte e nos grandes centros, mantinham suas bases de poder no âmbito local, nas pequenas cidades, vilas, freguesias, etc⁴⁷. Essa base era fundamental para construir o início de muitas carreiras políticas nas câmaras, que serviam de degrau para outros cargos políticos de maior poder na província, como o de deputado, por exemplo, ou mesmo na Corte.

De acordo com essa historiografia mais recente, que aponta para uma importância das câmaras municipais mesmo após o ato de 1834, o estudo da Câmara de Sapucaia e, principalmente, de seus vereadores, se mostra fundamental, considerando-se o seu papel nas redes de poder que davam sustentação ao poder das elites, seja no nível local, seja em instâncias mais amplas. Estes indivíduos deliberavam diretamente sobre os assuntos municipais, as necessidades da população, a organização espacial do município e os interesses de grupos e setores nas mais diversas áreas, assim como concentravam muitos dos mecanismos que lhes permitiam controlar o comportamento da população local.

OS PROBLEMAS INICIAIS

Nesse ponto queremos demonstrar o quanto as relações com outros municípios, principalmente os mais próximos dentro da província do Rio de Janeiro, eram importantes para essa instituição que acabava de ser instaurada. Demonstraremos que os municípios dialogavam de forma colaborativa na maior parte do tempo e que essas relações são de extrema importância para entender a dinâmica naquela região no período imperial. O que pode parecer óbvio nos dias atuais, no século XIX funcionava de maneira diferente,

⁴⁶GOUVEA, Maria de Fátima. **Política Provincial na Formação da Monarquia Constitucional Brasileira. Rio de Janeiro, 1820-1850.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. P. 2.

⁴⁷MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, capítulo 3.

principalmente devido às distâncias e à indefinição das fronteiras e jurisdições em uma região ainda em formação.

Os primeiros problemas da nova câmara estão relacionados com a construção de suas bases administrativas, ou seja, a elaboração das tabelas de pesos e medidas e também a redação das posturas municipais. Veremos mais adiante que a relação com a cidade de Magé – a qual duas das freguesias que formavam a vila de Sapucaia haviam pertencido – não era das melhores, razão pela qual o município precisava contar com outros vizinhos fluminenses. A câmara de Barra Mansa, que já funcionava desde 1833, um ano após a elevação da localidade à vila, apesar da distância, tinha uma relação de estreita colaboração com os vereadores sapucaenses. O código de posturas de Sapucaia teve como modelo o código de Barra Mansa e a boa relação entre ambas as câmaras é confirmada pelas fontes, nas quais se observa os constantes elogios dos vereadores à essa vila, tanto nas discussões plenárias quanto nos ofícios trocados entre elas.

A cidade de Paraíba do Sul (elevada de vila à cidade em 1871) também colaborou para o funcionamento da câmara de Sapucaia em seus primeiros anos, porém nem sempre de forma harmoniosa, o que pode ser explicado pelo fato de Sapucaia ter sido formada mediante a incorporação da freguesia de São José do Rio Preto, que pertenceu antes à Paraíba do Sul. Como apontado anteriormente, essa freguesia era uma tradicional produtora de café e berço de famílias importantes, como a do Barão de Águas Claras e de outros vereadores, futuros membros da câmara de Sapucaia. Essa relação instável se torna mais nítida em ofícios trocados com a Presidência da Província, nos quais Sapucaia reclama que Paraíba do Sul não respeitava o limite entre os municípios e cobrava impostos em São José do Vale do Rio Preto, além do fato de que a cidade também não abria mão do seu antigo cemitério, localizado na fronteira com a freguesia de Sapucaia, recusando-se a entregar sua administração à Irmandade de São José. Na verdade, a câmara já vinha transferindo o controle dos cemitérios da região às irmandades que o solicitavam; dessa forma, não apenas agradavam aos membros dessas associações como ainda livravam-se dos gastos e encargos a eles relativos. Mesmo perante esse cenário, Paraíba do Sul emprestou sua tabela de pesos e medidas para Sapucaia elaborar a sua própria.

Magé não colaborou com seu antigo território. Sua relação com Sapucaia era completamente instável e podemos afirmar que, na maioria das vezes, não era das melhores. Magé é um dos territórios mais antigos do Rio de Janeiro, cuja ocupação data de inícios do século XVII; o foro de cidade é alcançado já em 1857, portanto, muito anterior ao de

Sapucaia, mas que coincide também com o povoamento dessa região da nova vila de Sapucaia. Sua extensão no período imperial era imensa, com longas distâncias entre suas diferentes regiões, o que dificultava um controle administrativo mais efetivo e, principalmente, dificultava a identificação das áreas mais distantes como pertencentes à cidade de Magé. Quando Sapucaia foi emancipada, Magé não somente perdeu um território que prosperava, como também perdeu a freguesia de Nossa Senhora Aparecida, que detinha uma grande produção de café, além de grandes propriedades e fazendas tidas como modelo, como a Fazenda Lordelo, fundada pelo marquês de Paraná, dedicada à produção cafeeira.

As relações entre Sapucaia e Magé, em geral, esteve sempre marcada por certa animosidade. Há muitas reclamações dos vereadores dirigidas ao presidente da província queixando-se de que Magé não colaborava com a nova vila, por exemplo, ao não enviar documentos importantes sobre a região e dificultar a chegada dos livros de votantes que incluíam a vila de Sapucaia e a freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, o que atrasava o processo eleitoral da câmara em Sapucaia e prejudicava os avanços da instituição. Além disso, parte desses documentos era importante para compor os relatórios que tinham de ser enviados ao presidente da província, o que poderia se transformar em punições para o município. Dentre muitas reclamações e trocas de ofícios muitas vezes nada amigáveis, a Câmara de Sapucaia chega a representar contra Magé junto à Presidência da Província pelo fato de não terem sido entregues os diplomas aos vereadores, bem como toda documentação pertencente à região que permanecia em posse da cidade⁴⁸.

RELAÇÃO DA CÂMARA COM A PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA

Como dito anteriormente, as câmaras perderam poder durante o século XIX à medida que o poder provincial ganhava mais espaço. O que antes cabia a um grupo de vereadores locais decidirem, com seus poderes muito variados e amplamente disseminados entre a população local, depois da criação da presidência de província perdem parte dessa função e têm de se adaptar para que de alguma forma fizessem valer sua voz dentro da dinâmica do Império.

⁴⁸ As informações aqui utilizadas sobre as localidades citadas são provenientes da Enciclopédia dos Municípios do IBGE. Ver IBGE. IBGE – cidades. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rj/ Acesso em 12 abril 2017.

O que queremos com esse item é, mais uma vez, demonstrar que, apesar dessa mudança na atuação dos vereadores perante a sociedade, os mesmos conseguiam maneiras de interagir com a Presidência de Província, obedecendo as solicitações que eram exigidas para alcançar verbas e trazer benefícios à vila e, ao mesmo tempo, fazendo valer suas demandas e reivindicações perante essa instituição.

O cargo de presidente de província foi criado em 1823, após as capitanias tornarem-se províncias (1821), em substituição às Juntas Governativas que atuaram no contexto pós-independência. Confirmado pela Carta Constitucional de 1824, mantiveram-se durante todo o período imperial. Os presidentes eram nomeados diretamente pelo imperador, embora sem um mandato previamente estipulado, de forma que poderiam ser destituídos do cargo ou se afastarem a qualquer momento⁴⁹. Por conta disso, eram escolhidos pela assembleia local vice-presidentes, que os substituíam de maneira interina até que um novo presidente fosse nomeado novamente e assumisse o cargo. De acordo com a constituição de 1824:

Art. 165. Haverá em cada Província um Presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender, que assim convém ao bom serviço do Estado.

Art. 166. A Lei designará as suas atribuições, competência, e autoridade, e quanto convier no melhor desempenho desta Administração.⁵⁰

Essa nova instância, assim como as assembleias provinciais fariam posteriormente, enxugava o poder das câmaras municipais que no século XVIII tinham maior autonomia, além de funcionar como uma intermediação dos poderes locais com o imperador. Dessa maneira, muito do que os vereadores planejavam para suas localidades tinha de ter o aval do presidente da província; também passava pelas suas mãos inúmeros casos de solicitação dos municípios e as câmaras deveriam responder a esse órgão de maneira assídua, mantendo uma relação de respeito mútuo que garantia ambos os poderes.

A comunicação entre os órgãos era muito intensa, pelo menos no que diz respeito à Sapucaia. Dentre os ofícios que eram publicados nos livros de ofícios da câmara de 1875 a 1888, cerca de 60% eram destinados ao presidente de província. Obviamente que a concentração desses ofícios se encontra nos anos iniciais de funcionamento da câmara,

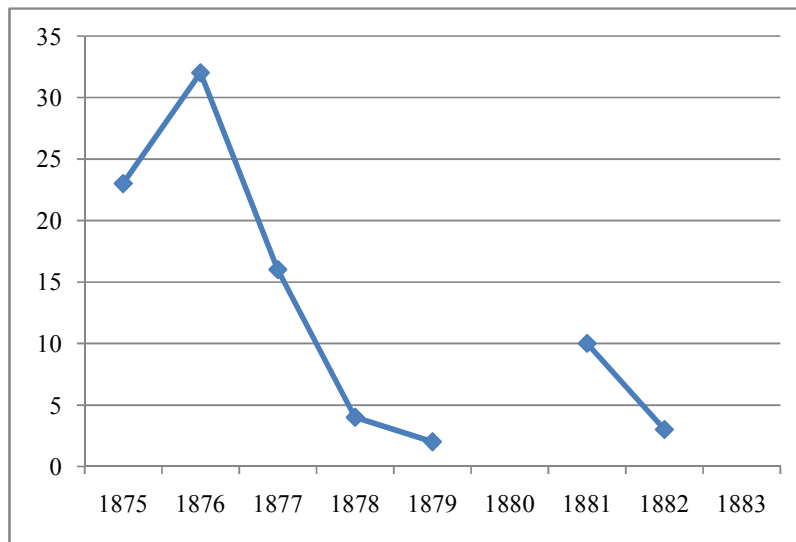
⁴⁹ Coleção de Leis do Império do Brasil. Lei da Assembleia Geral Constitutiva e Legislativa de 20 de outubro de 1823, que dá nova forma aos governos das províncias, criando para cada uma delas um Presidente e Conselho. Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/antioresa1824/lei-40978-20-outubro-1823-574639-publicacaooriginal-97736-pe.html. Acesso em 25 junho 2017.

⁵⁰ Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de Março de 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 23 junho 2017.

justamente pela necessidade de se construírem às bases e estrutura administrativas da nova instituição e da própria vila.

Ao observarmos o gráfico a seguir percebemos muito claramente essa diminuição dos ofícios à presidência de província ao longo dos anos:

**Gráfico 2:
Ofícios expedidos ao Presidente da Província (1875-1885)**

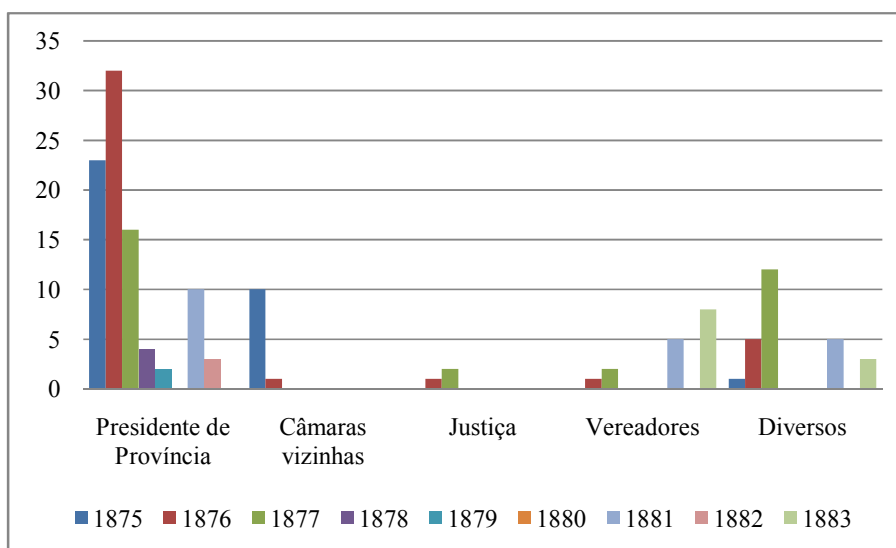


Fonte: Livro de Ofícios expedidos pela Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1885)⁵¹

Se analisarmos essa correspondência de uma maneira mais geral, podemos perceber ainda melhor a diminuição de ofícios ao presidente de província e o aumento progressivo do número de ofícios que se ligavam às questões locais. Assim, pode-se observar como a vila vai se voltando, cada vez, mais para a administração de seus próprios problemas, sem deixar de cumprir suas obrigações perante a província. De acordo com a linha do tempo do gráfico abaixo, temos melhor essa noção:

⁵¹ Não foram encontrados registros para o ano de 1880 no Livro de Ofícios Expedidos pela Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1885).

Gráfico 3:
Ofícios expedidos pela Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1885)



Fonte: Livro de Ofícios expedidos pela Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1885)

Aparentemente, a relação de Sapucaia com a Presidência de Província era bastante harmoniosa. Inicialmente, os ofícios eram mais descritivos e mais frequentes. Dentre os temas tratados, havia questões de praxe, como o envio da lista de votantes e das contas da câmara, seguidos por pedidos relacionados à obtenção de verbas para melhorias para população, como a construção da biblioteca e manutenção da ponte pênsil.

Ofício a Presidência da Província
Câmara em 24 de abril de 1875.

Ilustríssimo Senhor, perante Vossa Senhoria vem a Câmara Municipal da Vila de Sapucaia representar contra o péssimo estado em que se acha a ponte pênsil que une a Vila de Sapucaia à província de Minas, sobre o rio Paraíba. Estando inteiramente deteriorados os barrotes que sustentam a ponte, algumas tábuas caíram e grandes buracos permanecem abertos, pagando o povo pesados impostos sobre essa ponte. Pede a Câmara a Vossa Senhoria as devidas providências a respeito.⁵²

Incluía também desde meras congratulações ao presidente que assumia o cargo, até reclamações relativas aos problemas com outros municípios, como dito anteriormente para os casos de Magé e Paraíba do Sul.

⁵² Livro de Ofícios da Câmara de Sapucaia (1875-1885). Ofício de 1875.

Câmara Municipal da Vila de Sapucaia, 1 de fevereiro de 1878.

Ilustríssimo Senhor,

A Câmara Municipal da Vila de Sapucaia, tem a honra de aceitar o recebimento da portaria de 1 de janeiro, no qual Vossa Senhoria comunicou ter prestado juramento e ascendido ao cargo de Presidente desta Província. Aproveito a oportunidade para, em nome de seus munícipes, felicitar a Província do Rio de Janeiro e congratular a escolha feita pelo Governo Imperial.⁵³

Sapucaia não atrasava os prazos, no que dizia respeito ao envio de documentos solicitados pelo presidente da província. Dentre essa documentação estava o código de posturas e a prestação de contas anuais da câmara, o que garantia a liberação de recursos vários. Porém, muitas vezes essa liberação não ocorria, gerando ofícios por parte da câmara cobrando maior eficiência nos repasses monetários. Quanto às informações sobre os limites da fronteira da vila, eram enviados dentro dos prazos estabelecidos, mas o maior problema parecia estar na definição dos limites entre as freguesias e, principalmente, entre as diferentes localidades, vilas e cidades vizinhas. Os vereadores, muitas das vezes, precisaram contar com a ajuda da própria população sapucaense, que doava plantas do território e da região:

Ofício a Joaquim Pereira da Silva Junior

Câmara Municipal da Vila de Sapucaia 22 de Abril de 1875.

[...] A Câmara Municipal da Vila de Sapucaia de posse do antigo Arraial da Sapucaia que Vossa Senhoria se designou oferta-lhe, por meio de seu ofício de 20 do corrente que acompanhou a referida planta, vem agradecer a vossa senhoria a tão valiosa oferta e ao mesmo tempo louvar o conhecido zelo de Vossa Senhoria pelo progresso do Município. Apresenta a Câmara a Vossa Senhoria seus protestos de respeito e consideração. Deus guarde a Vossa Senhoria Ilustríssimo Senhor Joaquim Pereira da Silva.⁵⁴

Mesmo assim, no que se refere aos limites entre as freguesias, os vereadores se queixavam da ausência de pessoal especializado para delimitar as divisas, o que não deixou de ser cobrado inúmeras vezes à Presidência da Província. Havia os problemas entre os vizinhos (já apontados nesse mesmo trabalho) que dificultavam a identificação exata dos territórios.

Portando, recorrer à Presidência da Província, além de muitas vezes ser uma obrigação, era a melhor maneira de garantir que as solicitações da vila de Sapucaia fossem atendidas. Veremos nos próximos itens que a câmara tentava resolver os problemas locais por

⁵³Livro de Ofícios da Câmara de Sapucaia (1875-1883). Ofício de 1878.

⁵⁴Livro de Ofícios da Câmara de Sapucaia (1875-1883). Ofício de 1875.

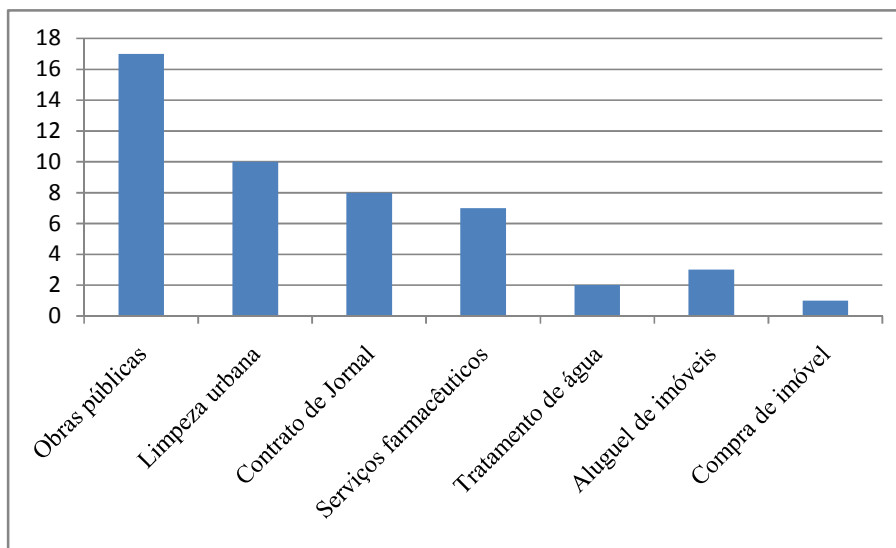
ela mesma, mas que nem sempre sozinha ela tinha sucesso. Sendo assim, a melhor opção era pedir ajuda à Província.

DEMANDAS INICIAIS

Trataremos nesse item das demandas iniciais que refletem a relação da Câmara com a população local. Para isso, foram analisadas não somente as atas da câmara, mas também os contratos que foram feitos pela instituição, que refletem parte das melhorias ocorridas no município e também demonstram a real necessidade da população, bem como da própria vila.

Antes de tratarmos das demandas mais detalhadamente, vejamos o gráfico a seguir, que fornece um panorama mais geral das maiores preocupações da administração local, de acordo com os contratos estabelecidos pela câmara:

Gráfico 4:
Contratos da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1889)



Fonte: Livro de Contratos da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1889)

As obras municipais era o item que gerava o maior número de contratos, justamente por ser não somente a categoria mais comum de pedidos feitos à câmara, mas também por abranger diversos tipos de obras e atingir a todos os distritos. Essas obras envolviam

pequenos ajustes em terrenos particulares, assim como intervenções nos cemitérios dos distritos, além de obras de grande porte, como o paço municipal, do qual falaremos mais adiante.

Seguindo essa lógica, passamos a uma das demandas que foi das primeiras a aparecerem nas discussões camarárias. A partir do decreto de 15 de outubro de 1827, que regulamentava a instalação de escolas de primeiras letras *em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império*⁵⁵, há uma ampliação das escolas no Brasil, embora o ensino ainda fosse muito precário e a população, em sua maioria, analfabeta. O decreto buscou organizar de forma mais efetiva a educação pública que atenderia àqueles que quisessem posteriormente cursar o ensino superior fora de suas cidades. Foi também através desse decreto que a educação de mulheres foi instituída no Brasil.

Os que tinham melhores condições financeiras garantiam aos filhos o estudo em escolas particulares ou com professores em casa. Os mais pobres contavam com a sorte de haver algum ensino gratuito fruto da caridade pública ou escolas sustentadas pelas câmaras locais ou pelo poder provincial. O ensino também era concentrado na educação masculina, mesmo após 1827, havendo menor possibilidade de estudo para as mulheres; no caso de mulheres pobres, esse quadro seria ainda mais difícil.

No que se refere à câmara de Sapucaia, dentre os primeiros ofícios para a presidência da província e as primeiras discussões presentes nas atas, encontra-se o pedido de verba para a construção de uma biblioteca municipal. Os vereadores apontavam que havia uma quantidade expressiva de livros que poderiam formar uma biblioteca significativa e que deixá-los na sede da câmara seria desperdício, quando poderiam ser disponibilizados à população. A maioria desses livros eram doações dos próprios vereadores e que precisavam de um destino mais útil do que somente ocupar espaço na casa dos seus antigos donos, e mais tarde, o próprio prédio da câmara. Conseguir esses recursos não foi fácil e esse pedido aparentemente demorou seis anos para ser atendido. Nem por isso os vereadores deixaram de insistir, reiterando a solicitação a cada seis meses. O ofício abaixo é o quarto ofício mandado à presidência da província sobre o assunto:

⁵⁵Decreto de 15 de Outubro de 1827, disponível online em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Educa%C3%A7%C3%A3o-no-Imp%C3%A9rio/lei-de-15-de-outubro-de-1827.html> Acesso em: 02 de Maio 2017.

Câmara Municipal da Vila de Sapucaia, 22 de janeiro de 1876
A Câmara Municipal de Sapucaia vem perante à Vossa Excelência pedir de novo que se digne a criar a biblioteca.⁵⁶

Outro pedido com relação à educação era a construção de uma escola para os cidadãos que não podiam pagar, um dos primeiros projetos da câmara. Sapucaia contava apenas com uma escola particular para educação mista. Fora isso, a educação na nova vila ficava por conta de aulas particulares e escolas públicas rurais.

A intenção dos vereadores, por volta de 1876, já era criar uma escola para meninas e outra para meninos, de maneira a ter uma educação pública que atingisse aos menos favorecidos. A escola mista, já existente, uma escola maior, se localizava na sede do município, na vila de Sapucaia; porém, o projeto contava com o aluguel de mais uma casa para que houvesse a separação dos estudantes por gênero. Os contratos de aluguéis das escolas foram realizados mas, aparentemente, somente a escola masculina chegou a ser implantada.

Todas as freguesias contaram com uma escola, sempre escolas rurais, que forneciam uma educação mais simples, focada na alfabetização e, em sua maioria, dedicada a meninos. Havia uma escola até mesmo no curato de Anta, uma pequena localidade que surgiu entre a vila de Sapucaia e a de São José do Vale do Rio Preto, por volta de 1884. A quantidade de alunos matriculados nas escolas não é registrada nas fontes, de forma que não sabemos o quanto a educação pública alcançou efetivamente os habitantes, muito menos se os libertos tinham acesso. No entanto, o que cabe ressaltar é que havia uma preocupação dos vereadores com a educação básica já nos primeiros anos da fundação da vila.

Dentre as demandas mais frequentes, além da questão da educação, estava o problema da saúde. O Brasil de fins do século XIX ainda enfrentava problemas de proliferação de doenças e epidemias, que eram combatidas de forma precária, na ausência de médicos e tratamentos adequados. As tendências, teorias e práticas medicinais europeias chegavam ao país, principalmente, através dos higienistas⁵⁷, que pensavam a saúde ainda de forma muito arcaica e, em geral, associavam muitas doenças ao ambiente em que viviam as pessoas e não tinham muito conhecimento de como realmente eram transmitidas.

Entretanto, com o aumento do número de médicos formados nas faculdades de medicina ao longo de todo o século XIX, desde a fundação da Escola de Medicina de

⁵⁶Livro de Ofícios da Câmara de Sapucaia (1875-1885). Ofício de 1876

⁵⁷FERREIRA, Luiz Otávio. *Uma interpretação higienista no Brasil imperial*. In: HEIZER, Alda. VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

Salvador, em 1808, e a do Rio de Janeiro, em 1832, já em meados do XIX estes começaram a chegar aos municípios mais distantes da Corte.

Sapucaia contava com alguns médicos que se tornariam vereadores. Isso pode ser observado nos contratos anualmente estabelecidos pela Câmara com um boticário, estabelecido na sede da vila e encarregado de produzir os medicamentos prescritos pelos médicos e fornecidos gratuitamente para aqueles que não podiam pagá-los. Segundo os contratos, os boticários não poderiam negar nenhuma receita⁵⁸. Não foi possível descobrir se a instituição também se responsabilizava pelas consultas médicas, uma vez que não foram localizados contratos com médicos, somente com os boticários farmacêuticos.

No caso de alguma epidemia os vereadores deveriam tomar providências mais enérgicas porque a quantidade de doentes poderia ultrapassar a capacidade de atendimento do boticário. Foi o que aconteceu entre os anos de 1876 e 1882, com a propagação da varíola. A vila registrou seus primeiros casos em 1876 e pediu que vacinas fossem enviadas para o controle da doença entre a população, uma vez que a doença já havia assombrado a cidade vizinha de Paraíba do Sul e poderia chegar rapidamente a Sapucaia.

Em 1879 e 1883 são registradas grandes epidemias, a primeira de varíola e a localidade mais afetada é a vila de Sapucaia, provavelmente por ser onde havia uma concentração maior de pessoas, e a segunda epidemia foi de febre biliosa. Diante desse cenário, a Câmara empenhou-se em tomar providências mais drásticas de saneamento na cidade que dificultariam a proliferação da doença, como multar os criadores de porcos em áreas próximas à vila e às freguesias, multa que aumentava conforme a situação se agrava, além de montar uma comissão que vasculhava a cidade em busca de locais e ambientes propícios à proliferação das doenças e aumento da contaminação.

Mesmo assim, o período segue cheio de pedidos de ajuda e apoio à presidência da província. Eles principalmente a compra de vacinas, tendo em vista que essas medidas evitavam somente o contágio de mais pessoas com a doença e o tratamento dos já contaminados nem sempre era suprido pela própria vila.

Câmara Municipal, outubro de 1877.
Ilustríssimo Senhor Presidente da Província,
Essa Câmara que fez todos os esforços a seu alcance a fim de evitar que a epidemia de varíola que atualmente agrava em Paraíba do Sul e que segundo informações conta já ter pegado a freguesia de Bemposta e no lugar chamado Areal perto da

⁵⁸ “Obriga-se o fornecedor a aviar todas as receitas que lhe forem apresentadas desde que, o médico que receitar, declarar ser a pessoa indigente e que seja esta reconhecida como tal.” Contrato estabelecido com Luiz José de Araújo Júnior com a câmara de Sapucaia no ano de 1881. Informações retiradas do Livro de Contratos da Câmara (1875-1889).

freguesia de São José do Vale do Rio Preto neste município, resolvi pedir ao mesmo Excelentíssimo Senhor, como meio preventivo que enviasse a essa Câmara quantidade suficiente de vacina para acudir aos que dela necessitam. O que me foi enviado ontem pelo doutor do Instituto Vacínico da Província não atendeu a todos. [...] ⁵⁹

A garantia da limpeza da cidade era algo muito importante, não só para evitar que doenças avançassem desenfreadamente, mas também demonstrava que a vila estava evoluindo e que a “civilização” chegara, enfim, àquele pedaço de chão, como frequentemente afirmavam os vereadores nas reuniões da câmara; para eles, somente após a emancipação de Sapucaia como município o *progresso* chegaria àquela região.

Câmara Municipal da Vila de Sapucaia, 27 de maio de 1881.
Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor,
Esta Câmara no intuito de evitar o reaparecimento da epidemia que há cerca de um ano arrasou nesta Vila tivemos que tomar diversas medidas tendentes a conservar todas as povoações do município no melhor estado possível de aceio, removendo tudo quanto pudesse contribuir para o reaparecimento desse mal. Para isso fez verificar por uma comissão que terminantemente proíbe a conservação de porcos no centro das povoações. [...] ⁶⁰

Na verdade, a limpeza das ruas e praças da vila foi uma preocupação constante e aparece desde os primeiros debates da instituição. A limpeza deveria ser feita semanalmente por uma pessoa contratada que repassaria a funcionários seus os serviços exigidos para que fosse toda sede do município atingida. Aparentemente, o foco era somente a área urbana central e sede da vila que, mais tarde, abrigaria o paço municipal onde seriam feitas as reuniões da câmara. O trecho abaixo contém o primeiro contrato de limpeza de ruas e demonstra como deveria ser cumprida tal tarefa:

Termo de Contrato entre partes - a Câmara Municipal da Vila de Sapucaia e Francisco Peixoto Freire para limpeza das ruas e praças da Vila na forma abaixo declarada:
[...]1º
É obrigado em todas terças e sextas feiras de cada semana a fazer apanhado de lixo que os moradores juntarem nas calçadas, não podendo começar esse serviço depois das oito horas da manhã
2º
É obrigado a capinar as ruas e praças da Vila de modo que fique apenas grama miúda que por modo nenhum deve ser arrancada.
3º
A enterrar os animais mortos que estiverem nas ruas e praças da Vila uma vez que seja para isso intimado pelo fiscal.

⁵⁹ Livro de Ofícios da Câmara de Sapucaia (1875-1885). Ofício de 1876.

⁶⁰ Livro de Ofícios da Câmara de Sapucaia (1875-1885). Ofício de 1881.

[...] ⁶¹

Dessa forma, a função de limpeza envolvia varrer ruas e praças, remover animais mortos que poderiam “enfear” e trazer maus odores ao ambiente e também a retirada do lixo, que era jogado no Rio Paraíba do Sul, que banha a cidade. Também era considerada função do contratado observar se havia sujeira em quintais dos moradores da vila e estabelecimentos comerciais.

No que se refere às obras públicas, relacionavam-se, em geral, a problemas pontuais nas freguesias, como consertos de pontes, abertura de ruas, poços defeituosos, entre outros. Esses casos refletem principalmente a situação da freguesia de São José do Vale do Rio Preto, a freguesia que mais fazia pedidos de reparos em ruas e pequenas propriedades.

Seguindo nessa lógica de valorização da ordem, civilidade, urbanização e progresso, os vereadores contrataram o arquiteto Evaristo Haveis da Veiga para elaborar o projeto da construção de um paço para que as reuniões da câmara fossem realizadas de forma adequada. Além disso, o paço seria importante para dar maior visibilidade à instituição, além de afirmar de uma vez por todas as glórias do município emancipado. O prédio também seria a primeira edificação sapucaense de natureza pública e marcaria o ponto central de Sapucaia até os dias atuais.

As reuniões, inicialmente, eram realizadas nas casas dos vereadores ou seus amigos, que tinham propriedades na vila de Sapucaia. Desde as primeiras reuniões os vereadores apontaram para a necessidade de ter um prédio dedicado a tal propósito, levando em consideração a necessidade de armazenamento da documentação administrativa gerada pela câmara.

A obra só se concluiu em abril de 1880. O local escolhido para abrigar o prédio foi o largo do Coronel Custódio, atual Rua Maurício de Abreu, bem no centro da vila de Sapucaia. Aparentemente, a escolha desse local deu-se pelo fato de já haver um alicerce pronto, o que tornaria a obra bem mais fácil de ser concluída. Junto com a construção do prédio viria uma praça no seu entorno, que seria calçada e arborizada. O prédio teria uma estrutura imponente, com grandes portas e janelas, algo que a pequena Sapucaia ainda não tinha visto nada parecido; o paço marcaria pra sempre a cidade, tornando-se, até os dias atuais, um dos principais cartões postais da cidade.

⁶¹ Livro de Contratos Estabelecidos pela Câmara Municipal de Sapucaia (1876-1885).

As obras foram concluídas em 1882 e, no mesmo ano, foi feita a primeira sessão da câmara na nova sede. Com o prédio pronto, os vereadores conseguiram, enfim, reunir os livros que tanto reclamavam à província de estarem perdidos e desorganizados e organizar, no próprio prédio da câmara, uma espécie de biblioteca.

Imagem 8: Paço Municipal de Sapucaia (2010)



Fonte: <https://apostilasconcursosbr.com/apostila-concurso-prefeitura-sapucaia-rj-2016/> Acesso em: 12 de Maio de 2017.

OS BALANCETES DA CÂMARA

Os balancetes da câmara, em princípio, demonstram em números as necessidades financeiras da instituição, o quanto era recolhido aos cofres municipais, quais eram os itens de maior arrecadação e também com quais necessidades os vereadores mais despendiam os recursos locais. A análise dessas fontes será de extrema importância para complementarmos o perfil e as necessidades da vila de Sapucaia, bem como entender melhor sobre sua origem.

O quadro a seguir nos mostra a arrecadação total da câmara durante os anos que aqui estudamos:

**Quadro 10:
Arrecadação da Câmara de Sapucaia
(1875-1888)**

Ano	Arrecadação
1875	2:700.000
1876	8:857.875
1877	14:543.544
1878	21:048.940
1879	29.459:609
1880	36.827:287
1881	34.678:343
1882	37.083:628
1883	18:768.266
1884	21:795.818
1885	16:554.406
1886	22:285.413
1887	29:891.857
1888	26:338.437

Fonte: Livro de Balancetes da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1888).

Podemos observar que há um crescimento na arrecadação entre os primeiros anos depois da fundação da cidade, de 1875 a 1882, um crescimento representativo, chegando a treze vezes o valor da primeira arrecadação. Depois dos primeiros anos de crescimento diminuem os valores arrecadados, embora a partir de 1885 haja uma retomada, encerrando 1888 com um valor expressivo, mas não tão alto quanto o recorde do ano de 1882.

O aumento progressivo da arrecadação deve ser atribuído aos recursos provenientes dos alvarás e licenças. Uma vila recém-criada e em expansão, como era o caso de Sapucaia, tendia a regular os estabelecimentos comerciais e concentrar rendas urbanas que até então eram arrecadadas pela cidade de Magé, a quem pertencia anteriormente duas entre as três freguesias que formavam a vila. Essa foi também a época em que os vereadores começaram a fiscalizar estabelecimentos comerciais que funcionavam fora da lei, fazendo com que os proprietários procurassem regulamentar sua situação de forma a evitar a interdição de seus negócios. O foco dessa fiscalização eram os botecos e bares em lugares mais afastados do centro, como nas freguesias de São José do Vale do Rio Preto e Nossa Senhora da Conceição Aparecida, além da zona rural da cidade.

Quadro 11:
Origem da arrecadação da câmara de Sapucaia
(1875-1888)

Ano	Origem	Arrecadação
1875	Patente	6:112.000
1876	Alvarás e licenças	9:663.000
1877	Alvarás e licenças	16:015.000
1878	Alvarás e licenças	14:010.500
1879	Alvarás e licenças	15:077.000
1880	Alvarás e licenças	13:614.000
1881	Alvarás e licenças	10.748:000
1882	Alvarás e licenças	13:725.750
1883	-	-
1884	Alvarás e licenças	14:645.750
1885	Alvarás e licenças	13:882.750
1886	Alvarás e licenças	15:474.501
1887	Alvarás e licenças	14:319.000
1888	Alvarás e licenças	16:850.100

Fonte: Livro de Balancetes da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1888).

Mesmo não havendo um crescimento que acompanhava a arrecadação do município, os alvarás e licenças foram, ao longo de todo o período, a principal fonte de recursos na vila de Sapucaia. A segunda maior fonte de arrecadação eram as multas jurídicas e de infrações previstas no código de posturas, mas que não chegavam a igualar os valores gerados pelas licenças e alvarás. Os anos de maior arrecadação, em virtude de multa, não chegam a um terço do que as licenças e alvarás arrecadavam:

Quadro 12:
Arrecadações da Câmara Municipal de Sapucaia
(1877-1888)

Ano	Multas (júri e código de posturas)	Alvarás e licenças
1877	1:027.000	16:015.000
1878	416.000	14:010.500
1879	633.600	15:077.000
1880	337.500	13:614.000
1881	1:103.000	10.748:000
1882	3:720.000	13:725.750
1883	-	-
1884	596.000	14:645.750
1885	1:502.000	13:882.750
1886	2:445.000	15:474.501
1887	3:730.000	14:319.000
1888	630.000	16:850.100

Fonte: Livro de Balancetes da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1888).

Com pequena variação de um ano para outro, vemos que há uma base que era arrecadada a cada ano. Portanto, nos anos em que eram menores os valores arrecadados, sabemos que os alvarás e licenças sustentariam os rendimentos da câmara, o que garantia não somente os gastos, mas também que os vereadores prestassem os devidos serviços aos moradores da cidade (limpeza das ruas, tratamento de água, obras públicas, etc.) e arcasse com os compromissos financeiros da própria instituição, como pagamento dos funcionários camarários e a limpeza da câmara.

Vejamos agora os gastos da câmara no decorrer dos anos:

**Quadro 13:
Arrecadações e despesas da câmara de Sapucaia
(1875-1888)**

Ano	Arrecadação	Despesa
1875	2:700.500	300.000
1876	8:857.875	2:577.500
1877	14:543.544	12:283.474
1878	21:048.940	11:668.026
1879	29.459:609	15:840.959
1880	36.827:287	21:138.826
1881	34.678:343	14:141.436
1882	37.083:628	36:896.225
1883	18:768.266	13:509.189
1884	21:795.818	14:263.773
1885	16:554.406	15:870.913
1886	22:285.413	19:335.318
1887	29:891.857	23:893.159
1888	26:338.437	26:326.885

Fonte: Livro de Balancetes da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1888).

Os gastos da câmara de Sapucaia, como vemos no quadro acima, mantêm mais ou menos um padrão, variando pouco de um ano para o outro. Em nenhum dos anos estudados a câmara viu os gastos ultrapassarem a arrecadação. Observamos também que o crescimento dos débitos quase acompanha o crescimento da arrecadação, mas há uma diminuição das despesas no ano de 1881 que sai do contexto. O ano em que se observa uma maior despesa é o de 1882, que também é o ano em que mais se arrecada.

O aumento drástico das despesas pode ser explicado pela epidemia de febre biliosa, que começa em 1882 e alcança seu auge em 1884, obrigando a câmara da vila a adquirir medicamentos e realizar medidas de contenção de sua propagação. Como vimos anteriormente nesse capítulo, Sapucaia sofre com epidemias de varíola e de febre biliosa e a câmara teve de pedir ajuda ao presidente da província para que ajudasse no controle dessas doenças. De acordo com o quadro abaixo, o gasto com os doentes é quase a soma de toda a despesa anual para 1884, ultrapassando os gastos com as obras públicas, foco dos vereadores em todos os demais anos considerados.

Quadro 14:
Principais despesas da Câmara de Sapucaia
(1875-1888)

Ano	Objeto	Orçado	Despesa
1875	Veículos para a câmara	-	300.000
1876	Obras Públicas	-	2:000.000
1877	Obras Públicas	-	7:890900
1878	Obras Públicas	7.680:550	951:640
1879	Obras Públicas	5.900:061	7.802:126
1880	Obras Públicas	10.650:000	13.814:265
1881	Obras Públicas	8.729:080	6.660:300
1882	Obras Públicas	10.112:836	27:674.529
1883	Obras Públicas	9:741.983	3:378.200
1884	Medicamentos para epidemia de febre biliosa	9:187.770	9:187.770
1885	Obras Públicas	7:692.000	6:791.035
1886	Obras Públicas	7:152.000	9:099.159
1887	Obras Públicas	5:045.650	9:301.260
1888	Obras Públicas	10:215.420	15:861.673

Fonte: Livro de Balancetes da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1888).

As despesas com obras públicas, na maioria dos anos, ultrapassou o valor orçado. Porém, acompanhando-se a fala dos vereadores nas atas vemos que um dos principais focos do período era a urbanização do centro da cidade, com a construção de praças e jardins, além da edificação do paço municipal, como já dito anteriormente. Não por acaso datam desse período algumas das principais obras da cidade, como a Praça da Bandeira, o Paço Municipal, o Fórum e a pavimentação das ruas em paralelepípedo.

Além disso, os problemas que as freguesias já apresentavam antes de se desmembrarem de suas antigas cidades, no que se refere à reparação de ruas, poços, calçamento etc, eram de difícil solução, dada a distância original dessas localidades em relação ao seu antigo centro administrativo e a própria dimensão e abrangência dos territórios que cidades como Magé e Paraíba do Sul precisavam gerir. Dessa maneira, havia uma cobrança sobre a câmara para que tomasse providências e resolvesse, por exemplo, os problemas de reparos nas estradas que davam acesso de uma freguesia a outra e que também mediasse problemas com vizinhos de propriedades.

AS LISTAS DE VOTANTES

Os sapucaieiros despejavam sobre a câmara todas as suas solicitações, os problemas em suas ruas e em sua freguesia. Cuidar dos problemas da população era uma das funções mais importantes dos vereadores de Sapucaia. Os que os elegiam tinham a responsabilidade de colocar no poder alguém que olhasse para aquele povo e por aquela cidade com apreço e que, ao mesmo tempo, fosse capaz de resolver os problemas locais. Trabalharemos agora com a lista de votantes da vila de Sapucaia.

Para votar, durante o período Imperial, o eleitor tinha que se encaixar em pré-requisitos bem definidos pela constituição de 1824, nos quais boa parte da população não se encaixava. Os votantes das assembleias paroquiais, que são as que mais nos interessam por serem as que elegiam os vereadores, eram todos aqueles considerados cidadãos brasileiros. Pode parecer algo muito simples, mas o sentido de ser cidadão nesse período era o que tornava o grupo com poder de voto extremamente reduzido; ser cidadão votante significava basicamente ter mais de 25 anos, ser livre e ter renda mínima de 100 mil réis anuais. Para eleger deputados, senadores e membros do conselho de província, a renda anual subia para 200 mil réis, e para ser candidato, a renda deveria ser de, no mínimo, 400 mil réis.⁶² De acordo com Suzana Cavani,

A renda é que definia o lugar de cada cidadão nas eleições. Os que tinham renda líquida a partir de 100 mil-réis anuais compunham o corpo dos votantes. Os que tinham ganhos de 200 mil-réis ou mais, o dos eleitores. Cem mil-réis correspondiam à pensão de um estudante rico, ao custo de um luxuoso vestido de seda ou de dez pares de calçados ingleses. Após a reforma de 1845, quando a renda exigida para os votantes e eleitores já havia dobrado de valor, calculou-se que um trabalhador das plantações de café, que ganhava, em média, dois mil-réis por dia, ao término de 100 dias de labuta já teria o suficiente para votar.⁶³

Este processo eleitoral era feito em dois turnos: eleições primárias, para a formação de um colégio eleitoral que, nas eleições secundárias, elegeria os senadores, deputados e membros do Conselho da Província. Este tipo de sistema eleitoral, censitário, permaneceu em vigor durante quase todo o período imperial. Em 1876, por exemplo, apenas 0,25% da população brasileira tinha direito ao voto. A reforma eleitoral de 1881 implantou eleições

⁶²Breve explicação de votantes retirada da Constituição de 1824, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm Acesso em 12 de Jun. 2017.

⁶³CAVANI, Suzana. **Às Urnas, cidadãos!** Revista de História: 2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/as-urnas-cidadaos> Acesso em 07 de Out. de 2016.

diretas e a elegibilidade para os não católicos e escravos libertos, mas manteve a renda mínima de 200 mil réis anuais para a qualificação de eleitores.⁶⁴

Ser cidadão ativo também significava residir na localidade ou vila há pelo menos um mês antes da primeira reunião da Junta de Qualificação. Caso residisse há menos de um mês, o cidadão qualificado votante deveria votar na paróquia onde morava anteriormente, o mesmo valendo para os eleitores.⁶⁵

Portanto, o processo eleitoral começava na formação dessa lista de votantes que, além de dar aos indivíduos o poder de votar, permite compreender um pouco melhor o perfil da população livre local no período. Em um país que tinha 94% de sua população concentrada na zona rural⁶⁶, entender como funcionava a eleição em uma pequena vila como a de Sapucaia nos traz uma visão mais de perto de como as coisas funcionavam.

A discussão em torno das listas de votantes se iniciou em 1876 e trouxe uma extensa pauta que perduraria nas sessões da câmara durante todo o ano.⁶⁷

O processo de qualificação dos votantes se iniciava pela formação da mesa que analisaria as inscrições. Essa mesa, chamada junta eleitoral, era formada pelo juiz de paz, o presidente da câmara e mais quatro ou cinco vereadores, número que iria variar com o passar dos anos. No caso da vila de Sapucaia, de início, compunham a junta o presidente da câmara, Barão de Aparecida, acompanhado de outros três vereadores, que representavam cada uma das três freguesias, ou seja, um representante da freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, um da freguesia de São José do Vale do Rio Preto e dois da vila de Sapucaia.

As inscrições eram feitas pelos indivíduos interessados em votar na vila de Sapucaia, porém havia a possibilidade de fazer o pedido através dos vereadores representantes das outras freguesias. Os vereadores traziam essas listas e elas seriam analisadas conjuntamente nas reuniões da Câmara. As análises eram feitas por freguesia; mesmo os que faziam sua inscrição na sede do município entravam na fila de sua freguesia, não importando, portanto, onde fora feita a inscrição e sim a origem do indivíduo.

O que percebemos é que nem sempre os candidatos a eleitores seguiam os critérios para serem votantes, de forma que havia muitas inscrições que não poderiam ser aprovadas. a quantidade de inscritos é muito superior à quantidade daqueles que de fato seriam eleitores.

⁶⁴Fonte para breve explicação do sistema eleitoral no Império. Disponível em: <http://www.cantoni.pro.br/historia/eleitores.html> Acesso em 07 de Jan. de 2017.

⁶⁵FARIA, Vanessa Silva de. **O processo de qualificação de votantes no Brasil Império**: perfil da população votante do distrito sede de Juiz de Fora, Minas Gerais (1872- 1876) / Vanessa Silva de Faria – 2011.

⁶⁶GRAHAM, Richard. *Famílias, Clientes e Controle Social*. In: GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. P. 33.

⁶⁷ Tivemos acesso somente a uma lista de votantes, tendo em vista que parte das atas da câmara se perderam.

Apenas 6% dos pedidos que chegavam eram transformados em votos. O perfil, em geral, era de homens brancos livres, o que não seria nenhuma novidade; suas funções e origens que variavam.

Os trabalhos em torno da composição das listas exigia bastante tempo e geralmente se iniciavam cedo e terminavam no início da noite. Durante aproximadamente três meses, os vereadores que não compunham a Junta se dividiam e cuidavam das atualizações das listas de suas freguesias.

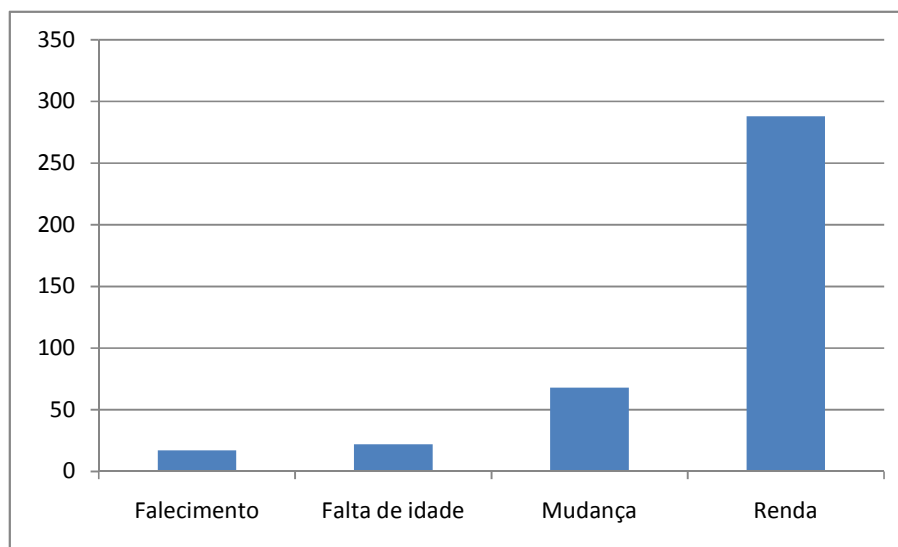
Richard Graham, ao abordar as eleições no Brasil do século XIX, demonstra que o processo envolvia mais do que somente os que podiam votar e os que eram votados. Segundo o autor, as eleições eram importantes não somente para medir o poder local dos indivíduos, mas também para demonstrar sua importância na dinâmica imperial. Por isso chamamos a atenção também para os excluídos da lista:

[...] as instituições enfatizavam a hierarquia social, ensinando que cada indivíduo trilha o seu lugar, ainda que a distinção mais importante fosse entre proprietárias e pobres. A ameaça de punição e a promessa de benevolência marcavam a vida de esposas e filhos, escravos, agregados, pequenas sitiantes, donos de venda e outros seguidores do patrão, prendendo-os todos numa teia poderosa de obrigações devidas e dívidas esperadas. Essas realidades tingiam também todas as outras relações de poder, em particular as declaradamente políticas. Todos estavam envolvidos em um processo constante de troca mútua, mas desigual. Assim, a elite mantinha a ordem social por meio de um entendimento tácito generalizado de que a obediência dava direito à proteção.⁶⁸

Dentre os motivos que mais desclassificavam os cidadãos, a renda era o principal, seguidos por morte do inscrito e por falta da idade mínima.

⁶⁸ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil: Toma lá dá cá**. Braudel Papers, 1999. P. 5.

**Gráfico 5:
Razões para desqualificação de votantes**



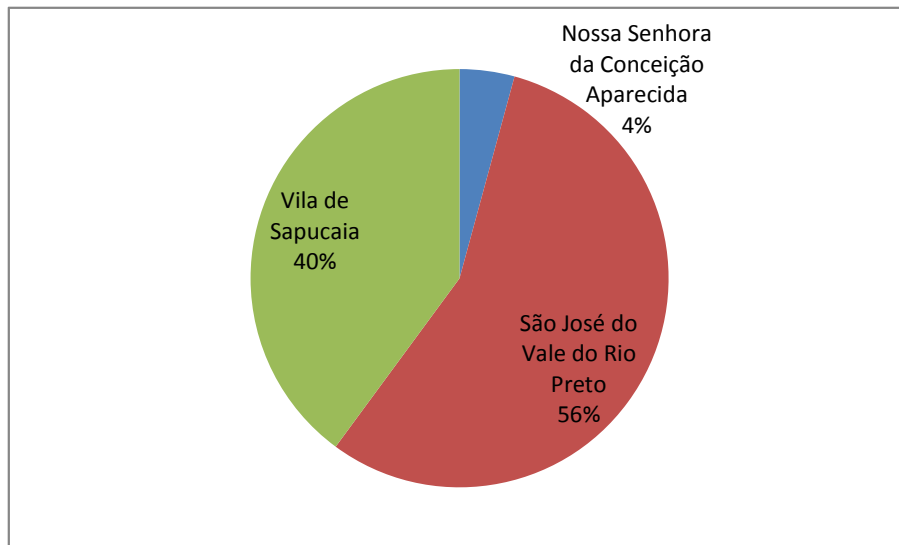
Fonte: Livro de Atas da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1885)

As listas de Sapucaia nem sempre registravam junto aos nomes o grau de escolaridade dos votantes, o estado civil ou a profissão dos indivíduos, embora em alguns casos aparecesse a filiação. O que naturalmente estava sempre presente era o registro se era ou não apto a votar e qual a razão para qualificação ou desqualificação.

Dentre as ocupações dos votantes, o quadro é mais claro e aponta para uma população predominantemente rural, em sua grande maioria pessoas que detinham pequenas ou grandes propriedades, concentrando-se principalmente nas freguesias mais distantes, como Nossa Senhora da Conceição Aparecida e São José do Vale do Rio Preto. Esse quadro combina com o mapa das fazendas apresentado anteriormente, que demonstra que a maior quantidade de fazendas está presente em São José, reforçando o que já foi dito no capítulo anterior sobre a importância da agricultura para a região.

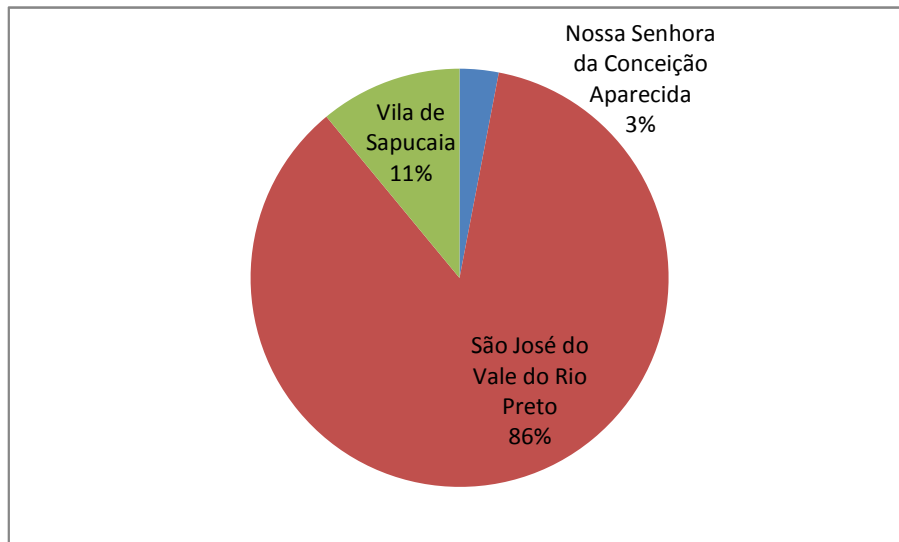
De fato, entre os inscritos para os quais há a informação sobre sua ocupação, cerca de 80% eram lavradores; dentre as três freguesias, São José do Vale do Rio Preto era a que mais apresentava votantes e, conseqüentemente, era também a que mais apresentava inscritos.

**Gráfico 6:
Inscritos para votar por distrito**



Fonte: Livro de Atas da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1885)

**Gráfico 7:
Votantes por distrito**

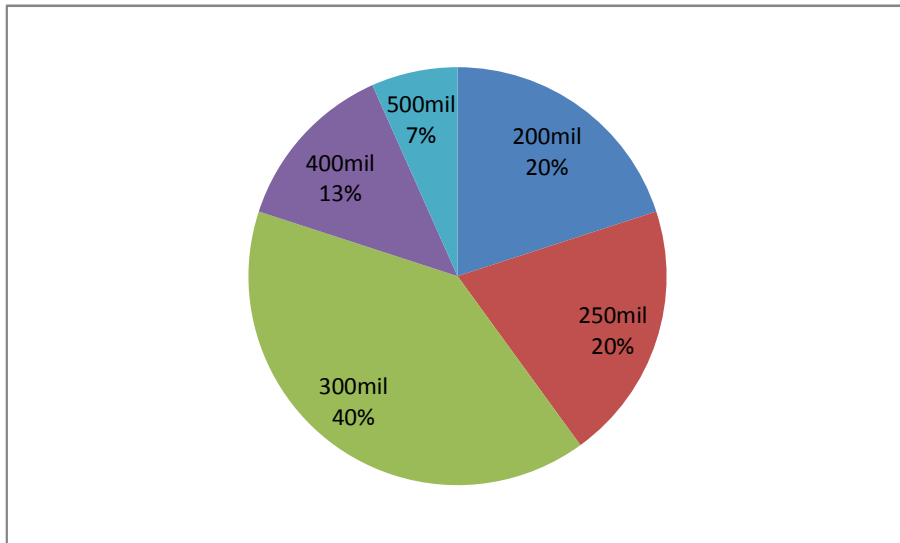


Fonte: Livro de Atas da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1885)

Em geral, o número de inscritos se reflete diretamente no número de votantes. Se observarmos o quadro geral da vila, dos 455 inscritos, somente 29 estavam aptos a votar. Cerca de 86% deles estavam concentrados em São José do Vale do Rio Preto e somente 3% em Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Entretanto, a vila de Sapucaia surpreende, pois tem 40% dos inscritos, mas somente 11% dos votos. O pequeno número de eleitores em Aparecida provavelmente se explica pelo elevado contingente de escravos na população local, dado que nessa freguesia se concentravam as grandes propriedades pertencentes ao Barão de Aparecida, não havendo muitos outros candidatos com renda suficiente para se inscrever.

O eleitor se concentrava em São José do Vale do Rio Preto. No entanto, para traçarmos um melhor perfil desses votantes, estes foram contabilizados pela renda e pela ocupação, predominantemente ligada à terra; também observamos que as rendas variavam muito, de 200 mil a 500 mil réis.

**Gráfico 8:
Renda dos eleitores**



Fonte: Livro de Atas da Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1885)

Além da variação da renda, a identificação da ocupação dos candidatos a eleitores como lavradores aponta para a existência de um percentual bastante representativo de pequenos proprietários que estavam presentes em todo o espaço sapucaense, como já

mencionado. E, pra além de rural e de seus proprietários de terra, a análise das listas nos indica o quanto o poder municipal estava concentrado em uma pequena parcela da população.

A hierarquia de poder na cidade começava por colocar no topo aqueles que podiam eleger e os que podiam ser eleitos e essa quantidade de pessoas era muito pequena comparada com a população da vila. Abaixo desses estavam os que se candidatavam a votar, tinham uma renda maior, mas ainda não estavam inseridos na camada mais alta de poder. Por fim, a grande maioria não estava sequer nessa lista, embora, como ressalta Richard Graham, todos eles eram necessários para que a relação de “obrigações devidas e dádivas esperadas” se completasse. Sendo assim, precisamos aprofundar mais a análise do grupo que tomava as decisões no município, os vereadores e os funcionários da câmara, que serão o objeto do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3

CÂMARA, ELITES E PODERES LOCAIS

Até agora procuramos mostrar como se desenvolveu o processo de formação da vila de Sapucaia, as características gerais de sua população e a atuação da Câmara entre os anos de 1875 e 1885. Resta agora analisar os grupos e interesses que se fizeram representarna instituição, a partir da identificação dos vereadores que ali atuaram e da análise das redes de relacionamentos que construíram no período, especialmente suas relações e alianças com os tradicionais poderes locais. Portanto, esperamos analisar quem eram os vereadores que passaram pela instituição de forma a desvendar o seu perfil e investigar como se relacionavam com a sociedade e as elites locais e como estas se utilizavam da câmara para manterem-se no poder⁶⁹.

Como já mencionado anteriormente, o município de Sapucaia foi fundado em 7 de dezembro de 1875. Localizado no interior da província do Rio de Janeiro, tinha como vizinhos os atuais municípios de Três Rios e Paraíba do Sul. Integrando o chamado Vale do Paraíba Fluminense, encontra-se na divisa com a província de Minas Gerais, próximo às cidades de Mar de Espanha e Além Paraíba.

Quando de sua formação, estava composto por três distritos iniciais: o primeiro distrito, chamado Vila de Sapucaia, o centro do poder, onde as atividades político-administrativas se concentravam; o segundo distrito, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, o mais antigo; e o terceiro distrito, a freguesia de São José do Vale do Rio Preto, até então pertencente ao município de Paraíba do Sul.

Para se compreender e identificar os grupos de elites que se estabeleceram e atuavam na região, entendemos que é necessário retomar e aprofundar a história da ocupação do território, principalmente no que se refere às grandes fazendas que ali são montadas, ligadas principalmente à economia cafeeira.

⁶⁹ O termo *elites* e as expressões *elites locais* e *poder local* estão sendo utilizados com base em trabalhos como os de Maria Fernanda Vieira Martins, Maria de Fátima Gouvêa e Richard Graham, no que se refere à historiografia internacional, partimos de autores como Juan Ferrando Badía, Jean Pierre-Dedieu e José Maria ImízcozBeunza.

A OCUPAÇÃO INICIAL: AS PRIMEIRAS FAZENDAS DE CAFÉ E A BASE DAS ELITES LOCAIS

A ocupação da região parece se desenvolver após a montagem das primeiras grandes fazendas de café por volta dos anos de 1820 e 1830, em sua maioria, instaladas em sesmarias concedidas ainda na primeira década do século XIX, especialmente no período Joanino. Ao menos até a década de 1870, veremos a expansão dessa cultura, embora terras e escravos pareçam cada vez mais, ao longo do período, concentradas nas mãos de um grupo restrito de proprietários e famílias, que se reproduzem na região. Nesse sentido, ao descrever a freguesia de Aparecida, o Almanaque Laemmert, de 1860 ressaltava exatamente a adequação da região para a proliferação dos cafezais:

É sem sombra de dúvida a freguesia de Aparecida uma das mais importantes da província do Rio de Janeiro, quer pela sua posição geográfica, quer pelo seu rico solo, quer pelos grandes estabelecimentos que tem de cultura de café, nos quais ocupa para mais de 4 mil braços.

Essa primeira expansão da produção cafeeira logo provocou o desenvolvimento da infraestrutura necessária ao transporte e arrecadação. A principal iniciativa nesse sentido é da Companhia da Estrada de Magé a Sapucaia, que ligaria o Porto da Piedade, em Magé, na baía da Guanabara, até a localidade de Sapucaia, incluindo-se ainda uma ponte a ser construída sobre o Rio Paraíba, próxima ao atual município de Mar de Espanha, então província de Minas Gerais. Organizada e dirigida inicialmente pelos irmãos Francisco Leite Ribeiro e Custódio Ferreira Leite, Barão de Aiuruoca, a companhia foi criada em 1836, ano que coincide com a montagem da fazenda Lordelo, de propriedade do futuro marquês de Paraná. Segundo o relatório do presidente da província, datado de 1838:

Fazendo-se indispensável a construção de uma ponte sobre o rio Paraíba, na direção de Mar de Espanha, que comunica a província do Rio de Janeiro com a de Minas Gerais, no lugar denominado Sapucaia, a fim de se evitar o risco, e incômodo da passagem de uma barca, mandou o governo proceder a esta obra por administração, da qual foram encarregados o coronel Custódio Ferreira Leite, e o capitão Francisco Leite Ribeiro, em quanto a mesma obra se não punha em arrematação na forma da Lei de 29 de agosto de 1828, aproveitando-se assim a favorável circunstância de estarem consideravelmente baixas naquela ocasião as águas do referido rio. Feitas as diligências do estilo para efetuar-se essa arrematação, foi a obra contratada com as mesmas pessoas acima referidas, debaixo das condições mais favoráveis, que se puderam obter.⁷⁰

⁷⁰Relatório do Presidente da Província relativo ao ano de 1838. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro Acesso em 25 de Jul 2017.

Os irmãos Francisco (1780-1844) e Custódio Ferreira Leite, Barão de Aiuruoca (1772-1859), eram membros de uma poderosa parentela que se organizou e enriqueceu a partir da exploração do ouro na região do vale do Rio das Mortes, onde havia se instalado seu pai, o sargento-mor José Leite Ribeiro. Uma de suas irmãs, Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, casou-se com o filho de um dos sócios de seu pai, Francisco José Teixeira, mais tarde barão de Itambé, cujos filhos seriam poderosos banqueiros, capitalistas e fazendeiros, principalmente na região de Vassouras, onde Itambé recebe sesmarias para si e seus filhos, dentre os quais o barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite. Esse grupo familiar expandiu-se tanto no Rio de Janeiro quanto em Minas Gerais, onde se instalou Aiuruoca e alguns de seus irmãos (Mar de Espanha e região), em geral dedicando-se a atividades ligadas ao cultivo e comercialização do café. Segundo Taunay, o barão foi o grande promotor do êxodo da família Leite Ribeiro, primeiro em terras de Barra Mansa, com o irmão Manoel; depois em Piraí e Vassouras, com seus sobrinhos José Eugênio e Francisco José Teixeira Leite, filhos dos barões de Itambé; em seguida, Valença, onde se tornaram proprietários seus irmãos Floriano e Anastácio (Conservatória), até ele próprio se estabelecer em Mar de Espanha, junto com o irmão Francisco Leite Ribeiro⁷¹.

Além dos empreendimentos já citados, relacionados diretamente à Sapucaia, a ele é atribuída a construção das igrejas matrizes de Barra Mansa, Areal, Conservatória, Valença, Sapucaia, Mar de Espanha e Vassouras, a aberta chamada *Estrada da Polícia*, que ligava Iguaçu à província de Minas Gerais, a administração dos trabalhos da estrada de Sapucaia a Feijão Cru, atual Leopoldina, além da reconstrução da ponte do Rio Paraíba em Desengano, no caminho de Valença para Itaguaí, em 1821⁷².

Embora a estrada, bem como a ponte, só fossem concluídas no início dos anos de 1850, tudo indica a progressiva ocupação da região pelas fazendas de café, devido à ação desses primeiros grupos familiares⁷³. Paralelamente às ações do barão de Aiuruoca e seus

⁷¹ TAUNAY, Affonso d' Escagnole. Uma irmandade de grandes cafezistas e civilizadores: os Teixeira Leite: nascimento, vida e morte de Vassouras. p. 136-144. In: **Segundo Centenário da Introdução Cafeeira no Brasil**, 1987, p. 136-144; TAUNAY, Affonso d' Escagnole. **Historia do café no Brasil**. (Brasil Imperial 1822-1872), v. 5. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, p. 195-221. Alguns de seus outros irmãos foram o Capitão Manoel Ferreira Leite (1766-1821); Capitão-mor Joaquim Leite Ribeiro (1772-1809), com quem Aiuruoca é considerado fundador da atual cidade de Barra Mansa; Capitão Antônio Leite Ribeiro (1773-1848), fazendeiro em São João del Rei; Capitão de Ordenanças Francisco Leite Ribeiro; e Capitão Anastácio Leite Ribeiro (n. 1787), que obteve em 1818 sesmaria na Província de Minas Gerais

⁷²TAUNAY, Affonso d' Escagnole. **Historia do café no Brasil**. (Brasil Imperial 1822-1872), v. 5. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, p. 195-221

⁷³ Nesse período, a companhia aparece assumindo novos contratos na região, já sob a direção de Belarmino Ricardo de Siqueira, barão de São Gonçalo: "Fundada em 1836, foi justamente nos anos 1850 que a Companhia Estrada de Magé à Sapucaia teria seu maior desenvolvimento, sobretudo, após a substituição da antiga ponte

irmãos, outra importante família também se instalou nessa região, os Monteiro de Barros. Estes descendiam do guarda-mor das minas de Vila Rica, Manuel José Monteiro de Barros, que obteve sesmária na localidade em 1761. Casou-se com a filha de Alexandre da Cunha Mattos, comerciante português estabelecido em Minas Gerais desde a década de 1730. Um dos filhos de Manuel Monteiro de Barros, o visconde de Congonhas do Campo, desenvolveu relações políticas e comerciais em São Paulo, onde casaram e iniciaram carreira política alguns de seus filhos. Seus irmãos, filhos e sobrinhos espalharam-se pela região sul de Minas, ligando-se a importantes famílias ao longo do vale da Paraíba no Rio de Janeiro e em Minas Gerais (Nogueira da Gama, Sousa Breves, Saião Lobato, Manso etc.), controlando principalmente a política local e os cargos judiciários nas diversas localidades, além de se fazerem representar na Assembleia Provincial, na Geral e no Senado. Os principais nomes da família eram o primeiro e o segundo visconde de Congonhas, respectivamente, Lucas Antônio Monteiro de Barros e Lucas Antônio Monteiro de Castro, e o barão de Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros, membro da 2ª junta governativa e vice-presidente da província⁷⁴.

As terras dos atuais municípios de Mar de Espanha e Leopoldina começaram a ser apropriadas a partir de 1817 por meio de sesmarias. Vinte e três anos depois, as fazendas de café desses municípios estavam consolidadas em enormes unidades de produção voltadas para a exportação, e seus proprietários eram também os responsáveis pela construção da rede viária necessária ao escoamento da produção até o porto do Rio de Janeiro. Em Leopoldina, além da cessão da maior parte das terras disponíveis ou pelo menos das mais férteis, no ano de 1818, ocorreu ainda a tomada de grandes extensões das terras devolutas restantes por membros da família Monteiro. Esta família conseguiu apropriar-se de um vasto patrimônio agrário, cuja distribuição foi muito facilitada pela presença de alguns de seus membros importantes nos cargos mais altos do governo da capitania e depois da província: o comendador Manuel José Monteiro de Barros, Romualdo José Monteiro de Barros (Barão de Paraopeba, membro da segunda Junta do Governo Provincial) e o desembargador e ouvidor Lucas Antônio Monteiro de Barros. Só o comendador Manuel José obteve a concessão de quatorze sesmarias. No total, oito membros da família possuíam vinte e quatro sesmarias.⁷⁵

sobre o rio Paraíba do Sul, próxima à aldeia de Sapucaia. As primeiras notícias sobre a construção da nova ponte suspensa, a primeira do tipo no país, constam no relatório do presidente da província, conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, em 1853 [...] Em 1855, a Companhia da Estrada de Magé à Sapucaia, que já abrisse o atalho de Três Córregos e uma estrada entre Petrópolis e Paty do Alferes, foi também contratada para a abertura de uma estrada entre as freguesias de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em Cantagalo, e Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, em Nova Friburgo, pelo valor de 30:000\$000 réis”. BABO SEDLACEK, G. **Uma Longa Estrada para a Liberdade: africanos livres a serviço da presidência da província do Rio de Janeiro, 1831-1864**. VII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 5ª Conferência Internacional de História Econômica, 2014. Disponível em: www.congressoabphe.uff.br/index.php/anais/category/21-19-brasil-e-america-latina-no-seculo-xix-escravidao-trabalho-e-emancipacao-no-imperio-do-brasil%3Fdownload%3D87:uma-longa-estrada-para-a-liberdade+%cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em 15 outubro 2016.

⁷⁴ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 184-188.

⁷⁵ CARRARA, A. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999, p. 20.

Na verdade, uma das primeiras propriedades a se instalarem na região foi exatamente a Fazenda do Calçado(ou Fazenda de Santa Ana do Calçado),construída em terras da sesmaria concedida a Maria Tereza Joaquina Sauvan Monteiro de Barros, viscondessa de Congonhas do Campo, que fazia limites com as terras de seu marido, tornando-se uma das primeiras fazendas construídas em São José do Vale do Rio Preto e a maior fazenda de café da região. A sede foi edificada entre 1809 e 1825pela família Monteiro de Barros, sendo vendida a João de Souza Werneck nesse último ano, quando já estava anexada a ela a sesmaria do visconde de Congonhas, Lucas Antônio Monteiro de Barros.

Próximo a esse período, foi montada por volta de 1811 a Fazenda Monte Café, em sesmaria concedida ao casal brigadeiro Inácio Gabriel Monteiro de Barros, filho do acima mencionado Lucas Antônio Monteiro de Barros, visconde de Congonhas do Campo, e Alda Romana de Oliveira Arruda, filha de Brás de Oliveira Arruda. Em 24 de março de 1841, a fazenda recebeu o já citado botânico escocês George Gardner, que assim descreveu a propriedade:

(...) Partindo daqui, passamos por uma das mais belas florestas que jamais vira na província e chegamos de tarde a um grande cafezal, chamado Monte Café, numa distância aproximada de sete léguas. Esta fazenda pertencia ao brigadeiro Inácio Gabriel, brasileiro, a quem eu levava também cartas de apresentação. Embora não encontrássemos em casa, fomos carinhosamente tratados na fazenda porsua esposa e por Mr. Hadley, principal administrador, um inglês a quem eu já havia encontrado em casa de Mr. March, quando lá me hospedei em 1837. A fazenda estava ainda em início, mas era tida como das melhores do distrito; e, embora as árvores fossem novas, espera-se que produzissem naquele ano 12.000 arrobas de café, de 32 libras cada. Ao tempo de nossa visita as bagas estavam começando a colorir-se e os ramos vergavam ao seu peso. A região é formada de colinas, outrora cobertas de matas e agora transformadas em plantação. Havia na fazenda duzentos escravos, dos quais apenas setenta ocupados na lavoura; os demais se empregavam em diversos misteres, como marceneiros, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, etc. Poucos dias antes de nossa chegada haviam sido trazidos do Rio, em recente importação, cerca de vinte negrinhos, que aparentavam ter de dez a quinze anos de idade e ainda não falavam o português.Eram todos meninos ativos e sadios, que corriam de um lado para o outro, rindo e brincando, aparentemente felizes e inconscientes da própria sorte. Faço justiça, porém, aos brasileiros,dizendo deles, após cinco anos de experiência, que estão longe de ser senhores duros e que,salvo casos raros, sempre os achei atenciosos e bons com os escravos.O Brigadeiro tinha construído, pouco antes, uma excelente serra d'água e estava agora construindoum grande secador artificial de café; obra esta sobre a superintendência de um alemão, que haviaresidido por anos em Ilha de Java.Na manhã do dia 28 partimos de Monte Café, rumo do Rio Paraíba, distante dali apenas meialégua e meia (...)⁷⁶

⁷⁶ GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. São Paulo: Editora Itatiaia, 1975, p. 239-240.

Outra fazenda que então se instalou na região foi a Fazenda Lordelo, propriedade de Honório Hermeto Carneiro Leão, então ex-ministro da Justiça (1832) e deputado à assembleia Geral por Minas Gerais (1830-1845)⁷⁷. Segundo A. Taunay, a fazenda era um sonho antigo do futuro marquês de Paraná que, no final do ano de 1836, “realizou um sonho antigo, quando adquiriu terras incultas, à margem do Rio Paraíba do Sul, na fronteira com Minas Gerais, em Sapucaia (na época parte integrante do município de Magé), em lugar ainda “pouco frequentado”. A fazenda havia lhe custado *apenas* quatro contos e quinhentos mil réis sendo futuramente acrescida de novas terras e benfeitorias, empregando em benfeitorias um total de dez contos de réis. Inicialmente, empregou na abertura da fazenda, 26 escravos⁷⁸. Segundo Maria Fernanda Martins, quando já era presidente do Conselho de Ministros, o marquês compareceu a uma sessão do Senado em 1854, na qual se viu obrigado a explicar a origem de sua fortuna. Em seu discurso, Paraná assim descreveu a formação da fazenda:

Em seu discurso, Paraná relatou também a aquisição de terras e escravos para montagem da Fazenda Lordelo, no distrito de Sapucaia, em 1836. Tanto a compra das terras e escravos quanto as obras na propriedade foram realizadas progressivamente, na medida em que recebia o dinheiro que tinha a prêmio, cerca de 30:000\$000. [...] A fazenda, que contaria com 150 escravos, parece ter prosperado rapidamente, pois afirmava ter colhido vinte mil arrobas de café em 1852, contra oito mil arrobas em 1846. Em 1850, chegara a cogitar sua venda por 160:000\$000, dizendo, no entanto, que naquele momento não a daria por essa soma por acreditar que valia muito mais, principalmente pela valorização de seu plantel ao longo dos anos⁷⁹.

O marquês faleceria em 1856, mas a fazenda permaneceu produtiva sob a administração de sua esposa, Maria Henriqueta Carneiro Leão, e seu filho, Henrique Hermeto Carneiro Leão, barão de Paraná (1847-1916).

Além destes, outros nomes destacados da política e dos negócios na Corte também se instalaram na região, como seria o caso de Caetano Pinto de Miranda Montenegro Filho,

⁷⁷ Nascido em Minas Gerais e formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Honório Hermeto Carneiro Leão, marquês de Paraná (1801-1856), havia chegado à Assembleia Geral como deputado por sua província em 1830 aos 29 anos de idade; dois anos depois já era ministro da Justiça, em 1832, Senador por Minas Gerais e Conselheiro de Estado em 1842. Foi deputado à Assembleia Geral na 2ª, 3ª e 4ª legislaturas, de 1830 a 1841, ministro plenipotenciário em missão especial no Rio da Prata em 1851, chefe de Gabinete e ministro da Fazenda entre 1853 e 1856, além de magistrado e presidente das províncias de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Era Grande do Império e Provedor da Santa Casa de Misericórdia. VASCONCELLOS, Barão de SMITH VASCONCELLOS. **Arquivo Brasileiro Nobiliarchico**. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Arquivo_nobiliarchico_brasileiro. Acesso: 6 outubro 2016;

⁷⁸ TAUNAY, 1938. *Apud* Fazenda Lordelo. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, disponível em: <http://www.institucidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/mapagoole.pdf>.

⁷⁹ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 132.

segundo visconde com grandeza de Vila Real da Praia Grande (fazendeiro em Aparecida, em 1850), o fazendeiro e capitalista José Joaquim de Souza Breves e do negociante e capitalista Manuel Antônio Airoso, barão de Sapucaia – que aparece como fazendeiro da região de Aparecida na década de 1850. Na verdade, um número bastante reduzido de famílias parecia concentrar a maior parcela de terras na região, especialmente as propriedades dedicadas ao cultivo do café. Entretanto, como se verá adiante, ainda será necessário conectar esses primeiros grupos às famílias que permanecem na região e que se fazem representar na Câmara local.

No período estudado, a Câmara de Sapucaia foi presidida, quase que integralmente (entre 1875 e 1882), pelo major José de Souza Brandão, barão de Aparecida e contou com a presença constante de outro barão, o de Águas Claras, Guilherme de Souza Leite. Ambas as famílias aparecem intrinsecamente associadas ao legislativo local, de forma que o histórico de sua presença na região será melhor explicado no item seguinte.

O MUNICÍPIO DE SAPUCAIA E A COMPOSIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL (1875-1885)

Dentre os anos de 1875 e 1885 passaram pela Câmara vinte vereadores e sete oficiais (fiscais, procuradores, ajudantes).

Quadro 15
Relação de vereadores da Vila de Sapucaia, 1775-1885

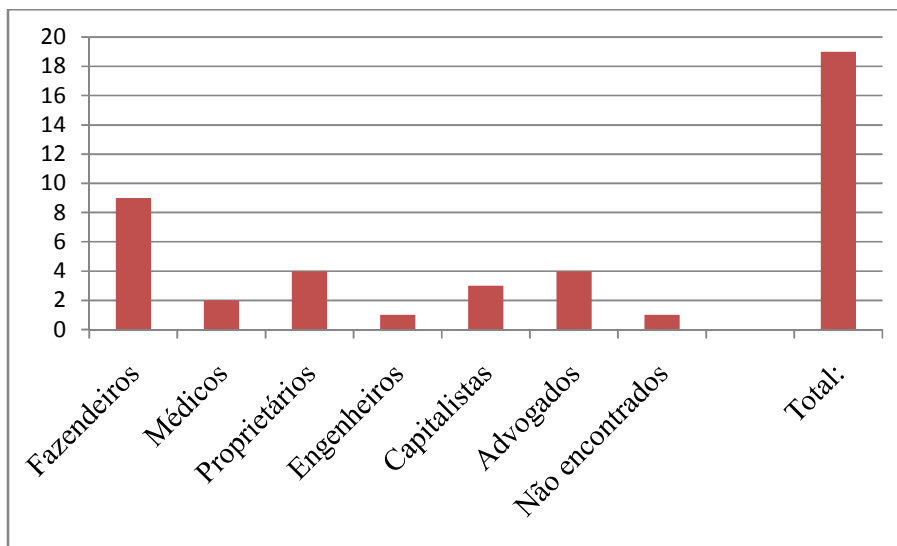
Vereador	Período
José de Souza Brandão (Barão de Aparecida)	1875-1882
Manuel Ventura Marinho	1875-1877, 1883-1885
Francisco José de Salles	1875-1877, 1879-1881
Guilherme Augusto de Souza Leite (Barão de Águas Claras)	1875-1880
João Rodrigues de Araújo França	1875-1877
João Antônio de Medeiros	1875-1877
José Antônio do Valle	1875-1877
Pedro de Alcântara e Almeida Magalhães	1878-1882, 1885
José Joaquim Rodrigues	1878-1880
Joaquim Paulo de Oliveira	1878-1880
Domingos Teixeira Alves	1878-1880
Antônio Franco de Sá Fortes	1881-1882
Damaso José Barroso de Carvalho	1881-1882
Luiz Soares de Gouvêa	1881-1882, 1885
Marcelino Teixeira Pinto	1881-1885
Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira	1883-1885
Aureliano de Campos	1883-1885
Ladislau Fortuna	1883-1885

Fonte: ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, setor de Municípios, anos de 1860-1885. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> Acesso em 14 de Out. 2016.

Os vereadores se revezaram no poder ao longo desses dez anos, uma vez que os mesmos nomes eram eleitos e reeleitos, fazendo com que o poder se mantivesse nas mesmas mãos. Em sua maioria, fazendeiros, proprietários, médicos e advogados, pode-se dizer que o perfil desses homens se encaixa dentro do que seria a elite local. Os vereadores da Câmara de Sapucaia correspondiam àquela parcela que detinha o poder econômico e político no município.

Segue um quadro que aponta a estrutura dessa câmara:

Gráfico 9
Ocupação principal dos vereadores⁸⁰



Fonte: ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, setor de Municípios, anos de 1860-1885. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> Acesso em 14 de Out. 2016.

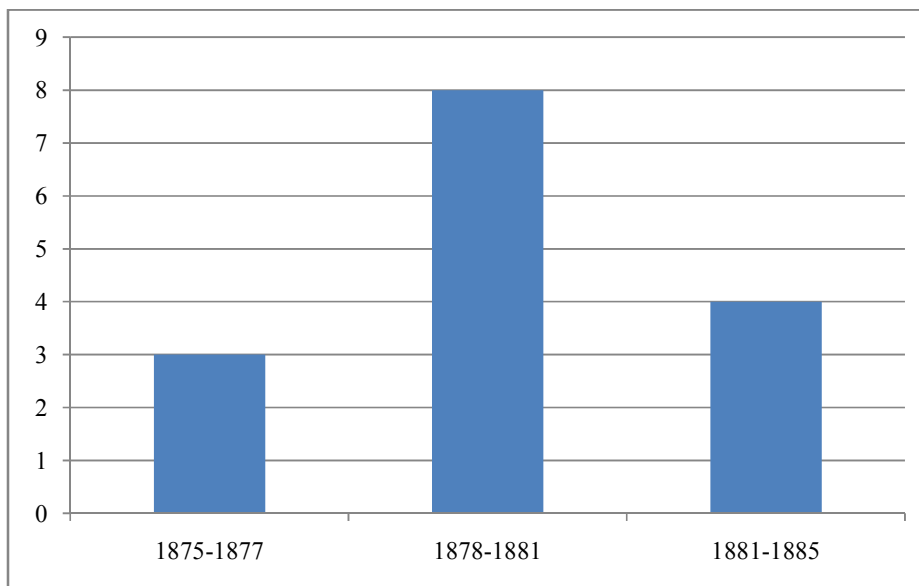
Apesar de uma grande parcela dos homens que passaram pela Câmara serem fazendeiros, havia também muitos com formação acadêmica, o que demonstra que essa elite sapucaense nesse contexto já possuía um perfil diferente em relação aos grupos que dominavam a região nos tempos dos primeiros barões do café. Outro fato importante é que alguns vereadores que tinham alguma formação também se declaravam fazendeiros, capitalistas ou proprietários, demonstrando que mesmo o afastamento de sua região para os estudos não fez com que esses homens abandonassem os negócios na cidade.

Dentre os dezenove vereadores que passaram pela Câmara, sete tinham formação acadêmica. O interessante é notar que esse terço dos vereadores esteve sempre presente dentre os anos aqui estudados e compunham também a parcela mais jovem dos vereadores, enquanto os vereadores mais velhos correspondiam ao grupo de fazendeiros.

O gráfico a seguir demonstra, durante o decorrer dos mandatos, o quanto os fazendeiros estiveram presentes na Câmara Municipal:

⁸⁰ As ocupações relativas ao gráfico foram definidas tendo por base o Almanaque Laemmert (1875-1885). Alguns vereadores se declaravam nas fontes da Câmara com mais de uma profissão, principalmente aqueles que tinham formação acadêmica.

Gráfico 10
Vereadores Fazendeiros



Fonte:ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, setor de Municípios, anos de 1860-1885. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> Acesso em 14 de Out. 2016.

Dentre os vereadores que possuíam formação acadêmica e que se declaravam também fazendeiros cabe destacar o caso de Guilherme Augusto de Souza Leite, Barão de Águas Claras, que se manteve como vereador durante todo o período considerado. Engenheiro formado em Liège, Bélgica, ele se denominava um capitalista, embora também fosse proprietário de uma das maiores fazendas do distrito de São José do Vale do Rio Preto, a Fazenda de Águas Claras.

Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira também era fazendeiro, embora se apresentasse como médico, atuando no primeiro distrito da vila de Sapucaia. Caso semelhante era o de José Joaquim Rodrigues, médico de profissão e proprietário de uma fazenda na freguesia de São José. A presença de jovens profissionais liberais na Câmara nesse contexto e que também se identificam como fazendeiros pode sugerir um perfil de proprietário bastante distante daqueles primeiros desbravadores da região que ali montaram suas fazendas, indicando

trataram-se, na verdade, de herdeiros dos negócios de família que talvez não apresentassem a mesma ligação e comportamento em relação à economia cafeeira.

Observando os quatro vereadores que representaram a freguesia de São José do Vale do Rio Preto – região que concentrava a maioria das fazendas do município -, dois eram fazendeiros, um proprietário e o outro médico. Também dessa localidade saíram os vereadores mais jovens do município, a parcela mais nova e mais atuante da Câmara, que incluía o já citado Guilherme Augusto de Souza Leite e Pedro de Alcântara Almeida Magalhães, este último advogado e proprietário.

Esse grupo de vereadores mais jovens de fato concentrava os que detinham formação superior, em oposição a uma geração anterior, em sua maioria proprietários de terras e cafeicultores dos tempos áureos do café.

Sobre o distrito de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, houve apenas um vereador eleito durante todos os anos, José de Souza Brandão, Barão de Aparecida, proprietário da Fazenda da Boa Esperança e um dos homens mais influentes do município, como veremos adiante.

A maior concentração de vereadores eleitos estava no primeiro distrito, Sapucaia. Dos dezenove que passaram pela Câmara, treze tinham residência no centro do município. Essa representatividade surpreende, pois a população neste distrito era a menor de todo o município. O grupo mostra-se bastante diversificado, tendo fazendeiros, capitalistas, advogados e médicos. A faixa de idade, considerando aqueles acerca dos quais esse dado esteve disponível, também varia, embora aí se encontrem os vereadores mais velhos (três deles com idade bastante avançada), como o próprio Barão de Aparecida. Entre os treze vereadores concentrados no centro de Sapucaia, seis eram fazendeiros, embora o primeiro distrito não concentrasse o maior número de fazendas. Os demais são dois proprietários, dois advogados e um médico. É um grupo bem equilibrado entre diplomados e não diplomados, levando em consideração os outros distritos. Isso reflete um pouco o quadro geral de vereadores.

Na representação desse distrito encontravam-se os que se identificavam como capitalistas. Um exemplo seria o de João Rodrigues de Araújo França, médico atuante na vila de Sapucaia, que também se declara como capitalista, ou ainda o fazendeiro Coronel Damaso José Barroso de Carvalho, que também aparece como capitalista.

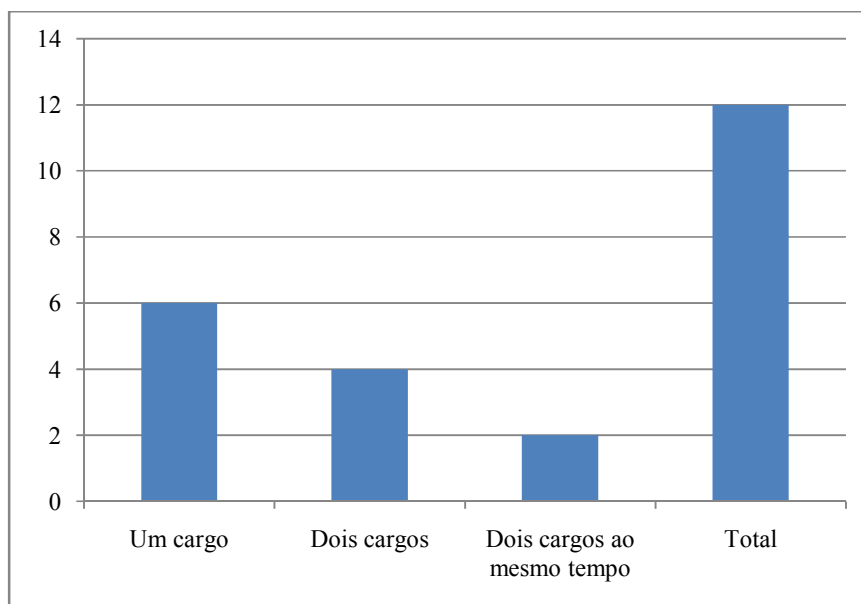
Os vereadores do primeiro distrito eram os mais assíduos nas reuniões da Câmara, enquanto os vereadores dos outros distritos eram sempre notificados por conta de suas faltas. Alias, dentre os faltantes estavam os vereadores mais velhos, especialmente o Barão de

Aparecida, que muito raramente aparecia, sendo um dos que mais recebiam notificações para comparecimento.

A remarcação das reuniões por falta de quórum era algo comum na Câmara de Sapucaia, provavelmente em função da distância entre os distritos, somado a idade avançada de alguns. Pode-se também justificar essas ausências por conta de seus negócios e famílias em outras partes da província ou fora dela, assim como na Corte. Em contrapartida, os vereadores mais jovens, além de serem os mais participativos, eram os que mais compareciam às sessões.

Os vereadores, em geral, também detinham cargos e funções fora da Câmara, assumindo posições importantes no Judiciário local, o que garantia e ampliava a extensão de sua influência e de suas famílias. Dos dezenove vereadores apresentados aqui, doze tinham também cargos na Justiça, sendo que seis tiveram mais de um cargo, algumas vezes simultaneamente, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 11
Vereadores nos cargos da Justiça local

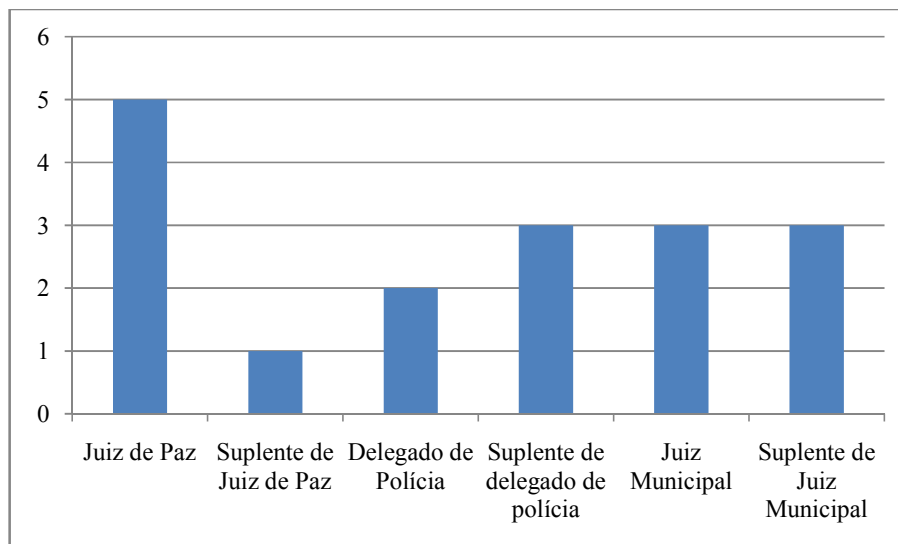


Fonte:ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, setor de Municípios, anos de 1860-1885. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> Acesso em 14 de Out. 2016.

Poucos foram os vereadores que não tiveram nenhuma ocupação além das atividades camarárias. Nesse grupo estão os vereadores menos atuantes na instituição e aqueles que tiveram somente um mandato. Aqueles que se elegeram mais de uma vez, sempre se

mostravam envolvidos com outras atividades. Richard Graham aponta que o sucesso nas eleições se vinculava diretamente com ao número de cargos que um mesmo indivíduo conseguia manter⁸¹. No caso de Sapucaia, as funções legislativas, judiciárias e executivas mostravam-se profundamente entrelaçadas, confirmando o grupo como representantes de uma elite local.

Gráfico 12
Cargos ocupados por vereadores



Fonte: ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, setor de Municípios, anos de 1860-1885. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> Acesso em 14 de Out. 2016.

Sabemos que o Juiz de Paz era um cargo eleito e a candidatura para vereador poderia representar um grande meio de divulgação e promoção e vice-versa. Um exemplo desse modelo de concentração de cargos e poder é o próprio Barão de Aparecida, vereador mais votado durante três mandatos e que também fora eleito Juiz de Paz, além de se tornar delegado de polícia em Nossa Senhora da Conceição Aparecida e, em 1880, em Sapucaia.

Dos que se aproximam dos cargos de delegado e suplente, a formação em Direito não parecia ser um fator relevante, pois quatro dos sete que assumiram a função eram apenas fazendeiros. Dentre os que ocuparam o cargo de Juiz Municipal e de suplente, nenhum tinha

⁸¹ GRAHAM, Richard. *Eleições e Clientelismo*. In: GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 113, 1997.

formação em direito e somente um era diplomado, José Joaquim Rodrigues, médico de formação. Os demais eram ou fazendeiros ou proprietários.

Entre os juizes de paz, dos cinco que foram eleitos em seus respectivos distritos, três eram graduados: Guilherme Augusto de Souza Leite, João Antônio de Medeiros e João Rodrigues de Araújo França, o único eleito em dois mandatos para distritos diferentes.

Esses dois médicos e um engenheiro representam, junto com o Barão de Aparecida e Francisco José de Salles, os juizes de paz que passaram por Sapucaia. Além de vinculados ao Judiciário, esses homens também estão presentes em outros grupos influentes na sociedade, como as irmandades ou a maçonaria.

Esse seria o caso do advogado Pedro de Alcântara e Almeida Magalhães que, além de atuar na sua profissão e de administrar seus imóveis no município, foi suplente do delegado de polícia e fundador da Casa Maçônica em 1879, além de membro da irmandade de São José no distrito de São José do Vale do Rio Preto. Marcelino Teixeira Pinto, apesar de não entrar no caso daqueles que tinham cargos na Justiça, dedicou-se à tesouraria da irmandade de Santo Antônio na vila de Sapucaia durante todos os anos em que esteve na Câmara, além de também ser proprietário de diversos bens no primeiro distrito.

Uma outra instituição que surgiu como espaço de atuação e circulação desses grupos locais foi o Clube da Lavoura de Sapucaia, inaugurado em outubro de 1884, e que contou com a participação de algumas personagens aqui mencionadas. Os Clubes da Lavoura começaram a surgir em 1871, basicamente como um espaço de discussão sobre os efeitos da promulgação da Lei do Ventre Livre, nesse mesmo ano. O primeiro clube foi instalado na própria Corte e contava com 600 membros.

As primeiras tentativas de organização da *classe agrícola*, ocorreram ainda em fins do Império, intimamente relacionadas ao fim da escravidão, mediante a criação dos *clubes da lavoura* na região centro-sul, numa clara tentativa de controle sobre as mudanças então em curso. Entre 1880 e 1884 teriam lugar dois surtos de fundação em massa dos referidos clubes, sendo o primeiro ligado ao Centro-Oeste paulista e o segundo, aos fazendeiros menos influentes das antigas zonas cafeeiras fluminenses, divergindo ambos quanto a seus objetivos [...] A despeito de suas diferenças, a expansão dos clubes da lavoura, de caráter municipal, representaria uma primeira tentativa de formalizar a natureza corporativa das reivindicações agrárias, podendo ser encarada sob dupla perspectiva. Na condição de organismos orientados pela crise, tentariam agregar demandas para fins políticos, revelando um afastamento das formas vigentes de organização de interesses da classe proprietária. Ao mesmo tempo, na medida em que o Estado monárquico e recusava a admiti-los como foros políticos legítimos, sua eficácia estaria comprometida, fazendo com que acabassem

por confundir-se com as próprias câmaras municipais, responsáveis, na maioria das vezes, pelo patrocínio de sua criação.⁸²

Dentre os dezesseis homens que aparecem em lista publicada no *Diário do Brasil* relativa aos membros do Clube da Lavoura em Sapucaia⁸³, três eram vereadores e um era fiscal da Câmara, além de nomes a eles diretamente relacionados. A reunião do clube a que se tem notícia foi realizada pelo então presidente da Câmara, Manuel Ventura Marinho, no Paço municipal. Além deste, os vereadores que aparecem na lista são Pedro de Alcântara e Almeida Magalhães e Ladislau Fortuna. O fiscal era Joaquim José Fernandes de Araújo, que ocupou o cargo na Câmara municipal entre os anos de 1878 e 1881⁸⁴; frequentava a maçonaria junto com Pedro de Alcântara, além de ser uma das poucas personagens que apresentavam em sua história insígnias e medalhas: a *tomada de Paissandu*, *Rendição de Uruguaiana* e de Bravura, todas obtidas em 1880.

Durante o período aqui trabalhado, atuaram ainda pela Câmara três procuradores, três fiscais, quatro secretários, um porteiro e um ajudante. Procuradores, que tinham formação em Direito, exerciam a advocacia na região; assim como os fiscais, eram ainda proprietários, oficial de justiça e diretor de escola. Podemos perceber que estes ocupavam cargos aos quais também haviam se dedicado os próprios vereadores, como suplentes de delegado de polícia; além disso, funções como as de inspetor do município e cobrador da Ponte Pênsil (ocupadas pelos procuradores) eram importantes e também traziam algum prestígio dentro do município.

Joaquim Pereira da Silva Junior, por exemplo, foi procurador da Câmara e também cobrava a passagem da Ponte Pênsil, além de ser, também, agente do correio. Já José Bráulio Ludolf, procurador, foi também subdelegado de polícia e inspetor do município, cargos que ocupou simultaneamente.

No sentido de reforçar o perfil dos vereadores como membros dos poderes locais e demonstrar com maior clareza a quem eles poderiam representar no espaço da Câmara, buscamos acompanhar mais de perto a trajetória de alguns desses indivíduos, o Barão de Águas Claras, o Barão de Aparecida e Ladislau Fortuna. Pretendemos, assim, entender o que

⁸² MENDONÇA, Sônia Regina de. A Sociedade Nacional de Agricultura e Institucionalização de Interesses Agrários no Brasil. Revista Mestrado História, V. 2. 1999. Disponível em: http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v2n11999/pdf/002_v2_1999.pdf Acesso em 25 de Jul. 2016.

⁸³ Jornal Diário do Brasil, 3 de novembro de 1884. Nº 255. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=225029&pagfis=3688&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em 25 de Jul. 2016.

⁸⁴ ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, setor de Municípios, anos de 1860-1885.

caracterizava essa elite como grupo de poder local e observar como, no decorrer dos anos, eles foram se afirmando e garantindo seu lugar nessa dinâmica.

É importante destacar que os exemplos selecionados compõem as três faixas etárias que passaram pela câmara: os de idade avançada, os de média idade e os mais jovens vereadores. Além disso, representam também os três distritos - a vila de Sapucaia, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e a freguesia São José do Vale do Rio Preto. E por fim, compreendemos três perfis mais predominantes entre os vereadores: os diplomados, os fazendeiros e os que eram ambos.

Começaremos com o mais jovem dos três, o Barão de Águas Claras. Residente na freguesia de São José do Vale do Rio Preto, Guilherme Augusto de Sousa Leite formou-se em engenharia em Liège, em 1872. Engenheiro de formação, fazendeiro e capitalista, na vida pública garantiu, além de um mandato como vereador, diversos outros cargos na região, como o de Juiz de Paz na freguesia de São José do Vale do Rio Preto e, posteriormente, a secretaria de administração provisória na mesma freguesia, enquanto ela estava em processo de separação do município de Sapucaia, em 1892, para integrar o município de Petrópolis, já no período republicano, portanto. Foi ainda inspetor da Instrução e superintendente do Ensino em seu Município, além de outras funções que o identificam diretamente como capitalista e financista nos últimos anos do Império: secretário do Conselho Fiscal da Caixa Econômica e Monte de Socorro do Rio de Janeiro, do qual era também membro; vice-presidente da Junta Administrativa da Caixa de Amortização; presidente do Conselho Fiscal do Banco do Brasil; diretor da Caixa de Conversão entre outros.

Tornou-se Barão de Águas Claras em 1887, título que faz referência a uma de suas fazendas. Seu título também tem ligação com a própria história da freguesia de São José do Vale do Rio Preto, que foi uma grande produtora de café e situava-se em uma importante região, que ligava Magé a Teresópolis. Segundo relatos dos próprios vereadores⁸⁵, o Barão de Águas Claras recebeu em sua fazenda a visita do imperador D. Pedro II durante cerca de um mês, além disso, em Águas Claras, foi instalado o primeiro aparelho telefônico registrado em área rural em todo o país, telefone este que comunicava entre si as fazendas Águas Claras, Pinheiros, Belém e Bela Esperança, que pertenciam a ele e sua família⁸⁶.

Seus pais eram Domingos de Souza Leite e Maria Guilhermina de Araújo Franco, filha do Comendador Guilherme Francisco Rodrigues, do qual herdou não somente o nome como a

⁸⁵ Livro de Ofícios da Câmara Municipal de Sapucaia. (1875-1885)

⁸⁶ Informações retiradas de artigo do Instituto Cidade Viva, disponível online em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/8_aguas-claras.pdf Acesso em 23 de Agosto 2016.

fazenda de Águas Claras, após o falecimento de seu pai. Casou-se com sua prima Josefina de Araújo Franco, que trazia o sobrenome de uma das mais antigas parentelas presentes na região, o que garantiu que a fazenda ficasse nas mãos da família por diversas gerações.

Guilherme Augusto de Souza Leite atuava assiduamente nas sessões da Câmara; porém, quando não podia comparecer por conta de seus negócios fora da localidade, seu conterrâneo Pedro de Alcântara Magalhães, advogado que também ocupava outros cargos que não somente o de vereador da freguesia de São José do Vale do Rio Preto, o representava e, muitas vezes, falava por ele. Esse é um fato que podemos observar com bastante frequência nessa Câmara, ou seja, mesmo que não estivessem presentes em todas as sessões, encontravam meios de se fazerem representar por outros colegas, garantindo não só a informação sobre o que acontecia no município como deixavam registradas suas posições sobre os temas em pauta. Esse comportamento também permite compreender as alianças que se construíam, a proximidade e o tipo de relações que os vereadores mantinham uns com os outros.

Quanto a José de Souza Brandão, Barão de Aparecida (1823-1883), fazendeiro, possuía muita influência na região, principalmente sob a freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, onde se situavam suas fazendas Bela Esperança e Santo Antônio. A família Souza Brandão chegou na localidade através de sesmaria solicitada pelo pai do Barão de Aparecida, seu homônimo, José de Souza Brandão, em 1828, no Ribeirão dos Prazeres, ao sul da Serra do Capim, “onde tinha posse e meios para cultivar”. Suas terras abrangiam um território muito vasto, sendo uma das maiores propriedades do município. O título de Barão é concedido em 1867 e faz referência à freguesia mais antiga do município de Sapucaia, Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Dentre os cargos que assumiu, manteve a função de juiz de paz por mais de 20 anos, entre 1859 e 1882, além de ser delegado na freguesia em que residia; foi ainda presidente da Câmara de 1875 a 1884, uma trajetória que, no geral, o identifica como um autêntico potentado local.

De fato, toda a família se instalou e se manteve na região. Entre os filhos de Souza Brandão, além do próprio barão, constam ainda Augusto de Sousa Brandão, nascido em Cantagalo, médico, 2º Barão de Cantagalo, coronel da Guarda Nacional, proprietário da Fazenda Santana, subdelegado em 1854 em Aparecida (Sapucaia), vereador em 1854, 1859 e 1864, delegado em 1869 e 1874, juiz de paz entre 1854 e 1874, presidente da Câmara em 1879; Luís de Souza Brandão (1832-1893), 1º Barão de Porto Novo em 1883, nascido em Cantagalo, fazendeiro em Madre de Deus do Angu, Euclidelândia, Cantagalo, e em Aparecida,

atual Município de Sapucaia, onde foi juiz de paz; Capitão Felício de Souza Brandão, nascido por volta de 1936 em Nossa Senhora Aparecida, Sapucaia, cafeicultor em Euclidelândia de 1864 a 1885, onde era proprietário da Fazenda Palmital; Francisco de Souza Brandão (ou Francisco Antônio de Souza Brandão), comendador, médico e dono da Fazenda Paraíso, em Jamaparã, até 1869 e juiz de paz em Aparecida, entre 1848 e 1859; Major Carlos de Souza Brandão, juiz de paz, fazendeiro e delegado em Aparecida, entre 1848 e 1854; Sebastião de Souza Brandão e João de Souza Brandão, ambos subdelegados, fazendeiros e juizes de paz em Aparecida⁸⁷.

Apesar de sua grande influência na política de seu distrito e no município em geral, o Barão de Aparecida era um dos mais faltosos vereadores, comparecendo geralmente nas sessões que tratavam de constituir a lista de votantes municipais. Porém, tinha como porta-vozes e aliados os vereadores Francisco José de Salles e seu amigo pessoal Ladislau Fortuna, o qual foi colocado na câmara pelo próprio José de Souza Brandão.

Residente na vila de Sapucaia, representante do primeiro distrito, advogado e proprietário, a primeira aparição de Ladislau Fortuna na Câmara foi como membro da mesa de apuração de votantes, em 1875, a convite do Barão de Aparecida. Fortuna foi o vereador com maior número de cargos acumulados durante os anos aqui trabalhados. Após o convite do Barão, ele conseguiu o cargo de fiscal da câmara em 1877 e o de secretário, entre 1882 e 1883. Em 1885 foi eleito o vereador mais votado. Com a presidência da Câmara, também se tornou procurador. Além disso, Fortuna tinha sido diretor escolar entre os anos de 1878-1880 e suplente de delegado de polícia entre 1880 a 1883, na vila de Sapucaia.

Como representante do Barão de Aparecida, Ladislau justificava as faltas do amigo em virtude de suas viagens à província de São Paulo, onde ainda residia parte de sua família, a família Brandão, com a qual o barão mantinha forte ligação. Essa relação que demonstra uma forma de “apadrinhamento”, aproxima esse exemplo ao que Richard Graham considerou como uma ligação quase familiar⁸⁸, na qual a troca de favores por ambas as partes garantiria o sucesso nas eleições municipais o que, por sua vez, explica como Ladislau Fortuna foi traçando seu caminho dentro da Câmara.

⁸⁷ Aqui foi considerada apenas a geração do barão de Aparecida e seus irmãos; entretanto, seus filhos, sobrinhos e netos também se mantiveram na região. Ver Genealogia Brasileira - Povoadores da Região Serrana. Família Souza Brandão. Disponível em: http://www.genealogiabrasileira.com/cantagalo/cantagalo_soubran.htm Acesso em 22 de Abril 2017.

⁸⁸ GRAHAM, Richard. *Famílias, Clientes e Controle Social*. In: GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 35, 1997.

Essas trajetórias procuram exemplificar como essas elites locais se relacionaram com a principal instituição de representação do poder local, a Câmara Municipal, considerando as relações de amizade, parentesco e aliança política. No entanto, tal análise teve como ponto de partida o grupo dos vereadores e uma primeira identificação de que grupos representavam; caberia agora fazer o mesmo movimento no sentido contrário, ou seja, partindo-se dos grupos reconhecidamente presentes nessa sociedade, entender como ou até que ponto eles se fizeram representar nessa instituição.

Essa preocupação relaciona-se à verificação da aparente ausência de um extenso e poderoso grupo de proprietários de terras, especialmente aqueles pertencentes à freguesia de São José do Vale do Rio Preto, que até a formação do município de Sapucaia encontrava-se ligada ao município vizinho de Paraíba do Sul. Nesse grupo podemos localizar algumas das principais famílias ligadas à ocupação e desenvolvimento econômico tanto do Vale do Paraíba fluminense, como os Werneck – que incluem uma enorme série de barões, como os de Paraíba, Paty do Alferes, Bemposta, Palmeiras, Ipiabas, entre outros - quanto famílias tradicionalmente associadas à mineração, ao comércio, ao café e aos poderes locais na região sul de Minas Gerais, como os Monteiro de Barros. Tal configuração pode ser apreendida pelos quadros abaixo, no qual procuramos apresentar as principais famílias que atuaram nos principais postos locais e que demonstra a concentração de cargos nas mesmas famílias, desde os anos de 1850 até a formação da vila, na década de 1870.

Quadro 16
Autoridades e ocupações
Freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida

Cargos	1850	1860	1870	1880	Famílias
Sub-delegados	Carlos de Souza Brandão	José Marques da Silva Dias	Inocência José da Silva	Manoel Dias da Silva	Souza Brandão; Dias da Silva
Juizes de Paz	Manoel Antônio Airoa Ignacio Gabriel Monteiro de Barros Carlos de Souza Brandão	José de Souza Brandão Francisco de Souza Brandão Francisco Joaquim de Lima José Antônio do Vale	José de Souza Brandão, barão de Aparecida Inocência José da Silva Francisco Joaquim de Lima José Antônio do Vale	Manoel José da Costa Pires Luiz de Souza Araújo Antônio Monteiro Barbosa da Silva	Souza Brandão; Monteiro de Barros

Fonte: ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, setor de Municípios, anos de 1860-1885. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> Acesso em 14 de Out. 2016.

Quadro 17
Autoridades e ocupações
Freguesia de São José do Rio Preto

Cargos	1850	1860	1870	1880	Famílias
Sub-delegados	Guilherme Francisco Rodrigues Franco	Antônio Augusto de Araújo Franco	Antônio Augusto de Araújo Franco	João Augusto de Souza Leite	Araujo Franco; Souza Leite
Juizes de Paz	Guilherme Francisco de Araújo Franco Luís Antônio da Silva Braga José Antônio de Castilho	João Rodrigues de Araújo França Joaquim Carneiro de Mendonça Pedro de Araújo Gonçalves Viana Eduardo Carneiro de Mendonça	Guilherme Augusto de Araújo Franco Paulino de Souza Werneck José Luís de Azevedo Werneck Saturnino de Souza Werneck	Guilherme Augusto de Araújo Franco Guilherme Augusto de Souza Leite Custódio Coutinho de Miranda Jordão	Araujo Franco; Souza Leite; Werneck; Vianna

Fonte: ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, setor de Municípios, anos de 1860-1885. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> Acesso em 14 de Out. 2016.

Como podemos observar, a família Souza Brandão, a qual pertencia o barão de Aparecida, dominou completamente os cargos locais durante as quatro décadas representadas, no que se refere à freguesia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e, mais tarde, na freguesia central de Santo Antônio de Sapucaia, onde se instalou o cargo de delegado de polícia, por ele ocupado em 1880, um controle que se refletiu na sua presença constante como vereador da vila, como já indicado. Na década de 1850, há ainda a presença de personagens importantes, como o barão de Sapucaia, Manoel Antônio Airoso, que permanecerá sempre na

listagem de fazendeiros dessa freguesia no Almanaque Laemmert, desde 1850 até sua morte, em 1883.

Outro nome significativo é o do brigadeiro Ignácio Gabriel Monteiro de Barros, representante de um dos principais grupos familiares a se instalarem na região, ainda nas primeiras décadas do oitocentos. O brigadeiro Monteiro de Barros faleceu em 1850, mas o grupo familiar manteve-se na região através de sua esposa, Alda Romana Monteiro de Barros, que também permanecerá à frente da propriedade, como consta na listagem de fazendeiros da freguesia no Almanaque Laemmert, até sua morte, em 1899, e seus filhos, especialmente Braz Augusto Monteiro de Barros (1837-1915). Além de proprietário e fazendeiro, este também aparece como capitalista da freguesia após 1870 e sua ligação com a câmara local se dá através de sua participação em diversas comissões, já a partir de 1875⁸⁹.

Quanto à freguesia de São José do Rio Preto, apenas duas famílias parecem concentrar todos os cargos entre 1850 e 1880, a parentela do barão de Águas Claras, os Souza Leite (que incluía os Araújo Franco), e os Wernecks, já mencionados. No entanto, embora o primeiro grupo esteja sempre presente na Câmara de Sapucaia desde sua fundação e ao longo de todo o período estudado, através da presença assídua do próprio barão de Águas Claras, o mesmo não se pode afirmar em relação à família Werneck que, embora dividisse com os Souza Leite o controle dos cargos locais, não se faz representar diretamente na Câmara de Sapucaia, quando da criação da vila. De fato, como a freguesia em questão sempre pertencera, até aquele momento, ao município de Paraíba do Sul, é provável que a família preferisse manter-se próxima aos cargos camarários dessa localidade. Na verdade, a parentela tinha origem mineira e, como diversas outras aqui mencionadas, expandiu-se a partir da região das minas no sentido da província Rio de Janeiro para ocupar as terras do vale do Paraíba⁹⁰. Unindo-se

⁸⁹ Câmara Municipal de Sapucaia – História. Disponível em <http://cms.rj.gov.br/historia/>. Acesso 29 junho 2017.

⁹⁰ Segundo Taunay, o poder da família se refletiu na imensa quantidade de títulos que concentrou: “Outra família de grandes cafestistas que teve numerosos titulares foram os Avelar muito entrelaçada aos Werneck. Dos Avelares há dois ramos, o de Vassouras (Avelar e Almeida) e os do Paty (Ribeiro de Avelar). Os primeiros contavam o Barão do Ribeirão (José de Avelar e Almeida) e seus filhos Barão de Massambará (Marcelino de Avelar e Almeida), Visconde de Cananéia (Bernardino Rodrigues de Avelar) e Barão de Avelar e Almeida (Laurindo de Avelar e Almeida), todos fazendeiros importantes do município de Vassouras; os Avelar do Paty eram muito entrelaçados aos Wernecks. Entre eles se destacavam o Barão de Capivari (Joaquim Ribeiro de Avellar e seu filho, e homônimo, Visconde de Ubá, senhores da grande e tradicional fazenda do Pau Grande, e os três irmãos, fazendeiros muito importantes do município da Paraíba do Sul ; Visconde da Paraíba (João Gomes Ribeiro de Avelar) Barão de Guaribú (Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar) e o Barão de S. Luiz (Paulo Gomes Ribeiro de Avelar). Dos Werneck, o mais antigo titulado (em 1854), o segundo Barão do Paty do Alferes (Francisco Peixoto de Lacerda Werneck), foi dos maiores lavradores do seu tempo. Citam-se ainda o Barão de Bemposta (Ignacio Barbosa dos Santos Werneck), irmão dos Barões de Palmeiras e de Werneck (João e José Quirino da Rocha Werneck). Eram seus aliados e parentes numerosos outros titulares como o Visconde de Ipiabas (Peregrino José de América Pinheiro) seu filho, o Barão do mesmo título (Francisco Pinheiro de Souza Werneck), o Barão de Almeida Ramos (Dr. Joaquim de Almeida Ramos); o Barão de Santa Barbara (João

por casamentos em várias gerações a famílias como os Ribeiro de Avelar e os Teixeira Leite, dominaram as regiões de Paraíba do Sul e, principalmente, Vassouras, onde concentraram suas representações eleitorais.

Fossem como cafeicultores, negociantes, vereadores, deputados, oficiais da Guarda Nacional, delegados e juizes, os Ribeiro de Avelar, os Lacerda Werneck e os Teixeira Leite encontravam-se entre as oito famílias que controlavam a política local em Vassouras. A título de exemplo, Richard Graham menciona que uma mesa eleitoral de qualificação de votantes em 1842, composta por um Ribeiro de Avelar e dois Werneck, elegeu oito dos dez candidatos: cinco Ribeiro de Avelar e três Werneck. Em 1855, na mesma paróquia de Paty do Alferes, entre os quatro juizes de paz três eram Ribeiro de Avelar.⁹¹

Por outro lado, é preciso considerar que, muitas vezes, essa representação nas câmaras poderia se dar de forma indireta, considerando-se o grupo familiar de forma mais extensa. Nesse sentido, casamentos estratégicos poderiam funcionar como elos de ligação entre núcleos originais, formando redes de relacionamentos que se reproduziam por gerações e que garantiam a presença e a defesa dos interesses de um determinado grupo mesmo quando a família original não detivesse diretamente um cargo camarário. Assim, devemos levar em conta o fato de que o barão de Águas Claras, o já citado Guilherme Augusto de Souza Leite, havia se casado com Josefina de Araújo Franco, filha de Antônio Augusto de Araújo Franco e de Leopoldina de Sousa Werneck, que descendia diretamente do patriarca Inácio de Sousa Werneck (1742–1828).

Na mesma família, João Rodrigues de Araújo França, vereador de 1875-1877, filho de Manoel Rodrigues de Araújo que veio de Barbacena adquirir as terras em São José do Vale do Rio Preto que depois herdou. Seu avô, de mesmo nome do pai, Manoel Rodrigues de Araújo, era português e se instala em São João DelRei em 1750, dali a família se espalharia pelas terras de Minas Gerais até o interior da provincial do Rio de Janeiro.⁹² Ao todo, João

Evangelista de Almeida Ramos), o Barão de Potengy (Ignacio de América Pinheiro). Outros membros desta família, cafésista de Vassouras, embora não titulares requereram cartas de enobrecimento, como o Dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck (filho do Barão de Paty do Alferes) e Luiz Quirino da Rocha Werneck, neto do Barão de Palmeiras". TAUNAY, Affonso d' Escragnole. **Historia do café no Brasil**. (Brasil Imperial 1822-1872), v. 5. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, p. 243-244.

⁹¹ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 189.

⁹² Genealogia da família Rodrigues Araújo, disponível em: <http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1347069> Acesso em: 03 de Agosto 2017.

Rodrigues de Araújo França tinha 6 fazendas que contavam com 106.100 pés de café que representavam um quarto de seu patrimônio que ainda em vida partilhou entre seus filhos.⁹³

Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, era primo e muito próximo à Condessa do Rio Novo, irmã do Barão do Entre Rios. Mariana Claudina Pereira de Carvalho, casou-se com, José Antônio Barroso de Carvalho, o primeiro barão e visconde do Rio Novo. A condessa possuía uma das maiores fazendas cafeeiras do território que hoje é a cidade de Três Rios. Em seu testamento consta uma fortuna de mais de 500 contos de réis e mais de 100 escravos.⁹⁴ Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira faz carreira na política e continua ocupando importantes cargos. Chega a ser eleito vice-presidente do Estado para o período de 16 de junho de 1891 a 13 de junho de 1892, tendo exercido o governo de Minas Gerais entre 16 e 18 de junho de 1891, interinamente, e de 9 de fevereiro a 13 de julho de 1892, em virtude da renúncia do Presidente José Cesário da Faria Alvim.⁹⁵

De fato, o entrelaçamento das principais famílias de elite na região intensificou-se ao longo dos anos, o que também reforça a ideia da concentração de bens. Encontramos casos semelhantes entre os Souza Brandão, grupo familiar a que pertencia o barão de Aparecida. O capitão Felício de Souza Brandão, por exemplo, nascido por volta de 1836 na freguesia de Nossa Senhora Aparecida, que se tornou cafeeiro em Euclidelândia, a partir de 1864, onde foi proprietário da Fazenda Palmital, casou sua filha Emília de Souza Brandão com Joaquim Luís Monteiro de Barros, filho dos Barões de Santa Alda. Da mesma forma, sua outra filha, Lucinda de Souza Brandão, foi casada com Luís de Souza Breves Sobrinho, filho de Joaquim Luís de Souza Breves, proprietário estabelecido em Porto Novo do Cunha.

Não há dúvida, portanto, de que as principais e tradicionais famílias de elites da região, especialmente as proprietárias, de alguma forma se fizeram representar nas diferentes legislaturas que se sucederam na nova vila de Sapucaia. Entretanto, cabe destacar que não necessariamente esses grupos e indivíduos centraram na produção cafeeira as bases de seu poder. Alguns nomes que ali se estabeleceram como fazendeiros e mantiveram suas propriedades ao longo de período estudado possuíam ou se diversificaram em direção a outros interesses. O marquês de Paraná talvez seja o principal exemplo, uma vez que seu poder e

⁹³ Processo de partilha de bens e Testamento de João Rodrigues de Araújo França consultados no Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

⁹⁴ Inventário e Testamento de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo consultados no Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

⁹⁵CPDOC: Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CERQUEIRA.%20Eduardo%20Ernesto%20da%20Gama.pdf> Acesso em: 17 de Jul. 2017.

influência se prendiam muito mais à sua atuação política na Corte, no Rio de Janeiro, como um dos grandes do Império, do que seu status local de proprietário e produtor de café, por melhor sucedida que fosse sua fazenda Lordelo.

Nesse sentido, outro caso que também merece destaque é o de Manoel Antônio Airoso, que recebeu o título de barão de Sapucaia em 1876. Embora proprietário de uma rica fazenda na freguesia de Nossa Senhora Aparecida, Sapucaia era, principalmente, capitalista e grandenegociante, matriculado no Tribunal de Comércio do Rio de Janeiro. Seu estabelecimento na região data dos anos de 1840, pouco depois do próprio marquês de Paraná. Entretanto, o inventário de sua esposa, aberto em 1879, demonstrava que já há muito o barão não investia em sua propriedade:

Um exemplo destes fazendeiros que viviam como capitalistas é o de Manoel Antônio Airoso, barão de Sapucaia. De acordo com a avaliação de seus bens, realizada por ocasião do falecimento de sua esposa, em 1879, sua fortuna chegava a 168.474 libras, sendo que sua única fazenda era avaliada, juntamente com seus 194 escravos, em apenas - considerando-se o montante da fortuna - 5.150 libras ou pouco mais de 3% do valor total de seus bens, sendo que só em dívidas ativas possuía 190.405,80 libras, boa parte das quais ficariam para a sobrepartilha.⁹⁶

Como podemos observar, portanto, havia famílias que se envolveram muito mais diretamente com a política local, através da ocupação frequente de cargos na administração, no judiciário e no legislativo local, revezando-se nessas posições. Esse foi o caso dos grupos familiares Souza Brandão e Souza Leite, que incluíam os principais proprietários de café em Sapucaia e arredores, como os barões de Aparecida, Cantagalo, Rio Novo, Águas Claras. Mesmo considerando-se que essas famílias espalharam-se pela região, inclusive na vizinha província de Minas Gerais, nas localidades em que se estabeleceram mantiveram esse típico comportamento, atuando como poder local.

Mas também havia indivíduos e grupos para os quais a propriedade e mesmo a produção de café pareciam secundários, dados tanto o poder pessoal ligado a cargos e presença direta na alta cúpula da administração imperial (como seria o exemplo do marquês de Paraná) ou nos grandes negócios na Corte (exemplificado no caso do barão de Sapucaia), quanto a própria diversidade e extensão das atividades da “grande família” a que pertenciam. Dessa forma, tendiam a investir muito menos na política local. Essa seria, principalmente, a situação da família dos Monteiro de Barros, que parece estar presente na região (assim como

⁹⁶ MARTINS, Maria Fernanda V. **O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: elites, política e reforma agrícola no Segundo Reinado (1860-1897)**. Niterói, 1995. Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal Fluminense. Mimeo. p. 109-110.

em todas as outras que ocuparam, ao longo do caminho novo desde de Vila Rica, ainda no século XVIII) pela grande oportunidade de investimento que ali pareceu a produção de cafênas primeiras décadas, mas que já na década de 1870 havia se desfeito de sua principal propriedade, uma vez que o principal nome da família na vila, Braz Augusto Monteiro de Barros, já aparece nessa década prioritariamente como capitalista.

Na verdade, a decadência ou o desaparecimento progressivo das antigas e tradicionais famílias da região no que se refere aos cargos camarários parece acompanhar a decadência do café na localidade, como em quase todo o vale do Paraíba, especialmente na década de 1880. Realmente, em contraste com a afirmação do Almanaque Laemmert em 1860, acima citada, em 1883, mesmo guardando-se as devidas proporções, a presença do café em Sapucaia já era reduzida em relação aos municípios vizinhos, representando apenas 2,62% da produção da zona serrana do vale sul do Paraíba:

Quadro 18
Zona Serrana do Vale Sul do Paraíba em 1883
Lavoura Cafeeira: Número de Pés de Café (milhares)

Localidades	Pés de café (milhares)	%
Barra Mansa	3.345	9,96
Pirai	3.460	10,31
Paraíba do Sul	5.616	16,73
Resende	3.437	10,24
Sapucaia	881	2,62
Valença	9.469	28,21
Vassouras	7.362	21,93
TOTAL	33.570	100

Fonte: MELO, Hildete Pereira de. A Zona Rio Cafeeira: uma expansão pioneira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 3 (número especial), Taubaté, SP, ago/2008, p. 49-82.

O quadro geral aqui apresentado nos mostra como os poderes locais tradicionais foram transformando seus interesses ao longo do tempo, distanciando-se progressivamente – a partir da segunda metade do século XIX - de uma agenda de caráter mais geral e *nacional*, mas mantendo-se, em geral, próximos aos cargos camarários e judiciários. As novas gerações, ligadas ou não aos interesses gerados antigos proprietários ou, mais diretamente, da lavoura cafeeira, começaram a se recompor ao redor da Câmara municipal, buscando, cada vez mais,

uma atuação mais voltada para o fortalecimento da municipalidade, mediante ações de caráter público, como a questão do sistema de ensino, urbanização e da saúde local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa dissertação foi demonstrar como funcionava uma câmara municipal no fim do século XIX dentro da província do Rio de Janeiro. Para isso, buscamos as origens da localidade em que a câmara fora fundada, analisando o processo de construção do território desde as primeiras ocupações até o ano de emancipação, em 1874. Além disso, buscamos traçar um perfil dos vereadores que atuaram dentre os anos de 1875-1888, as origens do poder das famílias e grupos que controlavam a região, bem como suas redes de relações.

No primeiro capítulo recuperamos a história de Sapucaia e sua inserção na lógica regional, as origens da ocupação e povoamento da região, além de sua relação com a província de Minas Gerais e a situação política e econômica da cidade, principalmente no que se refere às crises da economia cafeeira na província e a questão do problema da mão de obra escrava. Descobrimos que a presença da população escrava era bem significativa e que a principal fonte de renda e de trabalho no município estava relacionada ao cultivo da terra, em sua maioria plantação de café.

Percebemos que Sapucaia nasce de três freguesias: Santo Antônio de Sapucaia, Nossa Senhora da Conceição Aparecida e São José do Vale do Rio Preto e que havia uma vontade de tornar estas terras um município para trazer para aquele local o que as grandes cidades tinham acesso, como maior urbanização e mais embelezamentos, além de entretenimento, uma biblioteca e uma melhor educação para a população local.

No segundo capítulo nos dedicamos à câmara e seu funcionamento dentre os anos de 1875-1888. Apontamos os principais problemas enfrentados pela instituição, o relacionamento do município com seus vizinhos, as principais demandas da cidade e a relação com o poder provincial. Além disso, reconstituímos um perfil da população sapucaense no período. Por fim, analisamos como se dava o processo eleitoral em um município no fim do XIX, traçando um perfil dos eleitores e dos excluídos da votação.

Vimos que os vereadores enfrentaram alguns problemas com a cidade de Magé e com os municípios vizinhos, como Paraíba do Sul. Descobrimos que o município enfrentou duas epidemias que fizeram com que os gastos com a população fossem aumentados e que até então os maiores gastos da câmara eram com obras públicas.

Além da variação da renda, a identificação da ocupação dos candidatos a eleitores como lavradores aponta para a existência de um percentual bastante representativo de pequenos proprietários que estavam presentes em todo o espaço sapucaense, como já mencionado. E, pra além de rural e de seus proprietários de terra, a análise das listas nos indica o quanto o poder municipal estava concentrado em uma pequena parcela da população. Através do estudo da lista de votantes observamos que o poder se concentrava em uma pequena parcela de pessoas na vila: os que podiam eleger e os que podiam ser eleitos.

No terceiro capítulo aprofundamos a análise do grupo que tomava as decisões no município, os vereadores da câmara. Identificamos quem eram estes vereadores que passaram pela Câmara de Sapucaia dentre os anos de 1875-1888. Para entender melhor como esses homens chegaram ao poder, buscamos localizar as origens das famílias e grupos que controlavam a região e mapear suas redes de relações. Percebemos que essas elites estavam ligadas à cafeicultura das grandes propriedades e que a câmara foi uma maneira de não somente se fazer representar mas de se relacionar de forma mais efetiva com a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS:

Arquivo da Câmara Municipal de Sapucaia:

Balancetes da Câmara de Sapucaia (1875-1889)

Livro de Atas da Câmara de Sapucaia (1875-1885)

Livro de Contratos Estabelecidos pela Câmara Municipal de Sapucaia (1875-1889)

Livro de Ofícios da Câmara de Sapucaia (1875-1885)

Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Partes	Tombo	Ano	Cartório
JOÃO RODRIGUES DE ARAÚJO FRANÇA ANNA MARIA LUIZA DE ARAÚJO FRANÇA BENTO JOSÉ PEREIRA GOMES MANOEL RODRIGUES DE ARAÚJO FRANÇA	Testamento	1901	Vara única de Petrópolis
MARIA IGNÁCIA DE ARAÚJO FRANÇA THEOFILO GOMES RIBEIRO JOÃO RODRIGUES DE ARAÚJO FRANÇA	Inventário	1899	Vara única de Petrópolis
JOÃO RODRIGUES DE ARAÚJO FRANÇA MÁXIMO BENÍCIO DE ASSIS	Partilha	1896	Vara única de Petrópolis
JOÃO RODRIGUES DE ARAÚJO FRANÇA MANOEL RODRIGUES DE ARAÚJO FRANÇA LUIZA EVARISTA DE ARAÚJO FRANÇA JOAQUINA MARIA DA CONCEIÇÃO MARIA IGNÁCIA DE ARAÚJO	Partilha	1898	Vara única de Petrópolis
ELISA DEOLINDA DE ARAÚJO FRANÇA	Partilha	1908	Vara única de

JOÃO RODRIGUES DE ARAÚJO FRANÇA MOYSES RODRIGUES DE ARAÚJO FRANÇA OVÍDIO RODRIGUES DE ARAÚJO FRANÇA ISABEL DEOLINDA DE ARAÚJO FRANÇA			Petrópolis
ANNA JOAQUINA DA COSTA MEDEIROS JOÃO ANTONIO DE MEDEIROS	Inventário	1860	Provedoria Rio de Janeiro
PEDRO DE ALCANTARA ALMEIDA MAGALHÃES MANOEL RODRIGUES DOS SANTOS SEVERINA MARIA DOS ANJOS	Inventário	1899	Vara única de Sapucaia
PEDRO DE ALCANTARA E ALMEIDA MAGALHÃES EUGENIO DE ALCANTARA E ALMEIDA MAGALHÃES EDGARD GUILHERME PAHL	Não informada	1899	Vara única de Sapucaia
DOMINGOS TEIXEIRA ALVES BALBINA FERNANDES DA SILVA ALVES	Inventário	1886	Juízo da provedoria de Sapucaia
DOMINGOS TEIXEIRA ALVES JOAQUIM RIBEIRO BASTOS FAUSTA MARIA DO NASCIMENTO	Inventário	1893	Juízo da provedoria de São Fidélis
ANTONIO TEIXEIRA ALVES BRAGA FORTUNATA MARIA DE JESUS JOSE TEIXEIRA ALVES BRAGA DOMINGOS TEIXEIRA ALVES BRAGA	Inventário	1880	Juízo de órfãos de Sapucaia

MARCELINO TEIXEIRA PINTO	Inventario	1895	Juízo de órfãos de Sapucaia
LADISLAU GONÇALVES VIANNA	Inventário	1888	Juízo de órfãos do Carmo
LADISLAU GONÇALVES VIANNA	Emancipação	1888	Juízo de órfãos de Magé
LADISLAU GONÇALVES VIANNA	Instituição de doação	1887	Juízo de órfãos do Carmo

Outros

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO, setor de Municípios, anos de 1860-1885. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak> Acesso em 14 de Maio 2017

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 1872. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 28 Jun 2017.

BRASIL. IBGE – cidades. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/rj/ Acesso em 12 Abril 2017.

BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828, art1. *Coleção das leis do Império do Brazil de 1828.*

Coleção de Leis do Império do Brasil. **Lei da Assembleia Geral Constitutiva e Legislativa de 20 de outubro de 1823.** Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/antioresa1824/lei-40978-20-outubro-1823-574639-publicacaooriginal-97736-pe.html. Acesso em 25 Junho 2017.

Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de Março de 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 23 Junho 2017.

Decreto de 15 de Outubro de 1827, disponível online em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Educa%C3%A7%C3%A3o-no-Imp%C3%A9rio/lei-de-15-de-outubro-de-1827.html> Acesso em: 02 de Maio 2017.

Genealogia Brasileira - Povoadores da Região Serrana. Família Souza Brandão. Disponível em: http://www.genealogiabrasileira.com/cantagalo/cantagalo_soubran.htm Acesso em 22 de Abril 2017.

Genealogia da família Rodrigues Araújo, disponível em: <http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/restrita/enlace.asp?codenlace=1347069> Acesso em: 03 de Agosto 2017.

Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense realizado pelo Instituto Cultural Cidade Viva, em parceria com o Instituto Light e com a coordenação técnica do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC / SEC. Disponível em: <http://www.institucidadeviva.org.br/inventarios/> Acesso em 05 de Agosto 2017.

Jornal Diário do Brazil, 3 de novembro de 1884. Nº 255. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=225029&pagfis=3688&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#> Acesso em 25 de Jul. 2016.

Relatório do Presidente da Província relativo ao ano de 1838. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro Acesso em 25 de Jul 2017.

VASCONCELLOS, Barão de SMITH VASCONCELLOS. **Archivo Brasileiro Nobiliarchico**. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Archivo_nobiliarchico_brasileiro. Acesso: 6 outubro 2016.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil (v.2)**. São Paulo: CIA das Letras, 1997.

ASSIS, Machado de. **Contos/Histórias Sem Data**. Editoria Nova Aguilar: Rio de Janeiro, 1997.

BABO SEDLACEK, G. **Uma Longa Estrada para a Liberdade: africanos livres a serviço da presidência da província do Rio de Janeiro, 1831-1864**. VII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 5ª Conferência Internacional de História Econômica, 2014. Disponível em: www.congressoabphe.uff.br/index.php/anais/category/21-19-brasil-e-america-

[latina-no-seculo-xix-escravidao-trabalho-e-emancipacao-no-imperio-do-brasil%3Fdownload%3D87:uma-longa-estrada-para-a-liberdade+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](#) Acesso em 15 outubro 2016.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. São Paulo: Itatiaia, 1971.

CARRARA, A. **Estruturas agrárias e capitalismo**; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999.

CAVALHEIRO, Daniela Carvalho. **Caminhos Negros: vida e trabalho dos africanos livres na construção da Estrada de Magé a Sapucaia (1836-1864)**. Disponível em: <file:///C:/Users/louis/Documents/Downloads/Dialnet-CaminhosNegros-4766655.pdf> Último acesso em 11 de Jul. 2017.

CAVANI, Suzana. **Às Urnas, cidadãos!** Revista de História: 2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/as-urnas-cidadaos> Acesso em 07 de Out. de 2016.

FARIA, Vanessa Silva de. **O processo de qualificação de votantes no Brasil Império: perfil da população votante do distrito sede de Juiz de Fora, Minas Gerais (1872- 1876)** / Vanessa Silva de Faria – 2011.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e o visconde de Uruguai**. São Paulo: Ed. 34, 1999

FRAGOSO, João & GOUVEA, Maria de Fátima (org). **O Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v.3

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo, 1975.

GOUVEA, Maria de Fátima. **Política Provincial na Formação da Monarquia Constitucional Brasileira. Rio de Janeiro, 1820-1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil: Toma lá dá cá**. Braudel Papers: 1999.

HEIZER, Alda. VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Maria Fernanda V. **O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: elites, política e reforma agrícola no Segundo Reinado (1860-1897)**. Niterói, 1995. Dissertação (mestrado em história). Universidade Federal Fluminense.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **A Sociedade Nacional de Agricultura e Institucionalização de Interesses Agrários no Brasil**. Revista Mestrado História, V. 2. 1999. Disponível em: http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v2n11999/pdf/002_v2_1999.pdf
Acesso em 25 de Jul. 2016.

SAMPAIO, Antonio Carlos Juca de. **Magé na Crise do Escravismo**. Uff: Rio de Janeiro, 1994.

SAINT-ADOLPHE, JCR Milliet de. **Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro: J. P. Aillaud, 1845.

STEIN, Stanley. **Grandeza e Decadência do café**. São Paulo: Brasiliense, p. 10/11, 1961.

TAUNAY, Affonso d' Escagnole. **Historia do café no Brasil**. (Brasil Imperial 1822-1872), v. 5. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TAUNAY, Affonso d' Escagnole. **Segundo Centenário da Introdução Cafeeira no Brasil**, 1987.

ANEXOS

Anexo 1 – Principais fazendas pertencentes ao atual município de Sapucaia

Propriedade	Local	Histórico / Proprietários	Fundação	Produção
Fazenda do Valverde	São José	Instalada em parte da sesmaria de Florinda Maria da Encarnação. A sesmaria original – situada entre as de seu esposo, Domingos Lopes de Carvalho; de Maria Tereza Joaquina Sauvan Monteiro de Barros; de Francisco Martins Esteves; e de Manoel Muniz de Albuquerque A sede foi construída por Antônio Jacintho Franco, que comprou as terras de Carlos Augusto César Menezes, proprietário em 1856.	século XVIII / XIX	Café
Fazenda do Calçado	São José	Sesmaria concedida a Maria Tereza Joaquina Sauvan Monteiro de Barros, viscondessa de Congonhas do Campo. Pertenceu à família Monteiro de Barros até 1825, quando foi vendida a João de Souza Werneck que a vendeu em 1857 para Ignácio dos Santos Werneck, barão de Bemposta.	Entre os anos de 1809 a 1809-1825	Café
Fazenda Pinheiros	São José	Instalada em sesmaria concedida a João de Souza Furtado, requerida à Vila de Magé em 1803 (Bemposta); em 1823 Souza Furtado vendeu as terras ao padre Luiz Gonçalves Dias Corrêa, que em 1843 as vendeu ao comendador Guilherme Francisco Rodrigues Franco, que as passou para seu genro, Domingos de Souza Leite, que juntou essas terras à sua Fazenda Águas Claras, assim como à Fazenda do Ribeirão, que adquiriu, na mesma época. Em 1865, ele desmembrou dessas terras a área da atual Fazenda Pinheiros, onde seu filho, Guilherme de Souza Leite (depois barão de Águas Claras), construiria a sede. Em 1879, sua viúva a vendeu ao sogro Guilherme Augusto Araújo Franco, que a vendeu, em 1884, ao capitão Luis Vieira Machado. Em 1896 voltou a pertencer ao barão de Águas Claras.	século XIX (1865)	Café
Fazenda São João de Paquetá / Belém	São José	Desmembrada das terras da Fazenda N. S. Aparecida	Século XIX 1808	Café
	São José	Implantada em terras da sesmaria concedida a Lucas Antônio Monteiro de Barros, Visconde de Congonhas do Campo, requerida por Cantagalo em 1814. Confrontava-se ao norte com as terras do bacharel Francisco Nunes Pereira, ao sul com as de Domingos Lopes de Carvalho, a oeste com as de Germano Luiz Lisboa e a leste com as de sua mulher, Maria Teresa Joaquina Sauvan Monteiro de Barros. O comendador João de Souza Werneck adquiriu essa sesmaria em 1825, quando a ela já estavam anexadas as sesmarias de Maria Tereza Joaquina e Hilária Sauvan Monteiro de Barros. A sede foi construída em 1850 por João de Souza Werneck para seu filho, Paulino de Souza Werneck.	1850	Café
Fazenda Castelo da Luz	São José	Originária das terras da Fazenda Calçado, a Fazenda Castelo, anteriormente conhecida como Sítio Castelo, foi desmembrada em favor de uma das filhas do seu proprietário, após o casamento desta.	Século XIX	?

Propriedade	Local	Histórico / Proprietários	Fundação	Produção
Fazenda Bela Esperança	São José	É provável que a fazenda tenha sido construída por volta de 1809. Já nos idos de 1890, a fazenda continuava nas mãos da família Franco, que a essa altura já havia se unido à família Werneck através do casamento de Antônio Augusto de Araújo Franco e Leopoldina Maria de Sousa Werneck. Ela teria tido duas filhas. Uma delas casou-se com Paulo Franco Werneck passando a chamar-se Maria Angélica Franco Werneck (avó da proprietária da Fazenda Belém). A outra, Josefina de Araújo Franco, uniu-se ao primeiro barão de Águas Claras, Guilherme Augusto de Sousa Leite. A partir de então, a história da Fazenda Bela Esperança se enlaça com a da Fazenda Pica-Pau (Sapucaia), localizada na margem contrária ao Rio Calçado.	Século XIX	Café
Fazenda Bela Riba	São José do V. do Rio Preto	Construída em terras da sesmaria concedida a Manoel Albino de Andrade, requerida por Magé em 1802. Localizava-se entre as terras do capitão Manoel Rodrigues de Araújo e as de Manoel Fernandes Pertenço. Parte da sesmaria foi vendida ao comendador Guilherme Francisco Rodrigues Franco, que implementou a fazenda, em 1850, para moradia de seu filho, Guilherme Augusto Araújo Franco (neto de Manoel Rodrigues de Araújo), o qual se casou com a irmã do barão de Bemposta, Geraldina dos Santos Werneck. A fazenda foi vendida, no ano de 1878, a Fernando Luiz Souza Werneck (sogro do barão de Bemposta).	1850	
Fazenda Águas Claras	São José do V. do Rio Preto	Instalada em terras da sesmaria concedida a João de Souza Furtado, casado com D. Genoveva Maria de Jesus, requerida à Vila de Magé em 1803. Situava-se entre as terras do capitão Manoel Rodrigues de Araújo e as de Manoel Fernandes Pertenço. Souza Furtado vendeu as terras para o padre Luiz Gonçalves Dias Corrêas em 1823, que as repassou em 1843 ao comendador Guilherme Francisco Rodrigues Franco, que passou a propriedade para o seu genro, Domingos de Souza Leite, o qual, por compra aos herdeiros da Fazenda do Ribeirão, anexou nova área de terras a sua nova fazenda. Com o falecimento do casal Souza Leite, a fazenda passou às mãos do filho, Guilherme de Souza Leite, agraciado com o título de barão de Águas Claras.	século XIX (c.1808)	Café
Fazenda do Roçadinho	São José do Vale do Rio Preto	Ainda no ano de 1810, presume-se que a fazenda tenha sido edificada por Francisco Borges. Em 1864, foi vendida a João de Souza Werneck pela viúva Maria Luiza do Nascimento. Foram donos da Fazenda do Roçadinho (a partir de 1810): Francisco José Borges; João de Souza Werneck; Manoel Pinheiro de Souza Resende; José Cândido do Vale; Joaquim Pereira da Silva	1810 (provável)	Café
Fazenda Bom Retiro	Sapucaia/Anta	Em 1855 era propriedade de João de Bastos Pinheiro e pertencia à jurisdição da Freguesia de São José do Rio Preto. Em 1878, era propriedade de João Pereira da Silva, com a nova denominação de “Retiro de Santa Rita”.	século XIX	Açúcar, animais, Aguardente
Fazenda Barra d’Anta	Sapucaia	Propriedade de Domingos José Monteiro e Madalena de Miranda Carvalho.	século XIX - 1870	Café
Fazenda Pica-Pau	Sapucaia	Propriedade de Guilhermino de Araújo Franco, instalada em terras de seus pais, Antônio Augusto de Araújo Franco e Leopoldina Maria de Araújo Franco, proprietários da fazenda Bela Esperança e sogros do barão de Águas Claras, Guilherme Augusto de Sousa Leite, onde lecionava para os filhos dos fazendeiros da região.	século XIX – sede: 1880	Café
Fazenda do Campo Alegre	Sapucaia / Anta	Provavelmente fundada por Luís Martins Esteves, na primeira metade do século XIX. Após sua morte, os herdeiros constituíram sociedade na fazenda através de José Martins Esteves & Irmãos, em 1855. Entre 1860 - 1870, ainda pertencia a Antônio Martins Esteves; em 1880, constava como propriedade de Fidelis Joaquim de Oliveira.	século XIX	Café

Propriedade	Local	Histórico / Proprietários	Fundação	Produção
Fazenda Monte Café	Sapucaia	Construída no início do século XIX (c. 1811), em sesmaria concedida ao casal brigadeiro Inácio Gabriel Monteiro de Barros, filho de Lucas Antônio Monteiro de Barros, visconde de Congonhas do Campo, e Alda Romana de Oliveira Arruda. Após a década de 1860, se mudou para Paris, deixando a administração da fazenda a seu único filho, Braz Augusto Monteiro de Barros.	século XIX	Café
Fazenda de Lordello	Sapucaia	Fundada pelo marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão. Após sua morte, em 1856, sua esposa administrou a fazenda até sua morte, em 1887.	século XIX -1836	Café
Fazenda N. Senhora Aparecida	Sapucaia	Pertencente a Manoel Afonso Vellado; comprada, provavelmente antes de 1888, por Fortunato dos Santos Gomes	Século XIX	Café
Fazenda Santo Antônio da Boa Esperança	Sapucaia	Instalada em terras desmembradas das sesmarias de propriedade de João de Souza Furtado de Mendonça e de Bernardo Manoel Dias Cadaço, foi fundada por José Joaquim de Souza Breves, que a utilizava como uma “fazenda de passagem”, para vistoriar, a cada período de 2 meses, suas terras na região. Posteriormente, pertenceu ao comendador Marcondes, cafeicultor que levou a energia elétrica para Sapucaia, passando as mesmas a seu filho, o deputado federal Francisco Marcondes Machado.	Século XIX	Café
Fazenda Paraíso	Sapucaia	De acordo com o senso de terras, em 1856, a Paraíso era propriedade de Francisco de Souza Brandão, que provavelmente fundou e edificou a sede em 1857. No mesmo senso, Brandão declara que tais terras foram adquiridas através de compra. Localizada próxima às margens do Rio Paraíba do Sul, na antiga localidade de Porto Novo do Cunha, atual Jamapará, a Fazenda fazia parte de um complexo de fazendas fundadas pelos Souza Brandão. Faleceu por volta de 1869, deixando sua fazenda para seus herdeiros. Possuiu muitos proprietários	Século XIX	Café
Fazenda Monte Livre	Sapucaia	Em 1860, era propriedade de José Teixeira Alves Braga	século XIX	Café

Fonte: Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/mapagoogle.pdf>. Acesso em 23/09/2016.